



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

IRDR / IAC - Distribuídos

12/02/2026 19:25:06

Classe: IRDR - Cv

TOTAL PROCESSOS: 417

Nº Processo	Data distribuição	Relator	Questão apresentada na inicial/Anotações NUGEP	Assunto CNJ
1.0000.25.102089-7/002	05/02/2026	Carlos Henrique Perpétuo Braga	Discute-se se base de cálculo das horas extras dos servidores do Município de Esmeraldas deve compreender a totalidade da remuneração auferida, aí incluídas as gratificações percebidas.	10671 - Obrigação de Fazer / Não Fazer < Liquidação / Cumprimento / Execução < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO 11949 - Revisão/Desconstituição de Ato Administrativo < Atos Administrativos < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO 10423 - Anulação < Contratos Administrativos < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
1.0024.13.073411-4/003	22/01/2026	Maurício Soares	Discute-se: 1. Uma vez reconhecida a ilegalidade das restrições temporais do Decreto nº 44.769/2008, e constatada a omissão ou a recusa da Administração Pública em conceder a promoção por escolaridade adicional, compete ao Poder Judiciário, em respeito ao princípio da inafastabilidade da jurisdição (art. 5º, XXXV, CF), a apreciação de todos os requisitos legais para a concessão do direito. 2. A aprovação pela Câmara/Comitê de Coordenação Geral, Planejamento, Gestão e Finanças (ou órgão equivalente) constitui ato vinculado de natureza homologatória, não podendo servir de fundamento para a recusa de um direito subjetivo do servidor que preencheu os requisitos previstos em lei. 3. Os limites orçamentários previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal não constituem óbice para a concessão da promoção por escolaridade adicional, por se tratar de despesa obrigatória de caráter continuado, decorrente de lei preexistente, conforme entendimento análogo consolidado no Tema 1.075 do Superior Tribunal de Justiça.	10313 - Reajustes de Remuneração, Proventos ou Pensão < Servidor Público Civil < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO 10236 - Promoção / Ascensão < Regime Estatutário < Servidor Público Civil < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

IRDR / IAC - Distribuídos

12/02/2026 19:25:06

Classe: IRDR - Cv

TOTAL PROCESSOS: 417

Nº Processo	Data distribuição	Relator	Questão apresentada na inicial/Anotações NUGEP	Assunto CNJ
1.0000.26.006620-4/001	19/01/2026	Carlos Roberto de Faria	Discute-se a ilegalidade ou não do Decreto nº 48.113/20, que retirou o direito de auxílio alimentação dos Policiais Militares previstos na Lei Estadual nº 22.257/16, extrapolando seu poder regulamentar.	10338 - Gratificações e Adicionais < Sistema Remuneratório e Benefícios < Militar < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
1.0000.25.505827-3/001	19/01/2026	Carlos Levenhagen	Definir se as informações declaradas por operadoras de cartões de crédito, de cartões de débito em conta corrente, são suficientes para afastar a caracterização de saídas desacobertadas de documento fiscal e, por conseguinte, impedir a aplicação da alíquota ordinária de 18% do ICMS à empresa optante pelo regime do Simples Nacional.	5946 - ICMS/ Imposto sobre Circulação de Mercadorias < Impostos < DIREITO TRIBUTÁRIO
1.0000.26.000706-7/001	19/01/2026	Nicolau Lupianhes Neto	Discute-se (I) Se ausência de decisão saneadora gera nulidade de sentença; (II) se adequação de modalidade de usucapião pelo juiz configura sentença extra petita; (III) se é possível soma de posses para fim de usucapião extraordinário.	10456 - Acesso < Aquisição < Propriedade < Coisas < DIREITO CIVIL
1.0000.22.067843-7/005	18/12/2025	Evandro Lopes da Costa Teixeira	Definir se é cabível agravo de instrumento contra decisão que homologa laudo pericial na fase de conhecimento, especialmente quando a homologação encerra a instrução probatória e há impugnação específica, e, em caso positivo, se a ausência de esclarecimentos periciais em face de impugnação fundamentada implica nulidade da decisão homologatória por cerceamento de defesa.	6107 - Auxílio-Acidente (Art. 86) < Benefícios em Espécie < DIREITO PREVIDENCIÁRIO
1.0000.25.125342-3/001	11/12/2025	Carlos Roberto de Faria	Discute-se a ilegalidade do inciso II do artigo 4º do Decreto 48.113/2020, que extrapolou seu poder regulamentar e, de maneira arbitrária, excluiu os policiais militares da concessão do auxílio alimentação previsto na Lei Estadual 22.257/2016.	10338 - Gratificações e Adicionais < Sistema Remuneratório e Benefícios < Militar < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
1.0000.25.125341-5/001	11/12/2025	Carlos Roberto de Faria	Discute-se a ilegalidade do inciso II do artigo 4º do Decreto 48.113/2020, que extrapolou seu poder regulamentar e, de	14141 - Descontos Indevidos < Sistema Remuneratório e Benefícios < Militar < DIREITO

Classe: IRDR - Cv

TOTAL PROCESSOS: 417

Nº Processo	Data distribuição	Relator	Questão apresentada na inicial/Anotações NUGEP	Assunto CNJ
1.0000.25.125341-5/001	11/12/2025	Carlos Roberto de Faria	maneira arbitrária, excluiu os policiais militares da concessão do auxílio alimentação previsto na Lei Estadual 22.257/2016.	ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
1.0000.25.477675-0/001	09/12/2025	Carlos Levenhagen	Discute-se se a percepção do Abono de Serviços de Emergência, instituído pelo art. 21 da Lei Estadual nº 15.786/2005 e regulamentado pelo Decreto nº 46.179/2013, para servidores da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais (FHEMIG) lotados em hospitais classificados como Complexo de Urgência e Emergência (especificamente o Hospital Maria Amélia Lins), exige a comprovação de efetivo exercício em setores específicos elencados no Anexo I do Decreto nº 46.179/2013, ou se a mera lotação na unidade hospitalar já confere o direito.	10294 - Abono Pecuniário (Art. 78 Lei 8.112/1990) < Sistema Remuneratório e Benefícios < Servidor Público Civil < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
1.0000.25.061665-3/003	03/12/2025	Roberto Apolinário de Castro	Discute-se a justiça gratuita em favor de pessoa jurídica, com base em demonstrações contábeis, como balancetes e declaração de passivo, que indiquem resultado deficitário e insuficiência de ativo para cobrir passivo.	5952 - IPTU/ Imposto Predial e Territorial Urbano < Impostos < DIREITO TRIBUTÁRIO 6017 - Dívida Ativa (Execução Fiscal) < DIREITO TRIBUTÁRIO
1.0000.25.125306-8/001	03/12/2025	Carlos Roberto de Faria	Discute-se a ilegalidade do inciso II do artigo 4º do Decreto 48.113/2020, que extrapolou seu poder regulamentar e, de maneira arbitrária, excluiu os policiais militares da concessão do auxílio alimentação previsto na Lei Estadual 22.257/2016.	6063 - Auxílio-Alimentação < Contribuições Previdenciárias < Contribuições < DIREITO TRIBUTÁRIO 10304 - Auxílio-Alimentação < Sistema Remuneratório e Benefícios < Servidor Público Civil < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
1.0000.25.038849-3/001	03/12/2025	Carlos Roberto de Faria	Discute-se a declaração da ilegalidade do inciso II do artigo 4º do Decreto 48.113/2020 que excluiu os Policiais Militares da incidência do benefício do auxílio alimentação, concedendo-lhes tanto o direito à inclusão do referido benefício em folha de pagamento, quanto ao pagamento retroativo desde a data da promulgação da Lei Estadual	10304 - Auxílio-Alimentação < Sistema Remuneratório e Benefícios < Servidor Público Civil < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

IRDR / IAC - Distribuídos

12/02/2026 19:25:06

Classe: IRDR - Cv

TOTAL PROCESSOS: 417

Nº Processo	Data distribuição	Relator	Questão apresentada na inicial/Anotações NUGEP	Assunto CNJ
1.0000.25.038849-3/001	03/12/2025	Carlos Roberto de Faria	22.257/2016.	10304 - Auxílio-Alimentação < Sistema Remuneratório e Benefícios < Servidor Público Civil < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
1.0000.24.182235-2/000	03/12/2025	Carlos Roberto de Faria	Discute-se a declaração da ilegalidade do inciso II do artigo 4º do Decreto 48.113/2020 que excluiu os Policiais Militares da incidência do benefício do auxílio alimentação, concedendo-lhes tanto o direito à inclusão do referido benefício em folha de pagamento, quanto ao pagamento retroativo desde a data da promulgação da Lei Estadual 22.257/2016.	10304 - Auxílio-Alimentação < Sistema Remuneratório e Benefícios < Servidor Público Civil < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
1.0000.25.245493-9/002	27/11/2025	Clayton Rosa de Resende (JD Convocado)		7772 - Cartão de Crédito < Contratos de Consumo < DIREITO DO CONSUMIDOR 11806 - Empréstimo consignado < Bancários < Contratos de Consumo < DIREITO DO CONSUMIDOR
1.0000.25.448326-6/001	17/11/2025	Juliana Campos Horta	Se o taxista que atende integralmente os requisitos e condições da Lei Federal nº 12.468/11 também estaria sujeito à exigência de autorização especial do (DER-MG) e demais condições previstas nas Leis Estaduais nº 23.491/2021 e 19.445/2011, bem como no Decreto Estadual nº 48.241/2021.	10894 - Abuso de Poder < Atos Administrativos < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO 8826 - DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO
1.0000.25.443001-0/001	11/11/2025	Sérgio André da Fonseca Xavier	Busca-se definir o foro competente para o ajuizamento de ações em face de plataformas digitais de intermediação de vendas (como Shopee, Shein, Alibaba, Amazon, Mercado Livre, etc.), especialmente quando o autor for microempresa, vendedor individual ou consumidor equiparado.	10651 - Competência dos Juizados Especiais < Competência < Jurisdição e Competência < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO 10671 - Obrigação de Fazer / Não Fazer < Liquidação / Cumprimento / Execução < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO 8829 - Competência < Jurisdição e Competência <

Classe: IRDR - Cv

TOTAL PROCESSOS: 417

Nº Processo	Data distribuição	Relator	Questão apresentada na inicial/Anotações NUGEP	Assunto CNJ
1.0000.25.443001-0/001	11/11/2025	Sérgio André da Fonseca Xavier	Busca-se definir o foro competente para o ajuizamento de ações em face de plataformas digitais de intermediação de vendas (como Shopee, Shein, Alibaba, Amazon, Mercado Livre, etc.), especialmente quando o autor for microempresa, vendedor individual ou consumidor equiparado.	DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO 13100 - Competência Territorial < Competência < Jurisdição e Competência < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO
1.0000.24.412753-6/005	07/11/2025	Carlos Roberto de Faria	Discute-se o direito ao adicional trintenário para os militares, que tenham averbado tempo de serviço público, até 19/12/2003, data esta da entrada em vigor da Emenda à Constituição Estadual nº 59/2003.	10338 - Gratificações e Adicionais < Sistema Remuneratório e Benefícios < Militar < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
1.0000.25.246344-3/002	29/10/2025	José Américo Martins da Costa	Definição acerca da impenhorabilidade da pequena propriedade rural produtiva, trabalhada pela família e local da moradia da família.	9518 - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução < Liquidação / Cumprimento / Execução < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO 9163 - Construção / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens < Liquidação / Cumprimento / Execução < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO
1.0481.14.011210-5/002	10/10/2025	Carlos Roberto de Faria	Discute-se a revisão da tese jurídica firmada no IRDR Nº 1.0024.14.187591-4/002 (TEMA 32) para definir se o contratado temporário para o cargo de Agente de Segurança Penitenciário, sob a égide da Lei Estadual nº 18.185/2009, faz jus ao adicional de local de trabalho previsto na Lei Estadual nº 11.717/1994, considerando o Tema 32 do TJMG e a superveniência da tese fixada pelo STF no tema 1.344 da Repercussão Geral.	10288 - Sistema Remuneratório e Benefícios < Servidor Público Civil < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
1.0000.25.373570-8/001	10/10/2025	Carlos Levenhagen	Discute-se se operações realizadas por empresas optantes pelo Simples Nacional, embasadas apenas por informações	5946 - ICMS/ Imposto sobre Circulação de Mercadorias < Impostos < DIREITO TRIBUTÁRIO



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

IRDR / IAC - Distribuídos

12/02/2026 19:25:06

Classe: IRDR - Cv

TOTAL PROCESSOS: 417

Nº Processo	Data distribuição	Relator	Questão apresentada na inicial/Anotações NUGEP	Assunto CNJ
1.0000.25.373570-8/001	10/10/2025	Carlos Levenhagen	obtidas junto às administradoras de cartão de crédito/débito, configuraria saída de mercadoria desacobertada de documentação fiscal.	6012 - Alíquota < Crédito Tributário < DIREITO TRIBUTÁRIO
1.0000.25.352287-4/001	25/09/2025	Carlos Henrique Perpétuo Braga	Discute-se a validade das avaliações psicológicas realizadas nos concursos públicos, nas quais se aplica o PMK, em face do previsto no artigo 5º, inciso VIII, da Lei Estadual nº 5.301/1969, cumulado com a tese fixada no IRDR n.º 1.0024.12.105255-9/002 e nos princípios da discricionariedade e conveniência da Administração Pública.	10378 - Exame Psicotécnico / Psiquiátrico < Concurso Público / Edital < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO 9992 - Indenização por Dano Moral < Responsabilidade da Administração < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO 10327 - Curso de Formação < Regime < Militar < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
1.0000.24.519922-9/004	25/09/2025	Carlos Roberto de Faria	Discute-se o termo inicial para o pagamento de pensão para companheira de segurado casado, mas separado de fato, com a interpretação conjunta do art. 10, § 3º, 23 § 2º e art. 24, § 1º, da LEI nº 10.366/1990. ANOTAÇÕES NUGEPNAC: Na sessão de julgamento do dia 19/11/2025, inadmitiram o incidente.	10337 - Sistema Remuneratório e Benefícios < Militar < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO 10324 - Militar < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
1.0000.25.366597-0/001	25/09/2025	Alexandre Victor de Carvalho	Discute se o atraso substancial e injustificado na entrega de loteamento, por responsabilidade da promitente vendedora, por si só, sem a necessidade de demonstração de 'circunstâncias agravantes da espera', configura dano moral passível de indenização, em razão da frustração da legítima expectativa e do abalo psicológico do promissário comprador em usufruir do bem.	7779 - Indenização por Dano Moral < Responsabilidade do Fornecedor < DIREITO DO CONSUMIDOR 7780 - Indenização por Dano Material < Responsabilidade do Fornecedor < DIREITO DO CONSUMIDOR 11811 - Práticas Abusivas < DIREITO DO CONSUMIDOR
1.0000.24.448984-	12/09/2025	Marcelo Pereira da	Discutem-se a) Todas as ações em curso que tenham como	7780 - Indenização por Dano Material <



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

IRDR / IAC - Distribuídos

12/02/2026 19:25:06

Classe: IRDR - Cv

TOTAL PROCESSOS: 417

Nº Processo	Data distribuição	Relator	Questão apresentada na inicial/Anotações NUGEP	Assunto CNJ
5/004	12/09/2025	Silva	causa de pedir as alegações de descontos indevidos em benefícios do INSS e respectivo pedido de restituição deverão ser suspensas com a consequente intimação de seus autores para que informem se aderiram ou não ao acordo firmado na ADPF 1236 para restituição dos valores que teriam sido indevidamente descontados de seus benefícios. Caso confirmada essa adesão, as ações que foram com esse único pedido de restituição devem ser integralmente extintas, já as ações que contêm outro pedido devem ser parcialmente extintas para que apenas esse outro pedido seja apreciado. b) Em caso de não adesão ao acordo firmado na ADPF 1236, em todas as ações em curso nesta Justiça Estadual que tenham como causa de pedir as alegações de descontos indevidos em benefícios do INSS, deve-se reconhecer a obrigatória a intervenção da referida autarquia no polo passivo dessas ações, pois, só assim, será possível a obtenção de uma decisão eficaz em relação a todos os possíveis legitimados por esse episódio, nos termos do art. 114 do Código de Processo Civil, o que, por consequência, acarreta o reconhecimento de que a competência absoluta para o julgamento dessas ações pertence à Justiça Federal.	Responsabilidade do Fornecedor < DIREITO DO CONSUMIDOR 10433 - Indenização por Dano Moral < Responsabilidade Civil < DIREITO CIVIL 195 - DIREITO PREVIDENCIÁRIO
1.0000.25.320098-4/001	12/09/2025	Nicolau Lupianhes Neto	Discute-se a) obrigatoriedade ou não do despacho saneador; b) se a ausência do despacho saneador causa nulidade da sentença; c) se há possibilidade ou não de o juiz fazer adequação típica dos fatos não alegados pelas partes ao proferir a sentença. ANOTAÇÕES NUGEPNAC: Na sessão de julgamento do dia 24/11/2025, inadmitiram o incidente.	10456 - Acessão < Aquisição < Propriedade < Coisas < DIREITO CIVIL
1.0000.25.267402-3/001	11/08/2025	Juliana Campos	Discute-se o direito da autora - empresa locadora de veículos	5953 - IPVA - Imposto Sobre Propriedade de



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

IRDR / IAC - Distribuídos

12/02/2026 19:25:06

Classe: IRDR - Cv

TOTAL PROCESSOS: 417

Nº Processo	Data distribuição	Relator	Questão apresentada na inicial/Anotações NUGEP	Assunto CNJ
1.0000.25.267402-3/001	11/08/2025	Horta	- à isenção de IPVA incidente sobre veículos objeto de apropriação indébita por locatários.	Veículos Automotores < Impostos < DIREITO TRIBUTÁRIO
1.0000.18.126232-0/007	31/07/2025	Tiago Gomes de Carvalho Pinto	Discute-se a faculdade da parte realizar a interposição do recurso de agravo de instrumento por protocolo na própria comarca de origem, nos termos do artigo 1.017, § 2º, inciso II, do Código de Processo Civil. ANOTAÇÕES NUGEPNAC: Na sessão de julgamento do dia 24/11/2025, inadmitiram o incidente.	9045 - Recurso < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO
1.0273.16.000131-2/001	24/07/2025	Cavalcante Motta	Discute-se sobre: legitimidade ativa, sua forma de comprovação, a caracterização do dano em razão de dúvida subjetiva acerca da qualidade da água fornecida após a retomada de seu fornecimento, os critérios para sua verificação e, por fim, o valor da indenização em razão do rompimento da barragem do Fundão em Mariana, MG. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 27/08/2018 admitiram o incidente e criou-se o Tema 41 IRDR TJMG.	10671 - Obrigação de Fazer / Não Fazer < Liquidação / Cumprimento / Execução < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO 8961 - Antecipação de Tutela / Tutela Específica < Processo e Procedimento < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO 12470 - Barragem em Mariana < QUESTÕES DE ALTA COMPLEXIDADE, GRANDE IMPACTO E REPERCUSSÃO 10433 - Indenização por Dano Moral < Responsabilidade Civil < DIREITO CIVIL
1.0000.25.183976-7/002	22/07/2025	Roberto Apolinário de Castro	Discute-se que a aplicação, para os Agentes de Combate a Endemias e Agente Comunitário de Saúde, vinculados ao regime estatutário, da base de cálculo do adicional de insalubridade prevista no §3º do art. 9º-A da Lei Federal 11.350/06, introduzido pela Lei Federal n. 13.342/2016, depende da existência de regramento específico que remeta expressamente à aplicação da lei federal para tal fim ou que estabeleça os mesmos parâmetros, sob pena de violação ao princípio da autonomia administrativa.	10312 - Piso Salarial < Sistema Remuneratório e Benefícios < Servidor Público Civil < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO 10291 - Adicional de Insalubridade < Sistema Remuneratório e Benefícios < Servidor Público Civil < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

IRDR / IAC - Distribuídos

12/02/2026 19:25:06

Classe: IRDR - Cv

TOTAL PROCESSOS: 417

Nº Processo	Data distribuição	Relator	Questão apresentada na inicial/Anotações NUGEP	Assunto CNJ
1.0000.24.516004-9/002	27/06/2025	Lílian Maciel	Discute-se se é indevida a manutenção do nome do consumidor nos registros do Sistema de Informações de Crédito do Banco Central - SCR com indicação de vencidos e/ou prejuízos após a quitação integral da dívida ou o início de cumprimento regular de acordo, com pagamento em dia das parcelas, mesmo que não haja novos lançamentos posteriores ao pagamento. A permanência de registros negativos anteriores, equipara-se à negativação em cadastros de inadimplentes e presume-se o dano moral in re ipsa, com o consequente dever de indenizar. ANOTAÇÕES NUGEPNAC: Na sessão de julgamento do dia 24/11/2025, inadmitiram o incidente.	6226 - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes < Indenização por Dano Moral < Responsabilidade do Fornecedor < DIREITO DO CONSUMIDOR 7779 - Indenização por Dano Moral < Responsabilidade do Fornecedor < DIREITO DO CONSUMIDOR
1.0000.25.046287-6/002	27/06/2025	Maurício Soares	Discute-se se o descumprimento do 1/3 dedicado às atividades extraclasses dos professores da rede básica de ensino previsto no art. 2º, §4º da Lei 11.738/2008 acarreta a condenação ao pagamento de horas-extras pelo órgão violador.	10303 - Adicional de Horas Extras < Sistema Remuneratório e Benefícios < Servidor Público Civil < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
1.0000.25.159132-7/001	06/06/2025	Evandro Lopes da Costa Teixeira	Discute-se: I) a obrigatoriedade, ou não, da suspensão da ação individual contra a HURB TECHNOLOGIES S.A, em razão do ajuizamento de ação coletiva, nos termos do Tema 60 do STJ; II) o cabimento do incidente de desconsideração da personalidade jurídica na petição inicial do processo de conhecimento, dispensando a instauração quando pedida na exordial. ANOTAÇÕES NUGEPNAC: Na sessão de julgamento do dia 24/11/2025, inadmitiram o incidente.	9196 - Liminar < Medida Cautelar < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO 4830 - Cancelamento de vôo < Transporte Aéreo < Contratos de Consumo < DIREITO DO CONSUMIDOR 4939 - Desconsideração da Personalidade Jurídica < Sociedade < Empresas < DIREITO CIVIL



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

IRDR / IAC - Distribuídos

12/02/2026 19:25:06

Classe: IRDR - Cv

TOTAL PROCESSOS: 417

Nº Processo	Data distribuição	Relator	Questão apresentada na inicial/Anotações NUGEP	Assunto CNJ
1.0000.25.178567-1/001	06/06/2025	Alexandre Victor de Carvalho	Discute-se qual o prazo prescricional oponível à pretensão indenizatória decorrente dos danos morais suportados em razão da negativação do nome da parte em órgãos de proteção ao crédito e/ou de desconto indevido oriundo de contrato que a parte autora alega desconhecer. ANOTAÇÕES NUGEPNAC: Na sessão de julgamento do dia 22/09/2025, admitiram o incidente. Em 26/09/2025, disponibilizado o acórdão de admissão e criou-se o Tema 107 IRDR.	5632 - Prescrição e Decadência < Fatos Jurídicos < DIREITO CIVIL 10433 - Indenização por Dano Moral < Responsabilidade Civil < DIREITO CIVIL 9585 - Cartão de Crédito < Espécies de Contratos < Obrigações < DIREITO CIVIL
1.0000.25.164008-2/001	20/05/2025	Carlos Roberto de Faria	Discute-se a revisão da tese jurídica firmada no IRDR Nº 1.0000.15.035947-9/001 (TEMA 15), de forma a englobar a competência para processar e julgar ações em que se discute direito obrigacional e patrimonial, relativo à abrangência das cláusulas de contrato de plano de saúde privado e a negativa de cobertura pela operadora, diante da Lei nº14.454/22 e do rol descrito pela ANS, em que figurem como autores crianças e adolescentes.	12487 - Fornecimento de medicamentos < Planos de saúde < Suplementar < DIREITO DA SAÚDE
1.0000.24.268236-7/001	19/05/2025	Sérgio André da Fonseca Xavier	Definir se as decisões unilaterais, imotivadas e que não garantam aos motoristas de aplicativos o contraditório e a ampla defesa em eventuais acusações e desligamentos, sejam consideradas nulas, impondo-se, nestes casos, o restabelecimento do vínculo e reparação dos danos materiais, inclusive lucros cessantes e morais. ANOTAÇÕES NUGEPNAC: Na sessão de julgamento do dia 25/08/2025, inadmitiram o incidente.	10433 - Indenização por Dano Moral < Responsabilidade Civil < DIREITO CIVIL 7694 - Atos Unilaterais < Obrigações < DIREITO CIVIL 10439 - Indenização por Dano Material < Responsabilidade Civil < DIREITO CIVIL
1.0000.25.098694-0/000	15/04/2025	Roberto Apolinário de Castro	Discute-se se o juiz pode, ou não, alterar, de ofício, o valor do dano moral atribuído pela parte, antes da sentença de mérito, declinando, consequentemente, a competência para outro juízo. ANOTAÇÕES NUGEPNAC: Na sessão de julgamento do dia 19/11/2025, inadmitiram o incidente.	13100 - Competência Territorial < Competência < Jurisdição e Competência < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO 12484 - Fornecimento de medicamentos < Pública < DIREITO DA SAÚDE



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

IRDR / IAC - Distribuídos

12/02/2026 19:25:06

Classe: IRDR - Cv

TOTAL PROCESSOS: 417

Nº Processo	Data distribuição	Relator	Questão apresentada na inicial/Anotações NUGEP	Assunto CNJ
1.0000.25.089918-4/001	04/04/2025	Sérgio André da Fonseca Xavier	Busca-se definir se é cabível a interposição de Agravo de Instrumento no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis quando a decisão interlocutória proferida no cumprimento de sentença for capaz de causar dano irreparável à parte ou em outras situações de urgência; bem como a natureza da previsão do art. 158 da Portaria Conjunta n. 1.103/PR2020, se exemplificativa, taxativa ou taxativa mitigada. ANOTAÇÕES NUGEPNAC: Na sessão de julgamento do dia 26/05/2025, inadmitiram o incidente.	9045 - Recurso < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO
1.0000.24.448984-5/003	20/03/2025	Marcelo Pereira da Silva	Discute-se se desconto indevido em benefício previdenciário enseja a configuração de dano moral in re ipsa, independentemente de prova concreta do abalo psíquico sofrido pelo segurado.	10433 - Indenização por Dano Moral < Responsabilidade Civil < DIREITO CIVIL 7780 - Indenização por Dano Material < Responsabilidade do Fornecedor < DIREITO DO CONSUMIDOR
1.0000.24.448984-5/002	20/03/2025	Marcelo Pereira da Silva	Discute-se se desconto indevido em benefício previdenciário enseja a configuração de dano moral in re ipsa, independentemente de prova concreta do abalo psíquico sofrido pelo segurado.	195 - DIREITO PREVIDENCIÁRIO 10433 - Indenização por Dano Moral < Responsabilidade Civil < DIREITO CIVIL 7780 - Indenização por Dano Material < Responsabilidade do Fornecedor < DIREITO DO CONSUMIDOR
1.0000.24.075482-0/006	17/03/2025	Carlos Levenhagen	Discute-se a necessidade, ou não, de prévia instauração de processo administrativo em desfavor dos sócios-administradores para incluí-los, validamente, na Certidão de Dívida Ativa (CDA) como coobrigados e, conseqüentemente, no pólo passivo da execução fiscal, ainda que o título executivo se refira a tributo declarado pela própria pessoa jurídica. ANOTAÇÕES NUGEPNAC: Na sessão de julgamento do dia 19/11/2025, inadmitiram o incidente.	6017 - Dívida Ativa (Execução Fiscal) < DIREITO TRIBUTÁRIO 8842 - Partes e Procuradores < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO 5979 - Responsabilidade tributária < Obrigação Tributária < DIREITO TRIBUTÁRIO 5972 - Municipais < Taxas < DIREITO TRIBUTÁRIO



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

IRDR / IAC - Distribuídos

12/02/2026 19:25:06

Classe: IRDR - Cv

TOTAL PROCESSOS: 417

Nº Processo	Data distribuição	Relator	Questão apresentada na inicial/Anotações NUGEP	Assunto CNJ
1.0000.25.015418-4/001	13/02/2025	Carlos Levenhagen	Discute-se a necessidade de instauração de procedimento administrativo prévio quando se trata de débito declarado pelo próprio contribuinte, conforme artigo 202, inciso V, do Código Tributário Nacional, nos casos de execução fiscal, quando se almeja a cobrança de débitos. ANOTAÇÕES NUGEPNAC: Na sessão de julgamento do dia 19/11/2025, inadmitiram o incidente.	5951 - ISS/ Imposto sobre Serviços < Impostos < DIREITO TRIBUTÁRIO
1.0000.25.015637-9/000	04/02/2025	Marcelo Rodrigues	Discute-se se em casos semelhantes há de fato conflito de competência e, em havendo, qual a unidade jurisdicional (Juizado Especial ou Vara Cível) é a competente para apreciar/julgar a causa. ANOTAÇÕES NUGEPNAC: Na sessão de julgamento do dia 26/05/2025, inadmitiram o incidente.	4291 - Jurisdição e Competência < DIREITO PROCESSUAL PENAL
1.0000.24.527489-9/001	19/12/2024	Carlos Roberto de Faria	Discute-se a revisão da tese jurídica firmada no IRDR Nº 1.0000.15.035947-9/001 (TEMA 15), de forma a englobar a competência para processar e julgar ações em que se discute direito obrigacional e patrimonial, relativo à abrangência das cláusulas de contrato de plano de saúde privado e a negativa de cobertura pela operadora, diante da Lei nº14.454/22 e do rol descrito pela ANS, em que figurem como autores crianças e adolescentes. ANOTAÇÕES NUGEPNAC: Em 21/08/2025, determinado o sobrestamento da presente demanda até o julgamento final do IRDR 1.0000.24.461962-3/001 (admitido).	10433 - Indenização por Dano Moral < Responsabilidade Civil < DIREITO CIVIL 10671 - Obrigação de Fazer / Não Fazer < Liquidação / Cumprimento / Execução < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO 12486 - Planos de saúde < Suplementar < DIREITO DA SAÚDE
1.0000.24.424895-1/002	19/12/2024	Carlos Levenhagen	Definir de quem é a obrigação de efetuar o pagamento de honorários advocatícios de sucumbência, quando acolhida exceção de pré-executividade em razão do óbito do devedor ocorrido antes do ajuizamento da ação executiva, mas não comunicado ao ente público. ANOTAÇÕES NUGEPNAC: Na sessão de julgamento do dia 15/10/2025, admitiram o	5952 - IPTU/ Imposto Predial e Territorial Urbano < Impostos < DIREITO TRIBUTÁRIO



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

IRDR / IAC - Distribuídos

12/02/2026 19:25:06

Classe: IRDR - Cv

TOTAL PROCESSOS: 417

Nº Processo	Data distribuição	Relator	Questão apresentada na inicial/Anotações NUGEP	Assunto CNJ
1.0000.24.424895-1/002	19/12/2024	Carlos Levenhagen	incidente. Acórdão publicado em 06/11/2025 e criou-se o Tema 108 IRDR TJMG.	5952 - IPTU/ Imposto Predial e Territorial Urbano < Impostos < DIREITO TRIBUTÁRIO
1.0000.24.520233-8/001	19/12/2024	Roberto Apolinário de Castro	Discute-se se a interpretação jurídica adequada do artigo 129 da Lei Estadual nº 7.109/1977 deve levar em conta o contexto histórico em que ela foi editada, quando havia claramente a noção de que 30 dos 60 dias seriam considerados como simples recesso escolar, ou seja, não seriam contabilizados como férias-propriadamente-ditas, em linha com o calendário escolar, impedindo o pagamento do Adicional de Férias sobre este último período. ANOTAÇÕES NUGEPNAC: Em 21/02/2025, o Desembargador Roberto Apolinário de Castro, relator do incidente, deferiu liminar para determinar a suspensão imediata de todas as ações em tramitação no território mineiro, de Primeira e Segunda Instância, na Justiça Comum e no Juizado Especial, em que se discuta a matéria em debate, ao menos até que o Colegiado examine a admissão, ou não, do presente IRDR. Na sessão de julgamento do dia 16/07/2025, admitiram o incidente. Acórdão disponibilizado em 21/07/2025 e criou-se o Tema 105 IRDR TJMG.	6062 - 1/3 de férias < Contribuições Previdenciárias < Contribuições < DIREITO TRIBUTÁRIO
1.0000.24.411226-4/002	28/11/2024	Carlos Henrique Perpétuo Braga	Discute-se a necessidade de prévia autorização do Comitê de Orçamento e Finanças - COFIN para o pagamento das horas extras trabalhadas por agentes de segurança penitenciária (policiais penais). ANOTAÇÕES NUGEPNAC: Na sessão de julgamento do dia 19/03/2025, admitiram o incidente e criou-se o Tema 103 IRDR TJMG.	10287 - Jornada de Trabalho < Servidor Público Civil < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
1.0000.24.461962-3/001	06/11/2024	Carlos Roberto de Faria	Discute-se sobre a revisão da tese fixada no IRDR nº 1.0000.15.035947-9/001, afastando-se ou se ratificando, expressamente, a sua aplicabilidade às ações de obrigação de	12502 - Eletiva < Cirurgia < Tratamento médico-hospitalar < Pública < DIREITO DA SAÚDE 12486 - Planos de saúde < Suplementar < DIREITO



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

IRDR / IAC - Distribuídos

12/02/2026 19:25:06

Classe: IRDR - Cv

TOTAL PROCESSOS: 417

Nº Processo	Data distribuição	Relator	Questão apresentada na inicial/Anotações NUGEP	Assunto CNJ
1.0000.24.461962-3/001	06/11/2024	Carlos Roberto de Faria	fazer propostas por menores contra planos de saúde, em razão da negativa contratual de cobertura a tratamento. ANOTAÇÕES NUGEPNAC: Na sessão de julgamento do dia 20/08/2025, admitiram o incidente.	DA SAÚDE 12489 - Tratamento médico-hospitalar < Planos de saúde < Suplementar < DIREITO DA SAÚDE 12490 - Fornecimento de insumos < Planos de saúde < Suplementar < DIREITO DA SAÚDE 10671 - Obrigação de Fazer / Não Fazer < Liquidação / Cumprimento / Execução < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO
1.0000.24.200029-7/004	25/10/2024	José Marcos Vieira	Discute-se se o desconto indevido em benefício previdenciário decorrente de empréstimo consignado declarado inexistente gera dano moral presumido. ANOTAÇÕES NUGEPNAC:	10433 - Indenização por Dano Moral < Responsabilidade Civil < DIREITO CIVIL
1.0000.24.453789-0/001	25/10/2024	Lúcio de Brito	Discute-se sobre a aplicação ao processo judicial dos artigos 401, § 5º e 407, § 10 do Provimento nº. 149 do conselho Nacional de Justiça. ANOTAÇÕES NUGEPNAC: Na sessão de julgamento do dia 24/02/2025, admitiram o incidente e criou-se o Tema 102 IRDR TJMG.	10455 - Aquisição < Propriedade < Coisas < DIREITO CIVIL
1.0000.24.425596-4/001	02/10/2024	Marcelo Rodrigues	Discute-se se a) há responsabilidade solidária da operadora e da administradora de plano de saúde quanto a rescisão unilateral do contrato de plano de saúde coletivo; b) e que o mero descumprimento contratual não enseja indenização por danos morais. ANOTAÇÕES NUGEPNAC: Na sessão de julgamento do dia 24/02/2025, inadmitiram o incidente.	12486 - Planos de saúde < Suplementar < DIREITO DA SAÚDE
1.0000.20.592939-1/003	18/09/2024	Aparecida Grossi	Discute-se se para fins de contagem de prescrição intercorrente, em se tratando de ação de execução aparelhada em cheque, o prazo prescricional é aquele previsto na norma do art. 47 da Lei nº 7.357/85, ou, considerando a possibilidade de ajuizamento de monitória ou de cobrança,	4970 - Cheque < Espécies de Títulos de Crédito < Obrigações < DIREITO CIVIL



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

IRDR / IAC - Distribuídos

12/02/2026 19:25:06

Classe: IRDR - Cv

TOTAL PROCESSOS: 417

Nº Processo	Data distribuição	Relator	Questão apresentada na inicial/Anotações NUGEP	Assunto CNJ
1.0000.20.592939-1/003	18/09/2024	Aparecida Grossi	aplica-se o prazo de cinco anos previsto na norma do art. 206, § 5º, I, do Código Civil. ANOTAÇÕES NUGEPNAC: Na sessão de julgamento do dia 25/08/2025, por maioria, admitiram o incidente. Em 01/09/2025, disponibilizado o acórdão de admissão do IRDR e criou-se o Tema 106 IRDR.	4970 - Cheque < Espécies de Títulos de Crédito < Obrigações < DIREITO CIVIL
1.0000.24.411209-0/001	18/09/2024	José Augusto Lourenço dos Santos	Discute-se a responsabilidade das instituições financeiras, em casos de fraudes praticadas por terceiros, conhecidas como "golpe do falso leilão". ANOTAÇÕES NUGEPNAC: Na sessão de julgamento do dia 24/02/2025, inadmitiram o incidente.	7752 - Bancários < Contratos de Consumo < DIREITO DO CONSUMIDOR
1.0000.23.225172-8/004	09/09/2024	José Marcos Vieira	Discute-se a) se as eventuais nulidades ocorridas no procedimento que enseja a consolidação da propriedade em favor da credora fiduciária ou no leilão extrajudicial serem oponíveis ao adquirente de boa-fé; b) qual deve ser a interpretação vinculante conferida ao art. 30 da Lei 9.514/97 pelas Câmaras Cíveis do TJMG, e, outrossim, se eventuais vícios debatidos devem ser resolvidos mediante ação autônoma de perdas e danos contra a credora fiduciária.	10448 - Propriedade < Coisas < DIREITO CIVIL 10444 - Posse < Coisas < DIREITO CIVIL 10439 - Indenização por Dano Material < Responsabilidade Civil < DIREITO CIVIL
1.0000.24.394995-5/001	06/09/2024	Wilson Benevides	Discute-se se a necessidade de produção de prova pericial, destinada à apuração da condição de insalubridade do ambiente de trabalho, conduz ao afastamento da competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública, prevista no artigo 2º, caput, da Lei Federal nº 12.153/09. ANOTAÇÕES NUGEPNAC: Na sessão de julgamento do dia 15/10/2025, admitiram o incidente. Em 18/11/2025, disponibilizado o acórdão de admissão, criou-se o Tema 109 IRDR.	10291 - Adicional de Insalubridade < Sistema Remuneratório e Benefícios < Servidor Público Civil < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO 10897 - Competência dos Juizados Especiais < Jurisdição e Competência < DIREITO PROCESSUAL PENAL
1.0000.24.363720-	23/08/2024	Carlos Roberto de	Definir a competência para processar e julgar ações em que	12490 - Fornecimento de insumos < Planos de



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

IRDR / IAC - Distribuídos

12/02/2026 19:25:06

Classe: IRDR - Cv

TOTAL PROCESSOS: 417

Nº Processo	Data distribuição	Relator	Questão apresentada na inicial/Anotações NUGEP	Assunto CNJ
4/001	23/08/2024	Faria	se discute o cumprimento de contrato de plano de saúde privado, suas cláusulas (extensão ou interpretações) e seus efeitos, em que figurem como autores crianças e adolescentes, devidamente representados, estando ou não em situação de vulnerabilidade ou risco. ANOTAÇÕES NUGEPNAC: Em 21/08/2025, determinado o sobrestamento da presente demanda até o julgamento final do IRDR 1.0000.24.461962-3/001 (admitido).	saúde < Suplementar < DIREITO DA SAÚDE 12486 - Planos de saúde < Suplementar < DIREITO DA SAÚDE 12005 - Outras medidas de proteção < Medidas de proteção < Seção Cível < DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE 11820 - Entidades de atendimento < Seção Cível < DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
1.0000.24.359489-2/001	23/08/2024	Maurício Soares	Discute se é devido o adicional previsto no artigo 7º, inciso XVI, da Norma Fundamental pelo serviço prestado pelo professor com interação com os educandos após extrapolado o limite máximo de 2/3 (dois terços) da carga horária, estabelecido pelo artigo 2º, § 4º, da Lei Federal nº 11.738/08. ANOTAÇÕES NUGEPNAC: Na sessão de julgamento do dia 18/06/2025, inadmitiram o incidente.	12887 - PISO SALARIAL < REMUNERAÇÃO < VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO E DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO < DIREITO À EDUCAÇÃO
1.0000.21.239604-8/003	07/08/2024	João Cancio	Discute-se sobre a revisão e/ou resolução dos contratos celebrados entre os cooperados e a Cooperativa dos Cafeicultores da Região de Lajinha Ltda. - COOCAFÉ, relacionados à comercialização antecipada de café, mediante ajuste de preço e prazo para entrega e recebimento do valor do produto. ANOTAÇÕES NUGEPNAC: Na sessão de julgamento do dia 27/01/2025, inadmitiram o incidente.	10582 - Rescisão / Resolução < Inadimplemento < Obrigações < DIREITO CIVIL
1.0000.24.338806-3/001	01/08/2024	Juliana Campos Horta	Discute-se a incidência do Imposto sobre a Prestação de Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) na contratação de serviços de terceiros pela incorporadora para a execução da obra na atividade de incorporação imobiliária direta. ANOTAÇÕES NUGEPNAC: Na sessão de julgamento do dia 19/02/2025, inadmitiram o incidente.	5951 - ISS/ Imposto sobre Serviços < Impostos < DIREITO TRIBUTÁRIO



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

IRDR / IAC - Distribuídos

12/02/2026 19:25:06

Classe: IRDR - Cv

TOTAL PROCESSOS: 417

Nº Processo	Data distribuição	Relator	Questão apresentada na inicial/Anotações NUGEP	Assunto CNJ
1.0000.24.265413-5/002	26/07/2024	Maria Inês Souza	Definir se houve preterição dos candidatos excedentes do concurso CFO/2020, referente ao Edital DRHCRS 11/2019 quando, durante o prazo de calamidade pública ocasionado pandemia COVID/19 e durante a égide do art. 4º da Lei 23.631/2020, ao invés de nomear os candidatos excedentes, a PMMG publica novo Concurso para o mesmo cargo e vagas e ainda dentro do prazo de validade do Concurso CFO/2020 - em virtude da suspensão obrigatória - nomeia novos candidatos para a mesma vaga em 17 de dezembro de 2021.	11908 - Reserva de Vagas < Concurso Público / Edital < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO 10381 - Classificação e/ou Preterição < Concurso Público / Edital < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
1.0000.24.328816-4/000	26/07/2024	Wilson Benevides	Discute-se a legalidade da nomeação de tabeliães não concursados para cartórios cujas cidades não sejam sede de Comarcas e não há candidato aprovado para nomeação.	11567 - Concurso Público < Servidor < Administração da Justiça Eleitoral < DIREITO ELEITORAL 10240 - Posse e Exercício < Regime Estatutário < Servidor Público Civil < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
1.0000.24.326706-9/001	18/07/2024	Antônio Bispo	Discute-se se é possível ou não a suspensão de ações individuais promovidas em face da Ré HURB TECHNOLOGIES S.A. pela existência de ações civis públicas propostas no Estado do Rio de Janeiro (nº 0871577- 31.2022.8.19.0001 e 0854669-59.2023.8.19.0001) em suposto cumprimento à tese firmada pelo Tema Repetitivo nº 60, julgado pela Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça, mesmo que não seja feita a análise de similitude de causas de pedir e pedido das causas individuais com aquelas ações coletivas? ANOTAÇÕES NUGEPNAC: Na sessão de julgamento do dia 26/08/2024, inadmitiram o incidente.	10433 - Indenização por Dano Moral < Responsabilidade Civil < DIREITO CIVIL
1.0000.24.282491-0/001	11/07/2024	Carlos Levenhagen	Discute-se sobre a incidência da Gratificação de Produtividade por Prestação de Serviço Adicional de Assistência Médica ou Odontológica - GPMO nas verbas de terço constitucional de	10305 - Gratificações de Atividade < Sistema Remuneratório e Benefícios < Servidor Público Civil < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

IRDR / IAC - Distribuídos

12/02/2026 19:25:06

Classe: IRDR - Cv

TOTAL PROCESSOS: 417

Nº Processo	Data distribuição	Relator	Questão apresentada na inicial/Anotações NUGEP	Assunto CNJ
1.0000.24.282491-0/001	11/07/2024	Carlos Levenhagen	férias e décimo terceiro salário aos servidores do IPSEMG. ANOTAÇÕES NUGEPNAC: Na sessão de julgamento do dia 19/03/2025, admitiram o incidente e criou-se o Tema 104 IRDR TJMG.	DE DIREITO PÚBLICO
1.0000.24.258592-5/001	12/06/2024	Pedro Bitencourt Marcondes	Busca-se reconhecer que o Decreto nº 44.559/2007, especialmente o art. 11, § 4º, entra em confronto com o disposto nos artigos 87 e 88, I da Lei Estadual nº 869/1952 (Estatuto dos Servidores), que determina a inclusão das férias regulamentares para a contagem do tempo de efetivo exercício. ANOTAÇÕES NUGEPNAC: Na sessão de julgamento do dia 16/10/2024, inadmitiram o incidente.	10300 - Data Base < Sistema Remuneratório e Benefícios < Servidor Público Civil < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO 10220 - Regime Estatutário < Servidor Público Civil < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
1.0000.24.242416-6/001	20/05/2024	Marcelo Pereira da Silva	Discute se a atualização de parcelas obrigacionais somente é admitida após a regular constituição em mora do devedor, mediante notificação judicial ou extrajudicial, nas hipóteses de supressão, sendo vedado eventual reajuste desde a data da celebração do contrato, com fundamento no princípio da boa-fé objetiva consagrado no art. 422 do Código Civil. ANOTAÇÕES NUGEPNAC: Na sessão de julgamento do dia 08/10/2024, não admitiram o incidente.	10671 - Obrigação de Fazer / Não Fazer < Liquidação / Cumprimento / Execução < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO 11000 - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo < Locação de Imóvel < Espécies de Contratos < Obrigações < DIREITO CIVIL
1.0000.23.344643-4/002	18/04/2024	Claret de Moraes	Presente feito cadastrado por equívoco como IRDR.	7772 - Cartão de Crédito < Contratos de Consumo < DIREITO DO CONSUMIDOR 9585 - Cartão de Crédito < Espécies de Contratos < Obrigações < DIREITO CIVIL
1.0000.24.158764-1/001	08/03/2024	Alberto Vilas Boas	Presente feito cadastrado por equívoco como IRDR.	10306 - Auxílio-transporte < Sistema Remuneratório e Benefícios < Servidor Público Civil < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
1.0000.24.013630-	31/01/2024	Antônio Bispo	Discute-se: 1. ações justificadas, legítimas e exitosas que	7779 - Indenização por Dano Moral <



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

IRDR / IAC - Distribuídos

12/02/2026 19:25:06

Classe: IRDR - Cv

TOTAL PROCESSOS: 417

Nº Processo	Data distribuição	Relator	Questão apresentada na inicial/Anotações NUGEP	Assunto CNJ
9/001	31/01/2024	Antônio Bispo	visavam preservar a integridade física dos torcedores não acarretam dano moral indenizável: o cumprimento rigoroso do dever de segurança preventiva legalmente outorgado à agremiação mandante não traduz falhas dolosas ou culposas na prestação do serviço; 2. aos réus deve ser oportunizada a produção da prova oral tempestivamente requerida com o objetivo de comprovar que (1) houve a comercialização de bebidas não-alcoólicas e que (2) os itens básicos de higiene (sabão e papel higiênico) foram devidamente repostos nos banheiros destinados à torcida visitante, admitida a juntada da prova testemunhal emprestada colhida em processo no qual não há identidade de partes, assegurado aos litigantes, em qualquer hipótese, o contraditório; 3. a reparação do dano moral individual demanda a comprovação efetiva da lesão subjetiva decorrente das supostas falhas do serviço alegadas pelos autores, sob pena de improcedência do pedido indenizatório, descartado o dano presumido; 4. se reconhecido o direito à reparação por danos morais, a indenização deve ser fixada levando-se em conta o contexto que justificou as medidas de segurança; o caráter meramente transitório da suposta ofensa; o elevado número de demandas já em curso; o potencial efeito multiplicador e a reduzida extensão do dano, arbitrando-se eventual quantum de modo a não ensejar enriquecimento sem causa dos autores, adotado, de resto, o valor do próprio ingresso como referencial. ANOTAÇÕES NUGEPNAC: Na sessão de julgamento do dia 10/06/2024, inadmitiram o incidente.	Responsabilidade do Fornecedor < DIREITO DO CONSUMIDOR
1.0000.23.304509-5/002	25/01/2024	Marcelo Rodrigues	Discute-se se as vítimas, diretas ou indiretas, de rompimento de barragem de rejeitos devem ser definidas como consumidores por equiparação, na forma do art. 17 do	10433 - Indenização por Dano Moral < Responsabilidade Civil < DIREITO CIVIL 12468 - Barragem em Brumadinho < QUESTÕES DE



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

IRDR / IAC - Distribuídos

12/02/2026 19:25:06

Classe: IRDR - Cv

TOTAL PROCESSOS: 417

Nº Processo	Data distribuição	Relator	Questão apresentada na inicial/Anotações NUGEP	Assunto CNJ
1.0000.23.304509-5/002	25/01/2024	Marcelo Rodrigues	Código de Defesa do Consumidor, aplicando-se as disposições do referido Codéx, especialmente no que concerne ao prazo prescricional de 05 anos, e se as ações coletivas interromperam o prazo prescricional para as ações individuais e qual a data de sua fluência. ANOTAÇÕES NUGEPNAC: Em 21/03/2024, o Relator, Desembargador Marcelo Rodrigues, determinou o sobrestamento do presente IRDR, até decisão do Superior Tribunal de Justiça sobre a admissão dos recursos especiais representativos da controvérsia, componentes do Grupo de Representativos 41 - TJMG, remetidos pela Terceira Vice-Presidência deste sodalício. Na sessão de julgamento do dia 24/02/2025, julgaram extinto o feito, por perda de objeto.	ALTA COMPLEXIDADE, GRANDE IMPACTO E REPERCUSSÃO 10439 - Indenização por Dano Material < Responsabilidade Civil < DIREITO CIVIL
1.0000.23.098185-4/002	25/01/2024	Peixoto Henriques	Discute-se se é devida verba honorária sucumbencial e outros encargos decorrentes de despesas cartorárias e judiciais em processos de execução fiscal nos quais não haja ocorrido citação do Executado e tenha havido pagamento do tributo extrajudicialmente após a propositura da ação. ANOTAÇÕES NUGEPNAC: Na sessão de julgamento do dia 17/04/2024, inadmitiram o incidente.	5951 - ISS/ Imposto sobre Serviços < Impostos < DIREITO TRIBUTÁRIO 8942 - Extinção do Processo Sem Resolução de Mérito < Formação, Suspensão e Extinção do Processo < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO
1.0000.23.132928-5/003	16/01/2024	Pedro Bitencourt Marcondes	Discute-se a possibilidade da aplicação analógica do Decreto nº 20.910/32 para o reconhecimento da prescrição intercorrente em processos administrativos ambientais no Estado de Minas Gerais. ANOTAÇÕES NUGEPNAC: Na sessão de julgamento do dia 20/03/2024, admitiram o incidente e criou-se o Tema 95 IRDR TJMG.	5971 - Estaduais < Taxas < DIREITO TRIBUTÁRIO
1.0000.23.208668-6/001	12/12/2023	Peixoto Henriques	Discute-se a possibilidade de colocação de crianças e adolescentes em família substituta antes do trânsito em julgado da Ação de Destituição do Poder Familiar e a não discriminação entre as espécies de filiação (vide art. 227, §	11986 - Suspensão ou Extinção do Poder Familiar < Relações de Parentesco < Família < DIREITO CIVIL



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

IRDR / IAC - Distribuídos

12/02/2026 19:25:06

Classe: IRDR - Cv

TOTAL PROCESSOS: 417

Nº Processo	Data distribuição	Relator	Questão apresentada na inicial/Anotações NUGEP	Assunto CNJ
1.0000.23.208668-6/001	12/12/2023	Peixoto Henriques	6º, da Constituição Federal). ANOTAÇÕES NUGEPNAC: Em 22/03/2024, por decisão monocrática foi homologada a desistência do incidente.	11986 - Suspensão ou Extinção do Poder Familiar < Relações de Parentesco < Família < DIREITO CIVIL
1.0000.23.022153-3/004	07/12/2023	Aparecida Grossi	Busca-se discutir a abusividade das cláusulas de limitação de alienação de milhas aéreas e definir a natureza da aquisição das milhas aéreas (se possuem caráter oneroso ou gratuito), bem como se a limitação contratual que veda a sua alienação poderia ser considerada, ou não, como abusiva. ANOTAÇÕES NUGEPNAC: Na sessão de julgamento do dia 22/07/2024, inadmitiram o incidente.	11974 - Cláusulas Abusivas < DIREITO DO CONSUMIDOR 4862 - Transporte Aéreo < Contratos de Consumo < DIREITO DO CONSUMIDOR 11811 - Práticas Abusivas < DIREITO DO CONSUMIDOR
1.0000.21.224443-8/001	07/12/2023	Carlos Roberto de Faria	Discute-se o termo inicial da prescrição da pretensão, o direito de ação, em 31/12/2015, considerando a suspensão do prazo prescricional pela afetação do tema nº 1020 desde 02/08/2019 até o trânsito em julgado em 08/03/2021 e, quanto ao efetivo recebimento do FGTS por todo o período de irregular vinculação, aplicar, alternativamente: 1ª a prescrição trintenária conforme ARE nº 709.212 eis que o FGTS do caso concreto não está acobertado pela prejudicial, devendo ser recebido o FGTS desde 05/11/2007 até 31/12/2015, acrescido de juros e as devidas correções monetárias legais; ou, caso não seja o entendimento: 2ª a prescrição quinquenal, para o recebimento do FGTS desde 31/12/2010 até 31/12/2015, acrescido de juros e as devidas correções monetárias legais. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 21/09/2022, o incidente foi retirado de pauta e permanecerá sobrestado até a apreciação do Tema nº 1189 pelo STF. Na sessão de julgamento do dia 15/10/2025, inadmitiram o incidente.	10301 - Férias < Sistema Remuneratório e Benefícios < Servidor Público Civil < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO 10433 - Indenização por Dano Moral < Responsabilidade Civil < DIREITO CIVIL
1.0327.07.030594-	04/12/2023	Márcio Idalmo	Discute-se o cabimento da remessa necessária quando a	11884 - Fornecimento de Medicamentos < Saúde <



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

IRDR / IAC - Distribuídos

12/02/2026 19:25:06

Classe: IRDR - Cv

TOTAL PROCESSOS: 417

Nº Processo	Data distribuição	Relator	Questão apresentada na inicial/Anotações NUGEP	Assunto CNJ
8/004	04/12/2023	Santos Miranda	ação civil pública é julgada improcedente, aplicando-se, para tanto, se for o caso, por analogia, a Lei 4.717/65 que se disciplina Ação Popular. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 17/04/2024, inadmitiram o incidente.	Serviços < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO 10064 - Saúde < Serviços < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
1.0000.23.094658-4/003	22/11/2023	Peixoto Henriques	Discute-se se a base de cálculo das horas extras dos servidores do Município de Ponte Nova deve compreender a totalidade da remuneração auferida, aí incluídas as gratificações percebidas. Na sessão de julgamento do dia 16/10/2024, inadmitiram o incidente.	10671 - Obrigação de Fazer / Não Fazer < Liquidação / Cumprimento / Execução < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO
1.0000.22.265928-6/002	24/10/2023	Maria Inês Souza	Discute-se a possibilidade de em sede de ação de reclamação aplicar o efeito suspensivo ao processo enquanto não transitado em julgado a tese firmada no IRDR. ANOTAÇÕES NUGEPNAC: Na sessão de julgamento do dia 21/05/2025, inadmitiram o incidente.	10671 - Obrigação de Fazer / Não Fazer < Liquidação / Cumprimento / Execução < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO 10651 - Competência dos Juizados Especiais < Competência < Jurisdição e Competência < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO 10236 - Promoção / Ascensão < Regime Estatutário < Servidor Público Civil < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
1.0000.21.033599-8/004	17/10/2023	Pedro Aleixo	Definir a possibilidade de reconhecimento, pelo Estado de Minas Gerais, do tempo de serviço prestado como Servidora Pública efetiva do Município de Contagem, para continuidade de percepção de quinquênios, adquiridos junto à Prefeitura Municipal, anteriormente à publicação da Emenda Constitucional n.º 57/03. ANOTAÇÕES NUGEPNAC: Na sessão de julgamento do dia 21/08/2024, inadmitiram o incidente.	10302 - Adicional por Tempo de Serviço < Sistema Remuneratório e Benefícios < Servidor Público Civil < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
1.0000.23.210266-	05/09/2023	Estevão Lucchesi	Discute-se a necessidade de registro de contrato de mútuo	9582 - Alienação Fiduciária < Espécies de



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

IRDR / IAC - Distribuídos

12/02/2026 19:25:06

Classe: IRDR - Cv

TOTAL PROCESSOS: 417

Nº Processo	Data distribuição	Relator	Questão apresentada na inicial/Anotações NUGEP	Assunto CNJ
5/001	05/09/2023	Estevão Lucchesi	feneratício com cláusula de alienação fiduciária no DETRAN-MG e subsequente anotação do gravame no certificado de registro expedido em nome do devedor fiduciante, na forma do artigo 1.361, §1º, in fine do Código Civil brasileiro (CC), como pressuposto processual de validade do processo de busca e apreensão. ANOTAÇÕES NUGEPNAC: Na sessão de julgamento do dia 27/11/2023, inadmitiram o incidente.	Contratos < Obrigações < DIREITO CIVIL
1.0000.23.104933-9/002	04/09/2023	Alberto Diniz Junior	Discute-se a aplicabilidade ou não da prerrogativa do prazo em dobro para a Defensoria Pública, nos procedimentos especiais afetos à Justiça da Infância e da Juventude, estabelecidos na Lei 8.069/69 - ECA. ANOTAÇÕES NUGEPNAC: Na sessão de julgamento do dia 04/12/2023, admitiram o incidente e criou-se o Tema 92 IRDR TJMG.	8928 - Prazo < Atos Processuais < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO
1.0000.23.212557-5/001	31/08/2023	Júlio Cezar Guttierrez	Discute-se o direito dos servidores públicos estaduais ao recebimento de ajuda de custo/auxílio alimentação instituído pela Lei estadual nº 22.257/2016 durante os períodos de férias regulamentares, férias-prêmio, licenças e demais afastamentos temporários, bem como sua incidência no décimo terceiro salário. ANOTAÇÕES NUGEPNAC: Na sessão de julgamento do dia 21/02/2024, admitiram o incidente e criou-se o Tema 94 IRDR TJMG. Na sessão de julgamento do dia 19/11/2025, fixaram tese.	10304 - Auxílio-Alimentação < Sistema Remuneratório e Benefícios < Servidor Público Civil < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO 10298 - Diárias e Outras Indenizações < Sistema Remuneratório e Benefícios < Servidor Público Civil < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
1.0000.23.207368-4/001	30/08/2023	José Marcos Vieira	Discute-se se do julgamento restar configurada a não contratação de empréstimo consignado, com desconto no benefício previdenciário e, ao mesmo tempo, a instituição financeira comprovar o depósito do valor referente à avença impugnada e o consumidor não tomar qualquer atitude no sentido de restituí-lo, configura-se ilícito civil passível de compensação por dano moral? Subsidiariamente: Se do	11806 - Empréstimo consignado < Bancários < Contratos de Consumo < DIREITO DO CONSUMIDOR



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

IRDR / IAC - Distribuídos

12/02/2026 19:25:06

Classe: IRDR - Cv

TOTAL PROCESSOS: 417

Nº Processo	Data distribuição	Relator	Questão apresentada na inicial/Anotações NUGEP	Assunto CNJ
1.0000.23.207368-4/001	30/08/2023	José Marcos Vieira	julgamento restar configurada a não contratação de empréstimo consignado, com desconto no benefício previdenciário e, ao mesmo tempo, a instituição financeira comprovar o depósito do valor referente à avença impugnada, sendo este valor superior à soma das prestações pagas, e o consumidor não tomar qualquer atitude no sentido de restituí-lo, configura-se ilícito civil passível de compensação por dano moral? ANOTAÇÕES NUGEPNAC: Na sessão de julgamento do dia 10/06/2024, admitiram o incidente e criou-se o Tema 98 IRDR TJMG.	11806 - Empréstimo consignado < Bancários < Contratos de Consumo < DIREITO DO CONSUMIDOR
1.0000.23.195164-1/001	23/08/2023	Fábio Torres de Sousa	Busca-se definir se os servidores inativos do Município de Belo Horizonte, aposentados pela regra da paridade, fazem jus à promoção funcional estabelecida pelo artigo 4º, da Lei Municipal nº 11.381/2022. ANOTAÇÕES NUGEPNAC: Na sessão de julgamento do dia 19/02/2025, inadmitiram o incidente.	10288 - Sistema Remuneratório e Benefícios < Servidor Público Civil < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
1.0000.23.008559-9/002	21/08/2023	Júlio Cezar Guttierrez	Discute-se se a irregularidade do parcelamento do solo inviabiliza o fornecimento do serviço pela concessionária de energia elétrica. ANOTAÇÕES NUGEPNAC: Na sessão de julgamento do dia 21/02/2024, admitiram o incidente e criou-se o Tema 93 IRDR TJMG. Na sessão de julgamento do dia 19/11/2025, fixaram tese.	7760 - Fornecimento de Energia Elétrica < Contratos de Consumo < DIREITO DO CONSUMIDOR
1.0000.22.101224-8/002	01/08/2023	Marcelo Rodrigues	Busca definir: i) Se é possível à condenação direta do patrono da parte autora ao pagamento das custas e aos honorários advocatícios quando constatada a prática de ação predatória não oriunda de ausência de procuração regularmente outorgada. (ii) Se, após a condenação primeva, a parte tem ou não interesse recursal (em nome próprio) para afastar a condenação do seu advogado ao pagamento de custas	10433 - Indenização por Dano Moral < Responsabilidade Civil < DIREITO CIVIL 11811 - Práticas Abusivas < DIREITO DO CONSUMIDOR



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

IRDR / IAC - Distribuídos

12/02/2026 19:25:06

Classe: IRDR - Cv

TOTAL PROCESSOS: 417

Nº Processo	Data distribuição	Relator	Questão apresentada na inicial/Anotações NUGEP	Assunto CNJ
1.0000.22.101224-8/002	01/08/2023	Marcelo Rodrigues	processuais e honorários advocatícios. ANOTAÇÕES NUGEPNAC: Na sessão de julgamento do dia 27/11/2023, inadmitiram o incidente.	10433 - Indenização por Dano Moral < Responsabilidade Civil < DIREITO CIVIL 11811 - Práticas Abusivas < DIREITO DO CONSUMIDOR
1.0000.23.025727-1/002	31/07/2023	Alberto Diniz Junior	Sindicar se as Portarias Conjuntas nº 946 e 1.025/PR/2020, do TJMG, que suspenderam os prazos processuais durante o período da pandemia de COVID-19, são aplicadas ao prazo prescricional para instauração da fase de cumprimento individual de sentença derivada do trânsito em julgado de ação coletiva. ANOTAÇÕES NUGEPNAC: Na sessão de julgamento do dia 18/10/2023, por maioria, inadmitiram o incidente e foi revogada a liminar.	9149 - Valor da Execução / Cálculo / Atualização < Liquidação / Cumprimento / Execução < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO 8928 - Prazo < Atos Processuais < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO 9148 - Liquidação / Cumprimento / Execução < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO 5632 - Prescrição e Decadência < Fatos Jurídicos < DIREITO CIVIL 10861 - Alienação Fiduciária < Prisão Civil < Liquidação / Cumprimento / Execução < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO 10085 - Água e/ou Esgoto < Concessão / Permissão / Autorização < Serviços < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
1.0702.12.016935-5/007	20/07/2023	Leonardo de Faria Beraldo	Definir sobre a necessidade ou não de comprovar o feriado local nos municípios de jurisdição do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, no ato de interposição do recurso a ele dirigido, prevista no § 6º, do Art. 1.003 do CPC. ANOTAÇÕES NUGEPNAC: Na sessão de julgamento do dia 23/10/2023, inadmitiram o incidente.	9596 - Prestação de Serviços < Espécies de Contratos < Obrigações < DIREITO CIVIL 9045 - Recurso < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO 8826 - DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO
1.0000.23.161813-3/001	17/07/2023	Pedro Aleixo	Busca-se definir a competência territorial para o julgamento da ação de cobrança de taxa de segurança pública no Juizado	9596 - Prestação de Serviços < Espécies de Contratos < Obrigações < DIREITO CIVIL



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

IRDR / IAC - Distribuídos

12/02/2026 19:25:06

Classe: IRDR - Cv

TOTAL PROCESSOS: 417

Nº Processo	Data distribuição	Relator	Questão apresentada na inicial/Anotações NUGEP	Assunto CNJ
1.0000.23.161813-3/001	17/07/2023	Pedro Aleixo	Especial, de acordo com o previsto no artigo 4º, da Lei Federal nº 9.099/95. ANOTAÇÕES NUGEPNAC: Na sessão de julgamento do dia 19/06/2024, inadmitiram o incidente.	9596 - Prestação de Serviços < Espécies de Contratos < Obrigações < DIREITO CIVIL
1.0000.20.573260-5/003	04/07/2023	Júlio Cezar Gutierrez	Busca definir a admissibilidade ou não dos cumprimentos de sentença que têm como objetivo a cobrança de verbas que não foram recolhidas pelo IPSP a título de contribuições previdenciárias, após a revogação da medida liminar deferida nos autos do Mandado de Segurança. ANOTAÇÕES NUGEPNAC: Em decisão monocrática de 12/09/2023, o relator indeferiu liminarmente o incidente, por se tratar de mera reiteração de pedido aviado no IRDR nº1.0000.23.145669-0/001.	6050 - Servidores Inativos < Contribuições Previdenciárias < Contribuições < DIREITO TRIBUTÁRIO
1.0000.23.145669-0/001	30/06/2023	Alberto Diniz Junior	Busca definir a admissibilidade ou não dos cumprimentos de sentença que têm como objetivo a cobrança de verbas que não foram recolhidas pelo IPSP a título de contribuições previdenciárias, após a revogação da medida liminar deferida nos autos do Mandado de Segurança. ANOTAÇÕES NUGEPNAC: Na sessão de julgamento do dia 20/11/2023, inadmitiram o incidente.	6050 - Servidores Inativos < Contribuições Previdenciárias < Contribuições < DIREITO TRIBUTÁRIO
1.0441.18.002485-9/002	29/06/2023	Pedro Bitencourt Marcondes	Discute-se a instituição do piso nacional para os profissionais do magistério público da educação básica do município de Juruiaia. ANOTAÇÕES NUGEPNAC: Na sessão de julgamento do dia 20/03/2024, inadmitiram o incidente.	10671 - Obrigação de Fazer / Não Fazer < Liquidação / Cumprimento / Execução < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO 10313 - Reajustes de Remuneração, Proventos ou Pensão < Servidor Público Civil < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
1.0441.18.003229-0/002	29/06/2023	Pedro Bitencourt Marcondes	Discute-se a instituição do piso nacional para os profissionais do magistério público da educação básica do município de Juruiaia. ANOTAÇÕES NUGEPNAC: Na sessão de julgamento do dia 20/03/2024, inadmitiram o incidente.	10671 - Obrigação de Fazer / Não Fazer < Liquidação / Cumprimento / Execução < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO 10313 - Reajustes de Remuneração, Proventos ou



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

IRDR / IAC - Distribuídos

12/02/2026 19:25:06

Classe: IRDR - Cv

TOTAL PROCESSOS: 417

Nº Processo	Data distribuição	Relator	Questão apresentada na inicial/Anotações NUGEP	Assunto CNJ
1.0441.18.003229-0/002	29/06/2023	Pedro Bitencourt Marcondes	Discute-se a instituição do piso nacional para os profissionais do magistério público da educação básica do município de Juruiaia. ANOTAÇÕES NUGEPNAC: Na sessão de julgamento do dia 20/03/2024, inadmitiram o incidente.	Pensão < Servidor Público Civil < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
1.0000.22.235478-9/001	26/06/2023	Marco Aurélio Ferrara Marcolino	Discute-se a prevalência (ou não) das normas consumeristas em relação à tese de exceção de contrato não cumprido, nos casos de mora da construtora na entrega de imóvel adquirido na planta. ANOTAÇÕES NUGEPNAC: Na sessão de julgamento do dia 23/10/2023, não admitiram o incidente.	7768 - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro < Responsabilidade do Fornecedor < DIREITO DO CONSUMIDOR
1.0000.23.138516-2/001	26/06/2023	Peixoto Henriques	Discute-se a necessidade, ou não, da realização de audiência inaugural de conciliação nos processos da COPASA que tramitam no Juizado Especial de Nova Serrana e se o dano moral decorrente da falta de água é presumido ou reclama prova. ANOTAÇÕES NUGEPNAC: Na sessão de julgamento do dia 27/11/2024, admitiram em parte o incidente e criou-se o Tema 101 IRDR TJMG.	7761 - Fornecimento de Água < Contratos de Consumo < DIREITO DO CONSUMIDOR 10433 - Indenização por Dano Moral < Responsabilidade Civil < DIREITO CIVIL
1.0000.20.018176-6/001	16/06/2023	Oliveira Firmo	Definir se há, ou não, necessidade de comprovação de plano dos requisitos exigidos na legislação que regulamenta o Programa Poupança Jovem ou se a simples existência de valor empenhado implica no reconhecimento do crédito a favor do estudante, suprimindo a necessidade da comprovação acima aludida. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 17/04/2024, admitiram o incidente e criou-se o Tema 96 IRDR TJMG.	10502 - Indenização por Dano Material < Responsabilidade da Administração < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
1.0000.21.238978-7/004	12/06/2023	Pedro Aleixo	Discute-se a possibilidade de alienação de fração ideal inferior ao módulo fiscal de imóvel rural, com a formação de condomínio pro-indiviso, aliada a possibilidade jurídica do respectivo registro da compra e venda no Fólio Real. ANOTAÇÕES NUGEPNAC: Na sessão de julgamento do dia	5954 - ITBI - Imposto de Transmissão Intervivos de Bens Móveis e Imóveis < Impostos < DIREITO TRIBUTÁRIO



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

IRDR / IAC - Distribuídos

12/02/2026 19:25:06

Classe: IRDR - Cv

TOTAL PROCESSOS: 417

Nº Processo	Data distribuição	Relator	Questão apresentada na inicial/Anotações NUGEP	Assunto CNJ
1.0000.21.238978-7/004	12/06/2023	Pedro Aleixo	18/10/2023, inadmitiram o incidente.	5954 - ITBI - Imposto de Transmissão Intervivos de Bens Móveis e Imóveis < Impostos < DIREITO TRIBUTÁRIO
1.0000.23.127247-7/001	12/06/2023	Fernando Caldeira Brant	Discute-se sobre a competência para processar e julgar recursos interpostos em ações que envolvam pretensão de revisão/rescisão de contrato de promessa de compra e venda de imóvel, em virtude de atraso de obras ou outro fato superveniente. ANOTAÇÕES NUGEPNAC: Na sessão de julgamento do dia 27/11/2023, inadmitiram o incidente.	7768 - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro < Responsabilidade do Fornecedor < DIREITO DO CONSUMIDOR
1.0000.23.122974-1/001	12/06/2023	Pedro Bitencourt Marcondes	Discute-se a (im) pertinência do cômputo de serviço prestado a título de contrato temporário para aquisição de quinquênio e benefícios correlatos a servidor do Município de Casa Grande/MG. ANOTAÇÕES NUGEPNAC: Na sessão de julgamento do dia 20/11/2023, inadmitiram o incidente.	10502 - Indenização por Dano Material < Responsabilidade da Administração < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO 10277 - Averbação / Contagem de Tempo Especial < Tempo de Serviço < Servidor Público Civil < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
1.0000.23.122781-0/001	12/06/2023	Pedro Aleixo	Discute-se a declaração da ilegalidade do Decreto nº 48.113 de 2020, no que tange ao seu artigo 4º que excluiu os Policiais Cíveis da incidência do benefício do auxílio-alimentação, concedendo-lhes tanto o direito à inclusão do referido benefício em folha de pagamento quanto ao pagamento retroativo desde a data de promulgação da Lei nº 22.257 de 2016, que instituiu o referido benefício em seu artigo 189. ANOTAÇÕES NUGEPNAC: Na sessão de julgamento do dia 17/07/2024, admitiram o IRDR e criou-se o Tema 99 IRDR TJMG.	10304 - Auxílio-Alimentação < Sistema Remuneratório e Benefícios < Servidor Público Civil < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
1.0000.22.129540-	07/06/2023	Teresa Cristina da	Busca definir se é cabível, na legislação processual vigente, a	12484 - Fornecimento de medicamentos < Pública



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

IRDR / IAC - Distribuídos

12/02/2026 19:25:06

Classe: IRDR - Cv

TOTAL PROCESSOS: 417

Nº Processo	Data distribuição	Relator	Questão apresentada na inicial/Anotações NUGEP	Assunto CNJ
5/001	07/06/2023	Cunha Peixoto	impetração de mandado de segurança, devidamente instruído com prova garantidora da probabilidade do direito do impetrante, visando o fornecimento de medicamentos, exames, procedimentos cirúrgicos etc. ANOTAÇÕES NUGEPNAC: Na sessão de julgamento do dia 16/08/2023, não admitiram o incidente.	< DIREITO DA SAÚDE
1.0000.23.125123-2/001	06/06/2023	Carlos Roberto de Faria	Discute-se a competência para julgamento de feitos que tenham por objeto o direito à saúde pública e a saúde complementar, à luz da interpretação da Resolução nº 829/2016, art.1º, II. ANOTAÇÕES NUGEPNAC: Na sessão de julgamento do dia 17/04/2024, inadmitiram o incidente.	12484 - Fornecimento de medicamentos < Pública < DIREITO DA SAÚDE
1.0000.23.114962-6/001	05/06/2023	Pedro Bitencourt Marcondes	Discute-se a instituição do piso nacional para os profissionais do magistério público da educação básica do município de Juruaia. ANOTAÇÕES NUGEPNAC: Na sessão de julgamento do dia 20/11/2023, inadmitiram o incidente.	10671 - Obrigação de Fazer / Não Fazer < Liquidação / Cumprimento / Execução < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO
1.0000.23.111322-6/001	05/06/2023	Estevão Lucchesi	Discute-se o reconhecimento do dano moral pela inclusão indevida do nome no registro de proteção ao crédito e o afastamento da "Súmula 385 do STJ quando as restrições anteriores encontram-se excluídas quando a negativação discutida é preexistente as demais existentes". ANOTAÇÕES NUGEPNAC: Na sessão de julgamento do dia 25/09/2023, inadmitiram o incidente.	6226 - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes < Indenização por Dano Moral < Responsabilidade do Fornecedor < DIREITO DO CONSUMIDOR
1.0000.22.297576-5/002	05/05/2023	José Augusto Lourenço dos Santos	Discute-se a viabilidade, ou não, de concessão liminar de reintegração de posse nos casos em que haja cláusula resolutiva expressa no contrato avençado entre as partes. ANOTAÇÕES NUGEPNAC: Na sessão de julgamento do dia 29/04/2024, admitiram o IRDR e criou-se o Tema 97 IRDR TJMG.	10445 - Esbulho / Turbação / Ameaça < Posse < Coisas < DIREITO CIVIL



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

IRDR / IAC - Distribuídos

12/02/2026 19:25:06

Classe: IRDR - Cv

TOTAL PROCESSOS: 417

Nº Processo	Data distribuição	Relator	Questão apresentada na inicial/Anotações NUGEP	Assunto CNJ
1.0000.23.096646-7/001	05/05/2023	Carlos Roberto de Faria	Busca definir se a lei 11.442/2007 aplica-se ao motorista contratado pela cooperativa COOPERTUR, que venceu licitação da prefeitura de Belo Horizonte, para transporte de funcionários públicos e dos bens ou coisas relativas aos trabalhos destes. ANOTAÇÕES NUGEPNAC: Na sessão de julgamento do dia 18/06/2025, inadmitiram o incidente.	9596 - Prestação de Serviços < Espécies de Contratos < Obrigações < DIREITO CIVIL
1.0000.23.092263-5/001	05/05/2023	Cavalcante Motta	Discute-se sobre a nulidade do parágrafo único do art. 17 da Resolução Normativa nº 195/2009 da ANS, "de modo a reconhecer a abusividade da exigência do cumprimento do aviso prévio e a consequente cobrança da mensalidade pelo mesmo período do aviso". ANOTAÇÕES NUGEPNAC: Na sessão de julgamento do dia 26/06/2023, inadmitiram o incidente.	7768 - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro < Responsabilidade do Fornecedor < DIREITO DO CONSUMIDOR 11974 - Cláusulas Abusivas < DIREITO DO CONSUMIDOR 11811 - Práticas Abusivas < DIREITO DO CONSUMIDOR
1.0000.22.275000-2/002	05/05/2023	Alberto Diniz Junior	Busca definir se o provimento de vagas para os cargos de Professor Regente PR - A e PR - B, às regras dos Editais nºs 01/2021 e 02/2021 "prevê que tanto a Prova Objetiva de Múltipla Escolha, quanto a Prova Discursiva teriam caráter eliminatório e classificatório de avaliação, de forma a concluir que a soma entre as pontuações obtidas nas citadas etapas é o meio adotado para a convocação do candidato a fim de realizar a Prova Prática". ANOTAÇÕES NUGEPNAC: Na sessão do dia 27/09/2023, inadmitiram o incidente.	10381 - Classificação e/ou Preterição < Concurso Público / Edital < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
1.0000.22.124024-5/002	26/04/2023	Márcio Idalmo Santos Miranda	Definir se os depósitos judiciais referentes a créditos tributários estaduais e municipais devem ser atualizados monetariamente pela Taxa SELIC ou pelo índice da poupança. ANOTAÇÕES NUGEPNAC: Na sessão de julgamento do dia 17/04/2024, inadmitiram o incidente.	5946 - ICMS/ Imposto sobre Circulação de Mercadorias < Impostos < DIREITO TRIBUTÁRIO
1.0000.19.164871-6/003	24/04/2023	Márcio Idalmo Santos Miranda	Definir se os depósitos judiciais referentes a créditos tributários estaduais e municipais devem ser atualizados	10872 - Nao Cumulatividade < ICMS/ Imposto sobre Circulação de Mercadorias < Impostos <



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

IRDR / IAC - Distribuídos

12/02/2026 19:25:06

Classe: IRDR - Cv

TOTAL PROCESSOS: 417

Nº Processo	Data distribuição	Relator	Questão apresentada na inicial/Anotações NUGEP	Assunto CNJ
1.0000.19.164871-6/003	24/04/2023	Márcio Idalmo Santos Miranda	monetariamente pela Taxa SELIC ou pelo índice da poupança. ANOTAÇÕES NUGEPNAC: Na sessão de julgamento do dia 01/04/2024, admitiram o incidente e criou-se o Tema 100 IRDR TJMG.	DIREITO TRIBUTÁRIO
1.0701.18.009399-2/001	20/04/2023	Teresa Cristina da Cunha Peixoto	Discute-se a existência de direito ao recebimento pelo servidor público de gratificação denominada prêmio por produtividade. ANOTAÇÕES NUGEPNAC: Em 25/05/2023, o Relator julgou extinto o feito sem exame do mérito, visto que a tese jurídica fixada no IRDR nº 1.0134.17.006461-1/001 "abarca o objeto do presente IRDR".	7681 - Obrigações < DIREITO CIVIL
1.0000.21.137529-0/001	04/04/2023	Teresa Cristina da Cunha Peixoto	Definir se a existência de recurso anterior em ação que envolva alimentos gera prevenção para os recursos posteriores em feitos outros também sobre alimentos relativos ao mesmo núcleo familiar, como por exemplo, nos cumprimentos de sentença, nas ações revisionais e exoneratórias, ainda que não exista conexão propriamente dita entre as causas. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão do dia 16/02/2022, admitiram o incidente e criou-se o Tema 81 IRDR TJMG.	10859 - Alimentos < Prisão Civil < Liquidação / Cumprimento / Execução < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO
1.0000.22.246211-1/001	03/04/2023	Pedro Aleixo	Discute-se se a Resolução nº 56/2009 da ANVISA possui ou não idoneidade para proibir tanto a comercialização como o uso de equipamentos destinados ao bronzamento artificial com finalidade estética, sem que lei tenha considerado a comercialização e uso, ilegal. ANOTAÇÕES NUGEPNAC: Na sessão de julgamento do dia 21/02/2024, inadmitiram o incidente.	10894 - Abuso de Poder < Atos Administrativos < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
1.0000.22.099667-2/003	03/04/2023	Júlio Cezar Guttierrez	Discute-se o dever (ou não) do IPSEMG autorizar as cirurgias de urgências necessárias ao tratamento de saúde dos segurados e seus dependentes. ANOTAÇÕES NUGEPNAC: Na	12501 - Cirurgia < Tratamento médico-hospitalar < Pública < DIREITO DA SAÚDE 12502 - Eletiva < Cirurgia < Tratamento médico-



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

IRDR / IAC - Distribuídos

12/02/2026 19:25:06

Classe: IRDR - Cv

TOTAL PROCESSOS: 417

Nº Processo	Data distribuição	Relator	Questão apresentada na inicial/Anotações NUGEP	Assunto CNJ
1.0000.22.099667-2/003	03/04/2023	Júlio Cezar Gutierrez	sessão de julgamento do dia 17/05/2023, inadmitiram o Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas	hospitalar < Pública < DIREITO DA SAÚDE
1.0000.23.047431-4/001	27/03/2023	Peixoto Henriques	Discute-se o direito do servidor público do Município de Betim ao pagamento do benefício previdenciário retroativo desde a data do requerimento, momento em que o requerente implementou as condições para a sua aposentadoria. ANOTAÇÕES NUGEPNAC: Na sessão de julgamento do dia 21/02/2024, inadmitiram o incidente.	10230 - Regime Previdenciário < Regime Estatutário < Servidor Público Civil < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
1.0000.20.067928-0/003	24/03/2023	Teresa Cristina da Cunha Peixoto	Discute-se se é indispensável ou não a formação de litisconsórcio passivo necessário com o Estado de Minas Gerais em ações em que se requer a concessão do benefício da pensão por morte ao IPSEMG. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 19/10/2022, admitiram o incidente e criou-se o Tema 85 IRDR TJG.	6104 - Pensão por Morte (Art. 74/9) < Benefícios em Espécie < DIREITO PREVIDENCIÁRIO
1.0137.19.000058-8/002	24/03/2023	Teresa Cristina da Cunha Peixoto	Discute-se se a vinda do processo a esta segunda instância, seja em sede recursal seja em ação originária, previne o órgão deste TJMG para outros recursos no mesmo feito ou para a própria ação originária, tendo em vista tratar-se de um único (mesmo) processo e não de causa conexa. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 20/10/2021 admitiram o incidente e criou-se o Tema 78 IRDR TJMG.	8961 - Antecipação de Tutela / Tutela Específica < Processo e Procedimento < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO
1.0000.22.267762-7/002	22/03/2023	Márcio Idalmo Santos Miranda	Discute-se sobre a obrigatoriedade de liquidação da sentença genérica, devido à necessidade de apuração da existência de saldo positivo à época dos fatos e a impossibilidade de supressão da fase liquidatória e ajuizamento direto dos cumprimentos de sentença. ANOTAÇÕES NUGEPNAC: Na sessão de julgamento do dia 21/02/2024, inadmitiram o	8960 - Processo e Procedimento < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO 10012 - Dano ao Erário < Improbidade Administrativa < Atos Administrativos < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

IRDR / IAC - Distribuídos

12/02/2026 19:25:06

Classe: IRDR - Cv

TOTAL PROCESSOS: 417

Nº Processo	Data distribuição	Relator	Questão apresentada na inicial/Anotações NUGEP	Assunto CNJ
1.0000.22.267762-7/002	22/03/2023	Márcio Idalmo Santos Miranda	incidente.	10014 - Violação dos Princípios Administrativos < Improbidade Administrativa < Atos Administrativos < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
1.0000.21.236423-6/003	15/03/2023	Maria Inês Souza	Busca definir se houve preterição dos candidatos excedentes do concurso CFO/2019, quando, durante o prazo de calamidade em virtude da pandemia COVID/19, ao invés de nomear os candidatos excedentes, a PMMG abre novo concurso, e, ainda dentro do prazo de validade do concurso CFO/2019 - em virtude da suspensão obrigatória - nomeia novos candidatos para a mesma vaga em 17 de dezembro de 2021. ANOTAÇÕES NUGEPNAC: Na sessão de julgamento do dia 19/06/2024, inadmitiram o incidente.	11908 - Reserva de Vagas < Concurso Público / Edital < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO 10327 - Curso de Formação < Regime < Militar < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
1.0000.23.045315-1/001	14/03/2023	Pedro Bitencourt Marcondes	Discute-se o direito dos servidores públicos do Município de Conselheiro Lafaiete à complementação da aposentaria concedida pelo INSS, nos termos da Lei Municipal n. 4.496/2002, nos princípios da paridade, isonomia e irredutibilidade de seus vencimentos. ANOTAÇÕES NUGEPNAC: Na sessão de julgamento do dia 20/11/2023, inadmitiram o incidente.	10243 - Complementação de Benefício/Ferroviário < Sistema Remuneratório e Benefícios < Servidor Público Civil < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
1.0000.23.045270-8/001	14/03/2023	Pedro Bitencourt Marcondes	Discute-se o direito dos servidores públicos do Município de Conselheiro Lafaiete à complementação da aposentaria concedida pelo INSS, nos termos da Lei Municipal n. 4.496/2002, nos princípios da paridade, isonomia e irredutibilidade de seus vencimentos. ANOTAÇÕES NUGEPNAC: Na sessão de julgamento do dia 20/11/2023, inadmitiram o incidente.	10243 - Complementação de Benefício/Ferroviário < Sistema Remuneratório e Benefícios < Servidor Público Civil < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
1.0000.23.042698-3/001	14/03/2023	Pedro Bitencourt Marcondes	Discute-se o direito dos servidores públicos do Município de Conselheiro Lafaiete à complementação da aposentaria concedida pelo INSS, nos termos da Lei Municipal n. 4.496/2002, nos princípios da paridade, isonomia e irredutibilidade de seus vencimentos. ANOTAÇÕES NUGEPNAC: Na sessão de	10638 - Acumulação de Proventos < Sistema Remuneratório e Benefícios < Servidor Público Civil < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

IRDR / IAC - Distribuídos

12/02/2026 19:25:06

Classe: IRDR - Cv

TOTAL PROCESSOS: 417

Nº Processo	Data distribuição	Relator	Questão apresentada na inicial/Anotações NUGEP	Assunto CNJ
1.0000.23.042698-3/001	14/03/2023	Pedro Bitencourt Marcondes	julgamento do dia 20/11/2023, inadmitiram o incidente.	10638 - Acumulação de Proventos < Sistema Remuneratório e Benefícios < Servidor Público Civil < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
1.0000.23.045214-6/001	14/03/2023	Pedro Bitencourt Marcondes	Discute-se o direito dos servidores públicos do Município de Conselheiro Lafaiete à complementação da aposentaria concedida pelo INSS, nos termos da Lei Municipal n. 4.496/2002, nos princípios da paridade, isonomia e irredutibilidade de seus vencimentos. ANOTAÇÕES NUGEPNAC: Na sessão de julgamento do dia 20/11/2023, inadmitiram o incidente.	10638 - Acumulação de Proventos < Sistema Remuneratório e Benefícios < Servidor Público Civil < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
1.0000.23.045202-1/001	14/03/2023	Pedro Bitencourt Marcondes	Discute-se o direito dos servidores públicos do Município de Conselheiro Lafaiete à complementação da aposentaria concedida pelo INSS, nos termos da Lei Municipal n. 4.496/2002, nos princípios da paridade, isonomia e irredutibilidade de seus vencimentos. ANOTAÇÕES NUGEPNAC: Na sessão de julgamento do dia 20/11/2023, inadmitiram o incidente.	10288 - Sistema Remuneratório e Benefícios < Servidor Público Civil < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
1.0000.23.042614-0/001	13/03/2023	Pedro Bitencourt Marcondes	Discute-se o direito dos servidores públicos do Município de Conselheiro Lafaiete à complementação da aposentaria concedida pelo INSS, nos termos da Lei Municipal n. 4.496/2002, nos princípios da paridade, isonomia e irredutibilidade de seus vencimentos. ANOTAÇÕES NUGEPNAC: Na sessão de julgamento do dia 16/08/2023, admitiram o incidente e propuseram a revisão da tese fixada no IRDR nº 1.0672.13.037458-6/003 (Tema 17). Na sessão de julgamento do dia 21/05/2025, revisaram a tese fixada no IRDR nº 1.0672.13.037458-6/003.	10288 - Sistema Remuneratório e Benefícios < Servidor Público Civil < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
1.0000.21.064581-8/002	10/03/2023	Moreira Diniz	Discute-se se é legal ou não que o DEER/MG exija, para concessão da Autorização para Prestação de Serviço Fretado de Transporte Rodoviário Intermunicipal de Pessoas, que a empresa autorizatária não seja optante do Simples Nacional.	10076 - Transporte Terrestre < Concessão / Permissão / Autorização < Serviços < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

IRDR / IAC - Distribuídos

12/02/2026 19:25:06

Classe: IRDR - Cv

TOTAL PROCESSOS: 417

Nº Processo	Data distribuição	Relator	Questão apresentada na inicial/Anotações NUGEP	Assunto CNJ
1.0000.21.064581-8/002	10/03/2023	Moreira Diniz	ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 15/12/2021 converteram o IAC em IRDR, admitiram o incidente e criou-se o Tema 80 IRDR TJMG.	9986 - Garantias Constitucionais < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
1.0000.21.045383-3/002	10/03/2023	Teresa Cristina da Cunha Peixoto	Discute-se acerca de eventual responsabilidade civil da concessionária prestadora de serviço público de distribuição de energia elétrica por danos em equipamentos elétricos abrangidos em cobertura de contrato de seguro. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamentos do dia 17/08/2022, admitiram o Incidente e criou-se o Tema 84 IRDR TJMG.	10502 - Indenização por Dano Material < Responsabilidade da Administração < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO 10439 - Indenização por Dano Material < Responsabilidade Civil < DIREITO CIVIL
1.0000.20.503207-1/001	10/03/2023	Teresa Cristina da Cunha Peixoto	Busca - se definir as regras das Leis Municipais de nº 2.102/1990 e nº 2.160/1990 têm aplicabilidade em relação à situação funcional dos guardas civis do Município de Contagem, no que pertine à progressão horizontal, ou se a eles aplica-se a Lei Complementar 105/2011 do referido Município, a qual também dispõe sobre a progressão dos servidores na carreira. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 16/04/2021, admitiram o incidente e criou-se o Tema 72 IRDR TJMG.	10662 - Abono de Permanência < Sistema Remuneratório e Benefícios < Servidor Público Civil < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
1.0000.23.039981-8/001	09/03/2023	Alberto Diniz Junior	Discutir as regras dos Editais nºs 01/2021, PR-A e 02/2021 - PR-B, que tratam de processo seletivo público para o provimento de vagas para os cargos de Professor Regente PR - A e PR - B, se "tanto a Prova Objetiva de Múltipla Escolha, quanto a Prova Discursiva teriam caráter eliminatório e classificatório de avaliação, de forma a concluir que a soma entre as pontuações obtidas nas citadas etapas é o meio adotado para a convocação do candidato a fim de realizar a prova prática". ANOTAÇÕES NUGEPNAC: Em decisão monocrática de 22/11/2024, o Relator julgou prejudicado o	10381 - Classificação e/ou Preterição < Concurso Público / Edital < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

IRDR / IAC - Distribuídos

12/02/2026 19:25:06

Classe: IRDR - Cv

TOTAL PROCESSOS: 417

Nº Processo	Data distribuição	Relator	Questão apresentada na inicial/Anotações NUGEP	Assunto CNJ
1.0000.23.039981-8/001	09/03/2023	Alberto Diniz Junior	IRDR, em razão da perda de objeto.	10381 - Classificação e/ou Preterição < Concurso Público / Edital < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
1.0182.16.001439-1/001	03/03/2023	Juliana Campos Horta	Pacificar o entendimento acerca da possibilidade de penhora de salário, relativizando o disposto no artigo 833, do CPC/15, e uma vez constatado de que a constrição do valor não compromete o sustendo da devedora (que mora sozinha), é possível a penhora sobre o saldo existente em conta corrente em período anterior ao recebimento do salário, por se tratar de sobra não utilizada para as despesas de subsistência e que, ao se tornar saldo disponível em conta, perde o caráter alimentar. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 28/06/2021 admitiram o incidente e criou-se o Tema 79 IRDR TJMG.	9587 - Compra e Venda < Espécies de Contratos < Obrigações < DIREITO CIVIL 9163 - Construção / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens < Liquidação / Cumprimento / Execução < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO
1.0607.10.002368-0/014	10/02/2023	Marcos Henrique Caldeira Brant	Definir se existindo no processo prova cabal de envio do fax e sua correspondência com os originais protocolados no prazo legal, conforme certidão exarada pelo escrivão, o recurso deve ser considerado tempestivo. ANOTAÇÕES NUGEPNAC: Na sessão de julgamento do dia 29/04/2024 inadmitiram o incidente.	9450 - Fraude à Execução < Liquidação / Cumprimento / Execução < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO
1.0000.23.019534-9/001	10/02/2023	Pedro Bitencourt Marcondes	Definir a (im) pertinência do cômputo de serviço prestado a título de contrato temporário para aquisição de quinquênio e benefícios correlatos a servidor do Município de Casa Grande/MG. ANOTAÇÕES NUGEPNAC: Na sessão de julgamento do dia 19/04/2023 inadmitiram o incidente.	10276 - Tempo de Serviço < Servidor Público Civil < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO 10671 - Obrigação de Fazer / Não Fazer < Liquidação / Cumprimento / Execução < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO 7703 - Pagamento < Adimplemento e Extinção < Obrigações < DIREITO CIVIL



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

IRDR / IAC - Distribuídos

12/02/2026 19:25:06

Classe: IRDR - Cv

TOTAL PROCESSOS: 417

Nº Processo	Data distribuição	Relator	Questão apresentada na inicial/Anotações NUGEP	Assunto CNJ
1.0000.17.028252-9/007	09/02/2023	Raimundo Messias Júnior	Definir a possibilidade ou não de servidor não concursado, ou que exerça cargo ou função das quais possa ser exonerado ou destituído ad nuntum, constituir comissão processante que vise julgar servidor estável. ANOTAÇÕES NUGEPNAC: Na sessão de julgamento do dia 21/08/2024, inadmitiram o incidente.	10377 - Curso de Formação < Concurso Público / Edital < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
1.0000.22.157099-7/002	02/02/2023	José Marcos Vieira	Discute-se se em ação consumerista a configuração do interesse de agir depende de prévia tentativa de solução extrajudicial. ANOTAÇÕES NUGEPNAC: Na sessão de julgamento do dia 22/05/2023, admitiram o processamento do incidente e criou-se o Tema 91 IRDR TJMG.	1156 - DIREITO DO CONSUMIDOR
1.0000.22.036149-7/002	02/02/2023	Júlio Cezar Guttierrez	Definir a imprescindibilidade da realização do exame psicológico para os candidatos já ocupantes do posto de praça na Polícia Militar do Estado de Minas Gerais e que almejam a mudança para Oficial na corporação após a revogação da Lei 14445/2002. ANOTAÇÕES NUGEPNAC: Na sessão de julgamento do dia 19/04/2023 admitiram o incidente e criou-se o Tema 89 IRDR TJMG. Na sessão de julgamento do dia 15/10/2025, acolheram, em parte, os Embargos de Declaração, apenas para modular os efeitos da tese fixada.	10378 - Exame Psicotécnico / Psiquiátrico < Concurso Público / Edital < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
1.0000.22.260376-3/001	30/01/2023	Júlio Cezar Guttierrez	Definir se os períodos de férias, licenças e demais afastamentos previstos no artigo 88 da Lei Estadual nº 869/52 devem ser considerados como dias de efetivo exercício, para fins de concessão do auxílio alimentação (ajuda de custo), previsto na Lei Estadual 22.257/16, aos servidores públicos da Administração Direta e Indireta do Estado de Minas Gerais. ANOTAÇÕES NUGEPNAC: Na sessão	10304 - Auxílio-Alimentação < Sistema Remuneratório e Benefícios < Servidor Público Civil < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

IRDR / IAC - Distribuídos

12/02/2026 19:25:06

Classe: IRDR - Cv

TOTAL PROCESSOS: 417

Nº Processo	Data distribuição	Relator	Questão apresentada na inicial/Anotações NUGEP	Assunto CNJ
1.0000.22.260376-3/001	30/01/2023	Júlio Cezar Gutierrez	de julgamento do dia 18/10/2023, indeferiram a petição inicial do incidente.	10304 - Auxílio-Alimentação < Sistema Remuneratório e Benefícios < Servidor Público Civil < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
1.0000.21.149889-4/006	07/12/2022	José Marcos Vieira	Definir se o cessionário responde solidariamente pelos danos causados pelo cedente, uma vez que, em virtude do risco do próprio empreendimento, na cessão, o cessionário assume os ônus e os benefícios da avença. ANOTAÇÕES NUGEPNAC: Na sessão de julgamento do dia 22/05/2023, inadmitiram o incidente.	7768 - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro < Responsabilidade do Fornecedor < DIREITO DO CONSUMIDOR
1.0000.22.261622-9/001	16/11/2022	Pedro Aleixo	Definir se: a) é vedada a adoção de critérios abstratos ou objetivos (de forma isolada) que são distintos daqueles expressamente previstos na legislação de regência, para concessão do benefício da gratuidade de justiça; b) inconstitucionalidade ou ilegalidade da normatização da Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG), através da Deliberação nº 025/2015, com as alterações da Deliberação nº 113/2019, como critério e fundamentação da decisão que concede ou não os benefícios da gratuidade de justiça. ANOTAÇÕES NUGEPNAC: Na sessão de julgamento do dia 21/02/2024, inadmitiram o incidente.	10236 - Promoção / Ascensão < Regime Estatutário < Servidor Público Civil < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
1.0313.13.017124-9/006	03/11/2022	Márcio Idalmo Santos Miranda	Proposta de Revisão de Tese do Tema 27 IRDR: É vedada a redução (proporcional) de jornada de trabalho e de vencimentos dos servidores comissionados do Município de Ipatinga, o que, todavia, não implica pagamento de supostas diferenças advindas do disposto no Decreto nº. 7.247/2012. ANOTAÇÕES NUGEPNAC: Na sessão de julgamento do dia 04/12/2023, acolhida a proposta de revisão de tese do IRDR nº 1.0313.13.017124-9/003.	6058 - Indenização Trabalhista < Contribuições Previdenciárias < Contribuições < DIREITO TRIBUTÁRIO



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

IRDR / IAC - Distribuídos

12/02/2026 19:25:06

Classe: IRDR - Cv

TOTAL PROCESSOS: 417

Nº Processo	Data distribuição	Relator	Questão apresentada na inicial/Anotações NUGEP	Assunto CNJ
1.0313.13.017124-9/006	03/11/2022	Márcio Idalmo Santos Miranda		6058 - Indenização Trabalhista < Contribuições Previdenciárias < Contribuições < DIREITO TRIBUTÁRIO
1.0000.22.249701-8/001	03/11/2022	Pedro Bitencourt Marcondes	Definir se o regime jurídico aplicável aos servidores da extinta - FAMUC se aplica as progressões previstas nas leis municipais 2.102/90, 2.160/90 e LC 31/2006 e se aos servidores da área da saúde vinculados inicialmente na extinta FAMUC e posteriormente à Administração Direta em virtude da LC 247/2017, aplica-se as progressões previstas nas leis municipais nº 2.102/90, 2.160/90 e LC 31/2006, durante a vigência da LC 197/2015. ANOTAÇÕES NUGEPNAC: Em 14/05/2024, o Relator, por decisão monocrática, determinou o sobrestamento do processamento até que sobrevenha o trânsito em julgado do acórdão que admitiu o IRDR 1.0000.20.081209-7/002. Na sessão de julgamento do dia 18/06/2025, inadmitiram o incidente.	10662 - Abono de Permanência < Sistema Remuneratório e Benefícios < Servidor Público Civil < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
1.0239.11.000444-1/001	03/11/2022	Pedro Aleixo	ANOTAÇÕES NUGEPNAC: Não foi possível extrair qualquer elemento apto que pudesse subsidiar a questão apresentada na inicial. Na sessão de julgamento do dia 15/03/2023 inadmitiram o incidente.	7687 - Inventário e Partilha < Sucessões < DIREITO CIVIL
1.0000.21.189837-4/003	03/10/2022	Peixoto Henriques	Busca definir se a cobrança do ITCD, somente se torna exigível, com a homologação dos cálculos, nos termos da Súmula 114 do STF. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 19/10/2022, inadmitiram o incidente.	5955 - ITCD - Imposto de Transmissão Causa Mortis < Impostos < DIREITO TRIBUTÁRIO
1.0000.22.216599-5/001	19/09/2022	Alberto Diniz Junior	Definir se nas demandas repetitivas, propostas a partir de 21/11/2020, em que servidores públicos do Município de	10706 - Gratificações Municipais Específicas < Sistema Remuneratório e Benefícios < Servidor



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

IRDR / IAC - Distribuídos

12/02/2026 19:25:06

Classe: IRDR - Cv

TOTAL PROCESSOS: 417

Nº Processo	Data distribuição	Relator	Questão apresentada na inicial/Anotações NUGEP	Assunto CNJ
1.0000.22.216599-5/001	19/09/2022	Alberto Diniz Junior	Belo Horizonte postulam a reinclusão, na base de cálculo dos quinquênios adquiridos após a EC n.º 19/98, de vantagens remuneratórias pagas em contraprestação pelo acréscimo de horas à jornada normal de trabalho, as pretensões autorais encontram-se fulminadas pela prescrição do fundo de direito (art. 1º do Decreto n.º 20.910/1932), razão pela qual se impõe a extinção dos indigitados processos com resolução do mérito, a teor do art. 487, II, do CPC. ANOTAÇÕES NUGEPNAC: Na sessão de julgamento do dia 15/02/2023, admitiram o incidente e criou-se o Tema 86 IRDR TJMG.	Público Civil < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
1.0000.21.059793-6/006	13/09/2022	Márcio Idalmo Santos Miranda	Definir se o Estado de Minas Gerais tem legitimidade passiva, na qualidade de litisconsorte necessário, para figurar nas lides ajuizadas em face do IPSM. ANOTAÇÕES NUGEPNAC: Na sessão de julgamento do dia 15/03/2023 inadmitiram o incidente.	10360 - Concessão < Pensão < Militar < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
1.0000.22.201638-8/001	08/09/2022	Peixoto Henriques	Discute-se a inclusão do pagamento da gratificação denominada "Prêmio de Produtividade Vigilância Sanitária - PPVS", na base de cálculo do 13º (décimo terceiro) salário e do terço constitucional de férias, bem como ao recebimento das diferenças remuneratórias não recebidas. ANOTAÇÕES NUGEPNAC: Na sessão de julgamento do dia 15/03/2023 admitiram o incidente e criou-se o Tema 90 IRDR TJMG.	10288 - Sistema Remuneratório e Benefícios < Servidor Público Civil < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
1.0441.18.003341-3/003	01/09/2022	Pedro Bitencourt Marcondes	Definir se a competência para apreciação da matéria que trata da implementação do piso salarial nacional para os profissionais do magistério público da educação básica do município de Juruaia é das Turmas Recursais do Juizado Especial da Fazenda Pública (art.2º, §4º, Lei Federal n.º12.153/09). ANOTAÇÕES NUGEPNAC: Na sessão de julgamento do dia 15/02/2023, inadmitiram o incidente.	10313 - Reajustes de Remuneração, Proventos ou Pensão < Servidor Público Civil < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO 10671 - Obrigação de Fazer / Não Fazer < Liquidação / Cumprimento / Execução < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO
1.0441.18.003231-	01/09/2022	Pedro Bitencourt	Definir se a competência para apreciação da matéria que trata	10313 - Reajustes de Remuneração, Proventos ou



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

IRDR / IAC - Distribuídos

12/02/2026 19:25:06

Classe: IRDR - Cv

TOTAL PROCESSOS: 417

Nº Processo	Data distribuição	Relator	Questão apresentada na inicial/Anotações NUGEP	Assunto CNJ
6/003	01/09/2022	Marcondes	da implementação do piso salarial nacional para os profissionais do magistério público da educação básica do município de Juruiaia é das Turmas Recursais do Juizado Especial da Fazenda Pública (art.2º, §4º, Lei Federal n.º12.153/09). ANOTAÇÕES NUGEPNAC: Na sessão de julgamento do dia 15/02/2023, inadmitiram o incidente.	Pensão < Servidor Público Civil < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
1.0441.18.003227-4/003	01/09/2022	Pedro Bitencourt Marcondes	Definir se a competência para apreciação da matéria que trata da implementação do piso salarial nacional para os profissionais do magistério público da educação básica do município de Juruiaia é das Turmas Recursais do Juizado Especial da Fazenda Pública (art.2º, §4º, Lei Federal n.º12.153/09). ANOTAÇÕES NUGEPNAC: Na sessão de julgamento do dia 15/02/2023, inadmitiram o incidente.	10313 - Reajustes de Remuneração, Proventos ou Pensão < Servidor Público Civil < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
1.0441.18.003223-3/003	01/09/2022	Pedro Bitencourt Marcondes	Definir se a competência para apreciação da matéria que trata da implementação do piso salarial nacional para os profissionais do magistério público da educação básica do município de Juruiaia é das Turmas Recursais do Juizado Especial da Fazenda Pública (art.2º, §4º, Lei Federal n.º12.153/09). ANOTAÇÕES NUGEPNAC: Na sessão de julgamento do dia 15/02/2023, inadmitiram o incidente.	10288 - Sistema Remuneratório e Benefícios < Servidor Público Civil < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
1.0441.18.003219-1/003	01/09/2022	Pedro Bitencourt Marcondes	Definir se a competência para apreciação da matéria que trata da implementação do piso salarial nacional para os profissionais do magistério público da educação básica do município de Juruiaia é das Turmas Recursais do Juizado Especial da Fazenda Pública (art.2º, §4º, Lei Federal n.º12.153/09). ANOTAÇÕES NUGEPNAC: Na sessão de julgamento do dia 15/02/2023, inadmitiram o incidente.	10313 - Reajustes de Remuneração, Proventos ou Pensão < Servidor Público Civil < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
1.0441.18.003217-5/003	01/09/2022	Pedro Bitencourt Marcondes	Definir se a competência para apreciação da matéria que trata da implementação do piso salarial nacional para os profissionais do magistério público da educação básica do	10313 - Reajustes de Remuneração, Proventos ou Pensão < Servidor Público Civil < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

IRDR / IAC - Distribuídos

12/02/2026 19:25:06

Classe: IRDR - Cv

TOTAL PROCESSOS: 417

Nº Processo	Data distribuição	Relator	Questão apresentada na inicial/Anotações NUGEP	Assunto CNJ
1.0441.18.003217-5/003	01/09/2022	Pedro Bitencourt Marcondes	município de Juruaia é das Turmas Recursais do Juizado Especial da Fazenda Pública (art.2º, §4º, Lei Federal n.º12.153/09). ANOTAÇÕES NUGEPNAC: Na sessão de julgamento do dia 15/02/2023, inadmitiram o incidente.	PÚBLICO
1.0441.18.003215-9/003	01/09/2022	Pedro Bitencourt Marcondes	Definir se a competência para apreciação da matéria que trata da implementação do piso salarial nacional para os profissionais do magistério público da educação básica do município de Juruaia é das Turmas Recursais do Juizado Especial da Fazenda Pública (art.2º, §4º, Lei Federal n.º12.153/09). ANOTAÇÕES NUGEPNAC: Na sessão de julgamento do dia 15/02/2023, inadmitiram o incidente.	10313 - Reajustes de Remuneração, Proventos ou Pensão < Servidor Público Civil < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
1.0441.18.002512-0/003	01/09/2022	Pedro Bitencourt Marcondes	Definir se a competência para apreciação da matéria que trata da implementação do piso salarial nacional para os profissionais do magistério público da educação básica do município de Juruaia é das Turmas Recursais do Juizado Especial da Fazenda Pública (art.2º, §4º, Lei Federal n.º12.153/09). ANOTAÇÕES NUGEPNAC: Na sessão de julgamento do dia 15/02/2023, inadmitiram o incidente.	10313 - Reajustes de Remuneração, Proventos ou Pensão < Servidor Público Civil < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO 10671 - Obrigação de Fazer / Não Fazer < Liquidação / Cumprimento / Execução < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO
1.0441.18.002510-4/003	01/09/2022	Pedro Bitencourt Marcondes	Definir se a competência para apreciação da matéria que trata da implementação do piso salarial nacional para os profissionais do magistério público da educação básica do município de Juruaia é das Turmas Recursais do Juizado Especial da Fazenda Pública (art.2º, §4º, Lei Federal n.º12.153/09). ANOTAÇÕES NUGEPNAC: Na sessão de julgamento do dia 15/02/2023, inadmitiram o incidente.	10313 - Reajustes de Remuneração, Proventos ou Pensão < Servidor Público Civil < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
1.0441.18.002508-8/003	01/09/2022	Pedro Bitencourt Marcondes	Definir se a competência para apreciação da matéria que trata da implementação do piso salarial nacional para os profissionais do magistério público da educação básica do município de Juruaia é das Turmas Recursais do Juizado Especial da Fazenda Pública (art.2º, §4º, Lei Federal n.º12.153/09). ANOTAÇÕES NUGEPNAC: Na sessão de julgamento do dia 15/02/2023, inadmitiram o incidente.	10671 - Obrigação de Fazer / Não Fazer < Liquidação / Cumprimento / Execução < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO 10313 - Reajustes de Remuneração, Proventos ou Pensão < Servidor Público Civil < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

IRDR / IAC - Distribuídos

12/02/2026 19:25:06

Classe: IRDR - Cv

TOTAL PROCESSOS: 417

Nº Processo	Data distribuição	Relator	Questão apresentada na inicial/Anotações NUGEP	Assunto CNJ
1.0441.18.002508-8/003	01/09/2022	Pedro Bitencourt Marcondes	153/09). ANOTAÇÕES NUGEPNAC: Na sessão de julgamento do dia 15/02/2023, inadmitiram o incidente.	ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
1.0441.18.002504-7/003	01/09/2022	Pedro Bitencourt Marcondes	Definir se a competência para apreciação da matéria que trata da implementação do piso salarial nacional para os profissionais do magistério público da educação básica do município de Juruaia é das Turmas Recursais do Juizado Especial da Fazenda Pública (art.2º, §4º, Lei Federal n.º12.153/09). ANOTAÇÕES NUGEPNAC: Na sessão de julgamento do dia 15/02/2023, inadmitiram o incidente.	10313 - Reajustes de Remuneração, Proventos ou Pensão < Servidor Público Civil < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
1.0441.18.002497-4/003	01/09/2022	Pedro Bitencourt Marcondes	Definir se a competência para apreciação da matéria que trata da implementação do piso salarial nacional para os profissionais do magistério público da educação básica do município de Juruaia é das Turmas Recursais do Juizado Especial da Fazenda Pública (art.2º, §4º, Lei Federal n.º12.153/09). ANOTAÇÕES NUGEPNAC: Na sessão de julgamento do dia 15/02/2023, inadmitiram o incidente.	10288 - Sistema Remuneratório e Benefícios < Servidor Público Civil < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
1.0441.18.002492-5/003	01/09/2022	Pedro Bitencourt Marcondes	Definir se a competência para apreciação da matéria que trata da implementação do piso salarial nacional para os profissionais do magistério público da educação básica do município de Juruaia é das Turmas Recursais do Juizado Especial da Fazenda Pública (art.2º, §4º, Lei Federal n.º12.153/09). ANOTAÇÕES NUGEPNAC: Na sessão de julgamento do dia 15/02/2023, inadmitiram o incidente.	10288 - Sistema Remuneratório e Benefícios < Servidor Público Civil < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
1.0441.18.002490-9/003	01/09/2022	Pedro Bitencourt Marcondes	Definir se a competência para apreciação da matéria que trata da implementação do piso salarial nacional para os profissionais do magistério público da educação básica do município de Juruaia é das Turmas Recursais do Juizado Especial da Fazenda Pública (art.2º, §4º, Lei Federal n.º12.153/09). ANOTAÇÕES NUGEPNAC: Na sessão de julgamento do dia 15/02/2023, inadmitiram o incidente.	10313 - Reajustes de Remuneração, Proventos ou Pensão < Servidor Público Civil < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

IRDR / IAC - Distribuídos

12/02/2026 19:25:06

Classe: IRDR - Cv

TOTAL PROCESSOS: 417

Nº Processo	Data distribuição	Relator	Questão apresentada na inicial/Anotações NUGEP	Assunto CNJ
1.0441.18.002489-1/003	01/09/2022	Pedro Bitencourt Marcondes	Definir se a competência para apreciação da matéria que trata da implementação do piso salarial nacional para os profissionais do magistério público da educação básica do município de Juruiaia é das Turmas Recursais do Juizado Especial da Fazenda Pública (art.2º, §4º, Lei Federal n.º12.153/09). ANOTAÇÕES NUGEPNAC: Na sessão de julgamento do dia 15/02/2023, inadmitiram o incidente.	10313 - Reajustes de Remuneração, Proventos ou Pensão < Servidor Público Civil < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
1.0441.18.002479-2/003	01/09/2022	Pedro Bitencourt Marcondes	Definir se a competência para apreciação da matéria que trata da implementação do piso salarial nacional para os profissionais do magistério público da educação básica do município de Juruiaia é das Turmas Recursais do Juizado Especial da Fazenda Pública (art.2º, §4º, Lei Federal n.º12.153/09). ANOTAÇÕES NUGEPNAC: Na sessão de julgamento do dia 15/02/2023, inadmitiram o incidente.	10313 - Reajustes de Remuneração, Proventos ou Pensão < Servidor Público Civil < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
1.0024.09.761145-3/006	29/08/2022	Júlio Cezar Gutierrez	Definir se a ação de prestação de contas contra inventariante deve ser processada em apenso aos autos do inventário, por se tratar de competência absoluta do juízo, definida em lei. ANOTAÇÕES NUGEPNAC: Na sessão de julgamento do dia 19/04/2023 inadmitiram o incidente.	7687 - Inventário e Partilha < Sucessões < DIREITO CIVIL
1.0441.18.002488-3/003	29/08/2022	Pedro Bitencourt Marcondes	Definir se a competência para apreciação da matéria que trata da implementação do piso salarial nacional para os profissionais do magistério público da educação básica do município de Juruiaia, é das Turmas Recursais do Juizado Especial da Fazenda Pública (art.2º, §4º, Lei Federal n.º12.153/09). ANOTAÇÕES NUGEPNAC: Na sessão de julgamento do dia 15/02/2023, inadmitiram o incidente.	10671 - Obrigação de Fazer / Não Fazer < Liquidação / Cumprimento / Execução < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO 10313 - Reajustes de Remuneração, Proventos ou Pensão < Servidor Público Civil < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
1.0000.21.230671-6/001	24/08/2022	Márcio Idalmo Santos Miranda	Discute-se sobre o cabimento ou não de fixação de honorários advocatícios em Cumprimento de Sentença de Mandado de Segurança. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 20/04/2022, admitiram o incidente e	6050 - Servidores Inativos < Contribuições Previdenciárias < Contribuições < DIREITO TRIBUTÁRIO



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

IRDR / IAC - Distribuídos

12/02/2026 19:25:06

Classe: IRDR - Cv

TOTAL PROCESSOS: 417

Nº Processo	Data distribuição	Relator	Questão apresentada na inicial/Anotações NUGEP	Assunto CNJ
1.0000.21.230671-6/001	24/08/2022	Márcio Idalmo Santos Miranda	criou-se o Tema 83 IRDR TJMG. Na sessão de julgamento do dia 27/11/2024, julgaram prejudicado o incidente, cancelado, em razão de afetação do Tema 1232 STJ.	6050 - Servidores Inativos < Contribuições Previdenciárias < Contribuições < DIREITO TRIBUTÁRIO
1.0000.20.487867-2/001	24/08/2022	Peixoto Henriques	Discute-se se servidores do Grupo de Atividades de Educação Básica do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais têm direito, ou não, ao pagamento de valores relativos a reajuste, nos meses de janeiro, fevereiro e março do ano de 2016, tomando como base de cálculo o mês em que, de fato, o reajuste foi concedido (abril de 2016). ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 19/05/2021, admitiram o incidente e criou-se o Tema 74 IRDR TJMG.	10288 - Sistema Remuneratório e Benefícios < Servidor Público Civil < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
1.0000.21.091117-8/004	23/08/2022	José Augusto Lourenço dos Santos	Busca definir o direito à locação por temporada via Airbnb e demais plataformas digitais em condomínios residenciais. ANOTAÇÕES NUGEPNAC: Em decisão monocrática, de 05/05/2023, o Relator julgou extinto o pedido de instauração de incidente de resolução de demandas repetitivas, sem resolução do mérito.	9593 - Locação de Imóvel < Espécies de Contratos < Obrigações < DIREITO CIVIL 10468 - Direitos / Deveres do Condômino < Condomínio em Edifício < Propriedade < Coisas < DIREITO CIVIL
1.0000.22.184442-6/001	23/08/2022	Pedro Bernardes de Oliveira	Busca-se definir se a inclusão de débito prescrito na plataforma "Serasa Limpa Nome" configura ato ilícito, capaz de gerar indenização por danos morais. ANOTAÇÕES NUGEPNAC: Na sessão de julgamento do dia 24/04/2023, admitiram o incidente e criou-se o Tema 88 IRDR TJMG. Na sessão de julgamento do dia 26/08/2024, acolheram preliminar de sobrestamento do feito em razão da afetação do Tema 1264/STJ.	5632 - Prescrição e Decadência < Fatos Jurídicos < DIREITO CIVIL
1.0000.21.135491-5/001	22/08/2022	Júlio Cezar Guttierrez	Busca-se definir se 1)Tendo em vista a definição de custas e despesas apresentadas no art. 3º, do Provimento Conjunto 75/2018 e a disposição contida no art. 69, §1º, e, da mesma	10658 - Custas < Sucumbência < Partes e Procuradores < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

IRDR / IAC - Distribuídos

12/02/2026 19:25:06

Classe: IRDR - Cv

TOTAL PROCESSOS: 417

Nº Processo	Data distribuição	Relator	Questão apresentada na inicial/Anotações NUGEP	Assunto CNJ
1.0000.21.135491-5/001	22/08/2022	Júlio Cezar Gutierrez	norma, é possível, a teor do art. 91, caput, do CPC, a cobrança dos valores relativos a citações e intimações eletrônicas quando a Fazenda Pública Municipal for vencida ao final? 2) a se considerar que as citações e intimações eletrônicas possuam natureza de custas processuais, qual seria a interpretação a ser dada ao art. 69, §1º, e , do Provimento Conjunto 75/2018? Poder-se-ia considerá-lo inaplicável? ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 16/03/2022, admitiram o incidente e criou-se o Tema 82 IRDR TJMG.	5952 - IPTU/ Imposto Predial e Territorial Urbano < Impostos < DIREITO TRIBUTÁRIO 9986 - Garantias Constitucionais < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
1.0000.20.081209-7/002	10/08/2022	Pedro Bitencourt Marcondes	Discute-se sobre matéria relativa às diferenças salariais advindas da progressão horizontal dos servidores públicos do Município de Contagem, nos termos das Leis Municipais 2.102/90 e 2.160/90, regulamentadas pelos Decretos Municipais 5628/90,1620/11 e 364/14, no que diz respeito ao acréscimo do adicional de 5% no vencimento, a cada grau progredido, em cargo efetivo. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 16/04/2021, admitiram o incidente e criou-se o Tema 70 IRDR TJMG. Na sessão de julgamento do dia 17/04/2024, por maioria, anularam o acórdão de admissibilidade deste IRDR. Na sessão de julgamento do dia 18/06/2025, inadmitiram o incidente.	10662 - Abono de Permanência < Sistema Remuneratório e Benefícios < Servidor Público Civil < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
1.0000.20.589216-9/002	10/08/2022	Alberto Diniz Junior	Busca-se definir se a ação monitória com valor da causa inferior a sessenta salários mínimos é competência da Justiça Comum ou do Juizado Especial da Fazenda Pública. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 15/09/2021 converteram o IAC em IRDR, admitiram o incidente e criou-se o Tema 77 IRDR TJMG.	7690 - Adimplemento e Extinção < Obrigações < DIREITO CIVIL
1.0000.20.441796-8/001	10/08/2022	Fábio Torres de	Discute-se se a contagem do prazo averbado para adicional	6186 - Averbação/Cômputo do tempo de serviço



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

IRDR / IAC - Distribuídos

12/02/2026 19:25:06

Classe: IRDR - Cv

TOTAL PROCESSOS: 417

Nº Processo	Data distribuição	Relator	Questão apresentada na inicial/Anotações NUGEP	Assunto CNJ
1.0000.20.441796-8/001	10/08/2022	Sousa	de tempo de serviço para pagamento de quinquênio se submete a incidência de prazo prescricional. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 19/05/2021 admitiram o incidente e criou-se o Tema 76 IRDR TJMG.	militar < Tempo de serviço < DIREITO PREVIDENCIÁRIO
1.0000.22.175663-8/001	04/08/2022	Estevão Lucchesi	Busca-se definir: (I) Qual o lapso temporal pelo qual o sócio retirante responde pelas obrigações contraídas pela empresa?; (II) Por quais obrigações ele responde?; (III) O sócio retirante responde por obrigações assumidas pela empresa após sua retirada?; (IV) Para a responsabilização do sócio retirante é necessário que tenha obtido vantagem patrimonial? ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 24/10/2022, inadmitiram o incidente.	7752 - Bancários < Contratos de Consumo < DIREITO DO CONSUMIDOR
1.0000.19.040245-3/002	01/08/2022	Rogério Medeiros	Discute-se, possibilidade, ou não, da limitação dos descontos de empréstimos pessoais e consignados a 30% dos vencimentos/proventos do contratante. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 27/07/2020 admitiram o incidente e criou-se o Tema 61 IRDR TJMG. Na sessão de julgamento do dia 26/9/2022, julgaram extinto o feito por perda de objeto.	11806 - Empréstimo consignado < Bancários < Contratos de Consumo < DIREITO DO CONSUMIDOR 11811 - Práticas Abusivas < DIREITO DO CONSUMIDOR
1.0000.22.161986-9/000	20/07/2022	Arnaldo Maciel	Discute-se sobre a caracterização do impedimento do advogado que ingressa em processo no curso da lide, situação vedada pelo artigo 144 §2º do CPC, em que o magistrado já esteja presidindo e que há impedimento decorrente da previsão contida no inciso IX do art. 144 do CPC. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 26/09/2022, inadmitiram o incidente.	10439 - Indenização por Dano Material < Responsabilidade Civil < DIREITO CIVIL 10433 - Indenização por Dano Moral < Responsabilidade Civil < DIREITO CIVIL 10445 - Esbulho / Turbação / Ameaça < Posse < Coisas < DIREITO CIVIL
1.0000.21.117063-4/002	19/07/2022	Evandro Lopes da Costa Teixeira	Recurso cadastrado indevidamente, conforme decisão proferida em 25/07/2022.	7752 - Bancários < Contratos de Consumo < DIREITO DO CONSUMIDOR 11806 - Empréstimo consignado < Bancários < Contratos de Consumo < DIREITO DO



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

IRDR / IAC - Distribuídos

12/02/2026 19:25:06

Classe: IRDR - Cv

TOTAL PROCESSOS: 417

Nº Processo	Data distribuição	Relator	Questão apresentada na inicial/Anotações NUGEP	Assunto CNJ
1.0000.21.117063-4/002	19/07/2022	Evandro Lopes da Costa Teixeira	Recurso cadastrado indevidamente, conforme decisão proferida em 25/07/2022.	CONSUMIDOR
1.0024.04.388131-7/010	14/07/2022	Marcelo Rodrigues	Busca definir se o tribunal entende que é possível e legal deixar de dar ciência ao Ministério Público quando na lide houver parte incapaz; se este tribunal entende ser admitida e válida decisão judicial sem fundamentação; se este tribunal entende que diante da relação de consumo existente, a responsabilidade objetiva devida não é cabível e que a solidariedade não se aplica nestas hipóteses; se este tribunal entende que pode ser julgado prejudicado o recurso da outra parte, apenas e tão somente porque o recurso da parte contrária foi acolhido e sem o exame de pedidos não prejudicados; se o tribunal entende que, invertido o ônus da prova em vista da relação de consumo, pode o pedido inicial do consumidor ser rejeitado por falta de provas. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 24/10/2022, inadmitiram o incidente.	10433 - Indenização por Dano Moral < Responsabilidade Civil < DIREITO CIVIL 10439 - Indenização por Dano Material < Responsabilidade Civil < DIREITO CIVIL
1.0000.22.139051-1/001	28/06/2022	Fernando Caldeira Brant	Busca definir o quantum indenizatório do dano moral, em caso de desconto indevido em benefício previdenciário. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 26/09/2022, inadmitiram o incidente.	6226 - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes < Indenização por Dano Moral < Responsabilidade do Fornecedor < DIREITO DO CONSUMIDOR 11806 - Empréstimo consignado < Bancários < Contratos de Consumo < DIREITO DO CONSUMIDOR
1.0000.22.111625-4/000	24/06/2022	Carlos Henrique Perpétuo Braga	Busca definir se multa moratória em patamar superior a 20% (vinte por cento) tem caráter confiscatório. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 16/11/2022, inadmitiram o incidente.	5946 - ICMS/ Imposto sobre Circulação de Mercadorias < Impostos < DIREITO TRIBUTÁRIO
1.0024.13.244729-3/006	23/06/2022	Raimundo Messias Júnior	Busca definir se a comprovação de parentesco tardio deve, ou não, ensejar o afastamento do direito de receber a pensão por	8961 - Antecipação de Tutela / Tutela Específica < Processo e Procedimento < DIREITO PROCESSUAL



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

IRDR / IAC - Distribuídos

12/02/2026 19:25:06

Classe: IRDR - Cv

TOTAL PROCESSOS: 417

Nº Processo	Data distribuição	Relator	Questão apresentada na inicial/Anotações NUGEP	Assunto CNJ
1.0024.13.244729-3/006	23/06/2022	Raimundo Messias Júnior	morte, se na data do óbito de seu genitor vigorava o Decreto nº 6.777/1962. ANOTAÇÕES NUGEPNAC: Em decisão monocrática, de 09/09/2022, o Relator indeferiu a inicial.	CIVIL E DO TRABALHO 10360 - Concessão < Pensão < Militar < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
1.0301.16.015958-0/002	20/05/2022	Amorim Siqueira	Busca-se definir se: em contrato de compra e venda de imóvel - financiado pela própria construtora/incorporadora, podem ou não serem aplicados juros capitalizados na correção mensal das parcelas respectivas, uma vez que a construtora/incorporadora não é integrante do sistema financeiro nacional. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 25/11/2019 admitiram o incidente e criou-se o Tema 56 IRDR TJMG.	10585 - Capitalização / Anatocismo < Juros de Mora - Legais / Contratuais < Inadimplemento < Obrigações < DIREITO CIVIL 7771 - Contratos de Consumo < DIREITO DO CONSUMIDOR 9607 - Contratos Bancários < Espécies de Contratos < Obrigações < DIREITO CIVIL
1.0439.16.009394-4/002	17/05/2022	Arnaldo Maciel	Discute-se a possibilidade de emenda da inicial, ou oportunizar-se a emenda, em sede de embargos à execução fundados em excesso de execução, nos casos de ausência de apresentação da memória de cálculo pelo embargante. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 23/09/2019 admitiram o incidente e criou-se o Tema 57 IRDR TJMG.	9419 - Execução Previdenciária < Liquidação / Cumprimento / Execução < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO 9518 - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução < Liquidação / Cumprimento / Execução < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO 10670 - Obrigação de Entregar < Liquidação / Cumprimento / Execução < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO
1.0000.20.074453-0/000	12/05/2022	Fernando Caldeira Brant	Discute-se se diante do reconhecimento do vício citra petita na sentença quais as medidas devem ser adotadas pelo órgão julgador, apontando 4 (quatro) linhas de atuação a seguir expostas: 1 - Retorno dos autos à origem por não caber ao Órgão de segunda instância analisar questão não analisada na sentença; 2- Nulidade total da sentença e aplicação da teoria da causa	9026 - Vícios Formais da Sentença < Processo e Procedimento < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO 8919 - Nulidade < Atos Processuais < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

IRDR / IAC - Distribuídos

12/02/2026 19:25:06

Classe: IRDR - Cv

TOTAL PROCESSOS: 417

Nº Processo	Data distribuição	Relator	Questão apresentada na inicial/Anotações NUGEP	Assunto CNJ
1.0000.20.074453-0/000	12/05/2022	Fernando Caldeira Brant	madura como justificativa para novo e imediato julgamento pela própria instância recursal; 3 - Nulidade parcial da sentença com possibilidade de aplicação da teoria da causa madura para sua integração; 4 - Integração da sentença com aplicação da teoria da causa madura com avanço no mérito para se examinar o ponto omissso da sentença. ANOTAÇÕES NUGEPNAC: Na sessão de julgamento do dia 26/09/2022, inadmitiram o incidente.	9026 - Vícios Formais da Sentença < Processo e Procedimento < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO 8919 - Nulidade < Atos Processuais < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO
1.0000.22.090910-5/001	28/04/2022	Pedro Aleixo	Discute-se sobre a incidência, ou não, de custas processuais e honorários advocatícios, em caso de homologação do pedido de desistência do recurso, nos termos do art. 55 da Lei Federal nº 9.099/1995. ANOTAÇÕES NUGEPNAC: Na sessão de julgamento do dia 15/03/2023 admitiram o incidente e criou-se o Tema 87 IRDR TJMG.	10298 - Diárias e Outras Indenizações < Sistema Remuneratório e Benefícios < Servidor Público Civil < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
1.0000.22.088121-3/001	27/04/2022	Evangelina Castilho Duarte	Discute-se sobre a presunção de dano moral quando da devolução indevida de cheques. ANOTAÇÕES NUGEP: Em decisão monocrática de 29/04/2022, a Relatora não conheceu do incidente.	10433 - Indenização por Dano Moral < Responsabilidade Civil < DIREITO CIVIL
1.0000.22.082288-6/001	25/04/2022	Carlos Henrique Perpétuo Braga	Definir se o acréscimo substancial da área a ser ratificada é ou não requisito para ratificação e se a ausência de impugnação dos confrontantes, possibilita o acréscimo da área a ser ratificada. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamentos do dia 17/08/2022, inadmitiram o Incidente.	10453 - Retificação de Área de Imóvel < Propriedade < Coisas < DIREITO CIVIL 14927 - Retificação < Registro de Imóveis < REGISTROS PÚBLICOS
1.0000.22.062138-	29/03/2022	Evangelina Castilho	Definir se o pedido de indenização por danos morais em	6226 - Inclusão Indevida em Cadastro de



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

IRDR / IAC - Distribuídos

12/02/2026 19:25:06

Classe: IRDR - Cv

TOTAL PROCESSOS: 417

Nº Processo	Data distribuição	Relator	Questão apresentada na inicial/Anotações NUGEP	Assunto CNJ
7/001	29/03/2022	Duarte	razão da inscrição indevida nos órgãos de proteção ao crédito deverá ser julgado procedente quando as demais negativas forem posteriores. ANOTAÇÕES NUGEP: Em decisão monocrática, de 07/04/2022, a Relatora não conheceu do incidente.	Inadimplentes < Indenização por Dano Moral < Responsabilidade do Fornecedor < DIREITO DO CONSUMIDOR
1.0000.21.150287-7/002	25/03/2022	Fábio Torres de Sousa	Discute-se se a declaração de nulidade de contratação firmada em desacordo com o art. 37, IX, da CF/88 confere, ao contratado, o direito aos salários e ao FGTS relativos ao período contratado. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 21/09/2022, inadmitiram o incidente.	8990 - Provas < Processo e Procedimento < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO 10411 - Admissão / Permanência / Despedida < Empregado Público / Temporário < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
1.0000.21.257321-6/002	17/03/2022	Albergaria Costa	Discute-se sobre a suspensão de ofício da execução fiscal para recebimento extrajudicial do crédito tributário. ANOTAÇÕES NUGEPNAC: Em decisão monocrática de 13/06/2023, a Relatora deferiu pedido de arquivamento do feito por falta dos pressupostos dos incisos I e II, art 976, CPC.	5972 - Municipais < Taxas < DIREITO TRIBUTÁRIO
1.0000.21.105330-1/002	17/03/2022	Amorim Siqueira	Discute-se sobre o ônus probatório entre as partes para apresentação e pagamento de apólice de seguro de vida. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamentos do dia 22/08/2022, inadmitiram o Incidente.	7690 - Adimplemento e Extinção < Obrigações < DIREITO CIVIL 9597 - Seguro < Espécies de Contratos < Obrigações < DIREITO CIVIL
1.0000.21.146409-4/002	08/03/2022	Fábio Torres de Sousa	Definir se a declaração de nulidade de contratação firmada em desacordo com o art. 37, IX, da CF/88 confere, ao contratado, o direito aos salários e ao FGTS relativos ao período contratado. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamentos do dia 17/08/2022, inadmitiram o Incidente.	8990 - Provas < Processo e Procedimento < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO
1.0000.22.037613-1/001	07/03/2022	Carlos Henrique Perpétuo Braga	Busca-se definir sobre a anulação do contrato celebrado de forma inconstitucional com o Estado de Minas Gerais, por ter trabalhado 8 anos a título de contratos, que foram renovados por 3 vezes, requer o cancelamento dos contratos, com	10411 - Admissão / Permanência / Despedida < Empregado Público / Temporário < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

IRDR / IAC - Distribuídos

12/02/2026 19:25:06

Classe: IRDR - Cv

TOTAL PROCESSOS: 417

Nº Processo	Data distribuição	Relator	Questão apresentada na inicial/Anotações NUGEP	Assunto CNJ
1.0000.22.037613-1/001	07/03/2022	Carlos Henrique Perpétuo Braga	consequente direito ao recebimento de FGTS e adicional noturno. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 18/05/2022, inadmitiram o incidente.	10411 - Admissão / Permanência / Despedida < Empregado Público / Temporário < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
1.0604.16.002858-4/004	09/02/2022	Luiz Carlos Gomes da Mata	Discute-se sobre declaração de nulidade de contrato de promessa de compra e venda de parcelamento de solo urbano, sem o devido e obrigatório registro no CRI, de acordo com o artigo 37 da Lei 6.766/79, e artigos 104 e 166 do Código Civil/02. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 23/05/2022, inadmitiram o incidente.	4703 - Defeito, nulidade ou anulação < Ato / Negócio Jurídico < Fatos Jurídicos < DIREITO CIVIL
1.0000.21.033599-8/003	10/01/2022	Teresa Cristina da Cunha Peixoto	Discute-se sobre a possibilidade de reconhecimento de tempo de serviço prestado pela Autora, como Servidora Pública do Município de Contagem, cedida ao Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, manutenção da percepção dos adicionais por tempo de serviço(quinquênio), como direito adquirido anteriormente à publicação da Emenda Constitucional Estadual 57/03, na situação atual de Oficial Judiciário D, 2ª Instância do TJMG. ANOTAÇÕES NUGEP: Em decisão monocrática, de 21/01/2022, a Relatora não conheceu do procedimento.	10302 - Adicional por Tempo de Serviço < Sistema Remuneratório e Benefícios < Servidor Público Civil < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
1.0000.21.214571-8/002	02/12/2021	Evangelina Castilho Duarte	Discute-se sobre a obrigatoriedade de custeio pelo plano de saúde de cirurgias plásticas reparadoras de cirurgias bariátricas. ANOTAÇÕES NUGEP: Em decisão monocrática de 16/12/2021, a Relatora não conheceu o incidente.	12489 - Tratamento médico-hospitalar < Planos de saúde < Suplementar < DIREITO DA SAÚDE 11811 - Práticas Abusivas < DIREITO DO CONSUMIDOR
1.0000.21.230714-4/001	26/10/2021	Washington Ferreira	Discute-se sobre o cabimento ou não de fixação de honorários advocatícios em Cumprimento de Sentença de Mandado de Segurança. ANOTAÇÕES NUGEP: Em despacho de 18/03/2022, o Relator determinou o sobrestamento do	6050 - Servidores Inativos < Contribuições Previdenciárias < Contribuições < DIREITO TRIBUTÁRIO



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

IRDR / IAC - Distribuídos

12/02/2026 19:25:06

Classe: IRDR - Cv

TOTAL PROCESSOS: 417

Nº Processo	Data distribuição	Relator	Questão apresentada na inicial/Anotações NUGEP	Assunto CNJ
1.0000.21.230714-4/001	26/10/2021	Washington Ferreira	presente feito até o julgamento da admissibilidade (ou não) do IRDR nº 1.0000.21.230671-6/001. Em 08/06/2022, por decisão monocrática, o Relator inadmitiu o incidente diante da sua prejudicialidade, tendo em vista a admissibilidade do IRDR nº 1.0000.21.230671-6/001.	6050 - Servidores Inativos < Contribuições Previdenciárias < Contribuições < DIREITO TRIBUTÁRIO
1.0216.19.002128-9/002	04/10/2021	Oliveira Firmo	Discute-se a possibilidade de se retificar área de imóvel rural que resultasse em aumento bem superior ao que consta no registro de imóveis. ANOTAÇÕES NUGEP: na sessão de 16/02/2022 inadmitiram o incidente.	10453 - Retificação de Área de Imóvel < Propriedade < Coisas < DIREITO CIVIL 8942 - Extinção do Processo Sem Resolução de Mérito < Formação, Suspensão e Extinção do Processo < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO
1.0000.19.041129-8/005	04/10/2021	Marcos Henrique Caldeira Brant	Discute-se reconhecer a responsabilidade objetiva de instituições financeiras em caso do chamado -golpe do motoboy-, inclusive estipulando condenação à indenização por danos morais às vítimas, preconizando que o vazamento de dados do correntista, pela instituição financeira, é que torna possível a prática da fraude perpetrada por terceiro através de contato telefônico. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 25/04/2022, inadmitiram o incidente.	7772 - Cartão de Crédito < Contratos de Consumo < DIREITO DO CONSUMIDOR 9585 - Cartão de Crédito < Espécies de Contratos < Obrigações < DIREITO CIVIL
1.0000.21.189233-6/001	03/09/2021	Oliveira Firmo	Do direito ao recebimento de adicional por tempo de serviço (quinqüênio), nos termos do art. 77, da Lei Complementar nº 21/2010, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Córrego Fundo. ANOTAÇÕES NUGEP: na sessão do dia 16/02/2022 inadmitiram o incidente.	10422 - Pagamento Atrasado / Correção Monetária < Contratos Administrativos < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

IRDR / IAC - Distribuídos

12/02/2026 19:25:06

Classe: IRDR - Cv

TOTAL PROCESSOS: 417

Nº Processo	Data distribuição	Relator	Questão apresentada na inicial/Anotações NUGEP	Assunto CNJ
1.0000.21.189233-6/001	03/09/2021	Oliveira Firmo		10422 - Pagamento Atrasado / Correção Monetária < Contratos Administrativos < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
1.0000.20.582964-1/002	01/09/2021	Amorim Siqueira	1. Existência de erro substancial quando da contratação de cartão de crédito consignado em detrimento da contratação de empréstimo consignado e suas consequências legais tais como: a) possibilidade ou não de reversão do contrato de cartão de crédito consignado para a modalidade de empréstimo consignado com aplicação de tarifas correspondentes a este último; b) possibilidade de restituição do indébito em dobro ou não; c) possibilidade de nulidade do contrato por erro substancial; d) ocorrência de danos morais pela retenção de proventos alimentícios em decorrentes de erro substancial e falha na prestação de serviços pela ausência de informação clara ao consumidor. 2. Legitimidade da contratação de cartão de crédito consignado com a retenção do benefício previdenciário por meio da Reserva de Margem Consignável (RMC), a depender do uso do cartão de crédito para compras ou existência de erro substancial na contratação, independentemente da forma de utilização do cartão, quando os contratos demonstram titulação e cláusulas que confundem o consumidor que, ao contratarem, entendem estar adquirindo o empréstimo consignado e não um cartão de crédito consignado que afeta sua Reserva de Margem Consignável. ANOTAÇÕES NUGEP: Em decisão monocrática, de 09/09/2021, o Relator se manifestou no sentido de que "diante da existência de idêntico IRDR já admitido e em processamento perante esta 2.ª Seção, é de rigor o reconhecimento da litispendência. Com essas considerações,	9607 - Contratos Bancários < Espécies de Contratos < Obrigações < DIREITO CIVIL



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

IRDR / IAC - Distribuídos

12/02/2026 19:25:06

Classe: IRDR - Cv

TOTAL PROCESSOS: 417

Nº Processo	Data distribuição	Relator	Questão apresentada na inicial/Anotações NUGEP	Assunto CNJ
1.0000.20.582964-1/002	01/09/2021	Amorim Siqueira	julgo extinto este Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas, o que faço com fulcro no artigo 485, inciso V, do Código de Processo Civil."	9607 - Contratos Bancários < Espécies de Contratos < Obrigações < DIREITO CIVIL
1.0000.21.143887-4/001	01/09/2021	Amorim Siqueira	1. Existência de erro substancial quando da contratação de cartão de crédito consignado em detrimento da contratação de empréstimo consignado e suas consequências legais tais como: a) possibilidade ou não de reversão do contrato de cartão de crédito consignado para a modalidade de empréstimo consignado com aplicação de tarifas correspondentes a este último; b) possibilidade de restituição do indébito em dobro ou não; c) possibilidade de nulidade do contrato por erro substancial; d) ocorrência de danos morais pela retenção de proventos alimentícios em decorrentes de erro substancial e falha na prestação de serviços pela ausência de informação clara ao consumidor. 2. Legitimidade da contratação de cartão de crédito consignado com a retenção do benefício previdenciário por meio da Reserva de Margem Consignável (RMC), a depender do uso do cartão de crédito para compras ou existência de erro substancial na contratação, independentemente da forma de utilização do cartão, quando os contratos demonstram titulação e cláusulas que confundem o consumidor que, ao contratarem, entendem estar adquirindo o empréstimo consignado e não um cartão de crédito consignado que afeta sua Reserva de Margem Consignável. ANOTAÇÕES NUGEP: Em decisão monocrática, de 08/09/2021, o Relator se manifestou no sentido de que "diante da existência de idêntico IRDR já admitido e em processamento perante esta 2.ª Seção, é de rigor o reconhecimento da litispendência. Com essas considerações, julgo extinto este Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas, o que faço com fulcro no artigo 485, inciso V, do	9585 - Cartão de Crédito < Espécies de Contratos < Obrigações < DIREITO CIVIL 7772 - Cartão de Crédito < Contratos de Consumo < DIREITO DO CONSUMIDOR



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

IRDR / IAC - Distribuídos

12/02/2026 19:25:06

Classe: IRDR - Cv

TOTAL PROCESSOS: 417

Nº Processo	Data distribuição	Relator	Questão apresentada na inicial/Anotações NUGEP	Assunto CNJ
1.0000.21.143887-4/001	01/09/2021	Amorim Siqueira	Código de Processo Civil."	9585 - Cartão de Crédito < Espécies de Contratos < Obrigações < DIREITO CIVIL 7772 - Cartão de Crédito < Contratos de Consumo < DIREITO DO CONSUMIDOR
1.0000.21.049782-2/002	15/07/2021	Octávio de Almeida Neves	O direito á indenização por danos morais proveniente de cobrança indevida. ANOTAÇÕES NUGEPNAC: Na sessão de julgamento do dia 27/09/2021 inadmitiram o incidente.	7690 - Adimplemento e Extinção < Obrigações < DIREITO CIVIL
1.0000.21.103993-8/001	24/06/2021	Albergaria Costa	Discute-se a possibilidade de conversão do processo de cumprimento em liquidação da sentença, a pedido ou de ofício, mesmo após a citação do devedor, com ou sem pedido alternativo na inicial de cumprimento. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 21/09/2022, inadmitiram o incidente.	8941 - Modificação ou Alteração do Pedido < Formação, Suspensão e Extinção do Processo < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO 8986 - Erro de Procedimento < Processo e Procedimento < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO 9414 - Extinção da Execução < Liquidação / Cumprimento / Execução < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO 10737 - Adequação da Ação / Procedimento < Extinção do Processo Sem Resolução de Mérito < Formação, Suspensão e Extinção do Processo < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO 9178 - Nulidade / Inexigibilidade do Título < Liquidação / Cumprimento / Execução < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO 12411 - Nulidade - Título Extrajudicial Não Correspondente a Obrigação Certa, Líquida e Exigível < Nulidade < Atos Processuais < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO 12413 - Nulidade - Execução Instaurada Antes de Condição ou Termo < Nulidade < Atos Processuais < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

IRDR / IAC - Distribuídos

12/02/2026 19:25:06

Classe: IRDR - Cv

TOTAL PROCESSOS: 417

Nº Processo	Data distribuição	Relator	Questão apresentada na inicial/Anotações NUGEP	Assunto CNJ
1.0000.21.103993-8/001	24/06/2021	Albergaria Costa	Discute-se a possibilidade de conversão do processo de cumprimento em liquidação da sentença, a pedido ou de ofício, mesmo após a citação do devedor, com ou sem pedido alternativo na inicial de cumprimento. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 21/09/2022, inadmitiram o incidente.	10296 - Descontos Indevidos < Sistema Remuneratório e Benefícios < Servidor Público Civil < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO 6007 - Repetição de indébito < Crédito Tributário < DIREITO TRIBUTÁRIO
1.0000.20.574803-1/003	14/06/2021	Carlos Henrique Perpétuo Braga	Definir se o Extrato de Travessias e o contrato de adesão são documentos suficientes a deferir o pleito monitório. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 15/12/2021 inadmitiram o incidente.	7690 - Adimplemento e Extinção < Obrigações < DIREITO CIVIL
1.0000.20.016085-1/005	31/05/2021	Raimundo Messias Júnior	Definir sobre: (i) legalidade da exigência de regime especial para que o prestador de serviço de transporte possa apurar o ICMS pela sistemática de débito e crédito, preceituada pelo artigo 75, inciso XXXIX e §12, da parte geral do Decreto nº 43.080/2002 (RICMS). ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão do dia 17/11/2021 inadmitiram o incidente.	5946 - ICMS/ Imposto sobre Circulação de Mercadorias < Impostos < DIREITO TRIBUTÁRIO
1.0000.21.092594-7/001	27/05/2021	Washington Ferreira	Discute-se o reconhecimento do direito do servidor público da área da saúde (extinta FAMUC) à progressão horizontal e vertical, haja vista que o município vem descumprindo a lei municipal 2.160/1990, a lei 2.102/90, Leis Complementares nº 197/2015 e 247/2017, bem como o decreto municipal 1.620 e decreto municipal 364, Estatuto do funcionalismo público municipal, razão pela qual os vencimentos não estão sendo pagos corretamente, não havendo o respectivo adicional de 5%, a cada progressão, tampouco o acréscimo de 20% (vinte por cento) de um nível a outro, com base nas leis mencionadas. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 18/08/2021, inadmitiram o incidente.	10662 - Abono de Permanência < Sistema Remuneratório e Benefícios < Servidor Público Civil < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
1.0000.21.078946-	17/05/2021	Octávio de Almeida	Busca-se definir sobre : " 1. Presunção de veracidade da	6226 - Inclusão Indevida em Cadastro de



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

IRDR / IAC - Distribuídos

12/02/2026 19:25:06

Classe: IRDR - Cv

TOTAL PROCESSOS: 417

Nº Processo	Data distribuição	Relator	Questão apresentada na inicial/Anotações NUGEP	Assunto CNJ
7/001	17/05/2021	Neves	notificação enviada pela parte e/ou patrono, mesmo que o segundo assine exclusivamente, sem a necessidade de fazer prova negativa do envio da procuração. 2. seja conferido como "prazo razoável", o período de 15 dias após o recebimento da notificação. 3. Seja conferido como "requerimento administrativo válido regular", a notificação por quaisquer meios de comunicação lícitos nos tempos atuais. 4. Que, em despacho inicial, após comprovado o interesse de agir, seja determinado a aplicação da multa cominatória do art. 400 CPC/15; 5. Que no curso do processo, após apresentação do contrato, seja aberto vista a parte autora, para que, se assim desejar, sob pena de falta de interesse de agir, cumpra com o pagamento da taxa de segunda via contratual, caso tenha previsão contratual. 6. Nas ações de produção de prova antecipada de prova, no qual foi comprovado o requerimento administrativo válido e regular, em prazo razoável que seja conferida litigiosidade da demanda, ou seja, portanto, há parte vencida no processo. 7. Pela não aplicação de interpretação literal dos arts. 381, 382 e 383, do CPC/15, conferindo a ambas as partes o direito constitucional do devido processo legal, e os princípios da ampla defesa, contraditório, isonomia, eficiência e dentre outros. 8. Que seja conferido as partes a busca da integralidade das provas no qual o fato recaia, não podendo haver produção de prova ilícitas e invalidas, sob pena de aplicação do art. 400; (...) ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 28/03/2022, inadmitiram o incidente.	Inadimplentes < Indenização por Dano Moral < Responsabilidade do Fornecedor < DIREITO DO CONSUMIDOR
1.0627.16.000320-8/006	25/03/2021	Albergaria Costa	Discute-se se poderá haver nulidade de todo o processo ou,	9997 - Atos Administrativos < DIREITO



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

IRDR / IAC - Distribuídos

12/02/2026 19:25:06

Classe: IRDR - Cv

TOTAL PROCESSOS: 417

Nº Processo	Data distribuição	Relator	Questão apresentada na inicial/Anotações NUGEP	Assunto CNJ
1.0627.16.000320-8/006	25/03/2021	Albergaria Costa	pelo menos, dos atos decisórios proferidos pelo Juízo Comum, em que não foi observada a competência absoluta do Juizado Especial da Fazenda Pública, conferido pela Lei nº12,153/2009 e Resolução TJMG nº700/2012. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 18/05/2022, inadmitiram o incidente.	ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO 8961 - Antecipação de Tutela / Tutela Específica < Processo e Procedimento < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO
1.0000.20.060229-0/001	19/03/2021	Arnaldo Maciel	Discute-se se os juros incidentes sobre tarifas ilegais constituem consectários legais. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 23/11/2020 admitiram o incidente e criou-se o Tema 68 IRDR TJMG. Na sessão de julgamento do dia 12/12/2022, acolheram parcialmente os Embargos de Declaração para sanar omissão apontada, com alteração da tese firmada.	11807 - Tarifas < Bancários < Contratos de Consumo < DIREITO DO CONSUMIDOR 4701 - Ato / Negócio Jurídico < Fatos Jurídicos < DIREITO CIVIL
1.0000.19.163891-5/002	18/03/2021	Arnaldo Maciel	Discute-se se nas ações possessórias o deferimento de medida liminar está condicionado à prova de que o esbulho ocorreu antes de ano e dia. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 24/05/2021, inadmitiram o incidente.	10445 - Esbulho / Turbação / Ameaça < Posse < Coisas < DIREITO CIVIL
1.0000.20.025689-9/004	11/03/2021	Yeda Athias	Definir se, nos termos do art.65 da Lei Estadual n.14.184, o marco inicial da contagem do direito de a Administração Pública rever os seus atos, é a data do pagamento da primeira parcela remuneratória a ser revista, mesmo que o servidor venha se aposentar posteriormente, já que o ato de aposentadoria não tem o condão de interromper o prazo decadencial. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 20/10/2021, inadmitiram um incidente.	10296 - Descontos Indevidos < Sistema Remuneratório e Benefícios < Servidor Público Civil < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO 8960 - Processo e Procedimento < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO 8961 - Antecipação de Tutela / Tutela Específica < Processo e Procedimento < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO
1.0134.15.010312-	04/03/2021	Claret de Moraes	Definir se, em ações de cobrança de seguro obrigatório	10441 - Acidente de Trânsito < Indenização por



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

IRDR / IAC - Distribuídos

12/02/2026 19:25:06

Classe: IRDR - Cv

TOTAL PROCESSOS: 417

Nº Processo	Data distribuição	Relator	Questão apresentada na inicial/Anotações NUGEP	Assunto CNJ
2/002	04/03/2021	Claret de Moraes	DPVAT, há a necessidade de prévio requerimento administrativo como causa de interesse de agir quando a Seguradora tiver atacado o mérito da questão da contestação, como ocorreu in casu, uma vez que em todas as decisões foi reconhecida que tal exigência é dispensável quando a Seguradora houver atacado o mérito da questão na contestação do pedido. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 28/06/2021, inadmitiram o incidente.	Dano Material < Responsabilidade Civil < DIREITO CIVIL
1.0000.21.027546-7/001	26/02/2021	Carlos Henrique Perpétuo Braga	Busca-se definir se há direito líquido e certo do impetrante ser nomeado e tomar posse no cargo de Professor de Educação Básica no Estado de Minas Gerais para exercício no Município de Joaquim de Bicas/MG, ante a flagrante violação da determinação de nomeação para os cargos vagos da ADI nº 4876 julgado pelo STF C/C ao RE nº 837311 julgado em repercussão, que determina a nomeação de servidores aprovados em concurso público se demonstrado a existência de cargos vagos ocupados sem a observância da ordem cronológica de concurso público. ANOTAÇÕES NUGEP: Em decisão monocrática, de 02/08/2021, o Relator indeferiu a inicial.	10464 - Administração < Condomínio em Edifício < Propriedade < Coisas < DIREITO CIVIL
1.0471.09.119023-4/013	23/02/2021	Moacyr Lobato	Busca-se seja reconhecida a tese jurídica de que deve ser aplicado o artigo 10 do NCPC, que versa sobre o princípio de não-surpresa, de modo a reconhecer, nas ações de Improbidade Administrativa, a impossibilidade de condenação com base em artigo diverso do que foi imputado pelo Ministério Público em sua exordial, sem que seja oportunizado às partes o direito de se manifestar.	10014 - Violação dos Princípios Administrativos < Improbidade Administrativa < Atos Administrativos < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

IRDR / IAC - Distribuídos

12/02/2026 19:25:06

Classe: IRDR - Cv

TOTAL PROCESSOS: 417

Nº Processo	Data distribuição	Relator	Questão apresentada na inicial/Anotações NUGEP	Assunto CNJ
1.0471.09.119023-4/013	23/02/2021	Moacyr Lobato	ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 19/05/2021, inadmitiram o incidente.	10014 - Violação dos Princípios Administrativos < Improbidade Administrativa < Atos Administrativos < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
1.0000.21.011115-9/001	02/02/2021	Teresa Cristina da Cunha Peixoto	Discute-se sobre a propositura de ação judicial visando o fornecimento de medicamentos, exames, procedimentos cirúrgicos, etc.(e a consequente análise do pedido liminar), independe de prévia provocação administrativa. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 20/10/2021, inadmitiram o incidente.	12484 - Fornecimento de medicamentos < Pública < DIREITO DA SAÚDE
1.0000.21.003067-2/001	15/01/2021	Evandro Lopes da Costa Teixeira	1. Existência de erro substancial quando da contratação de cartão de crédito consignado em detrimento da contratação de empréstimo consignado e suas consequências legais tais como: a) possibilidade ou não de reversão do contrato de cartão de crédito consignado para a modalidade de empréstimo consignado com aplicação de tarifas correspondentes a este último; b) possibilidade de restituição do indébito em dobro ou não; c) possibilidade de nulidade do contrato por erro substancial; d) ocorrência de danos morais pela retenção de proventos alimentícios em decorrência de erro substancial e falha na prestação de serviços pela ausência de informação clara ao consumidor. 2. Legitimidade da contratação de cartão de crédito consignado com a retenção do benefício previdenciário por meio da Reserva de Margem Consignável (RMC), a depender do uso do cartão de crédito para compras ou existência de erro substancial na contratação, independentemente da forma de utilização do cartão, quando os contratos demonstram titulação e cláusulas que confundem o consumidor que, ao contratarem, entendem	9585 - Cartão de Crédito < Espécies de Contratos < Obrigações < DIREITO CIVIL 7772 - Cartão de Crédito < Contratos de Consumo < DIREITO DO CONSUMIDOR



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

IRDR / IAC - Distribuídos

12/02/2026 19:25:06

Classe: IRDR - Cv

TOTAL PROCESSOS: 417

Nº Processo	Data distribuição	Relator	Questão apresentada na inicial/Anotações NUGEP	Assunto CNJ
1.0000.21.003067-2/001	15/01/2021	Evandro Lopes da Costa Teixeira	estar adquirindo o empréstimo consignado e não um cartão de crédito consignado que afeta sua Reserva de Margem Consignável. ANOTAÇÕES NUGEP: Em decisão monocrática, de 04/03/2021, o Relator indeferiu de plano o pedido, manifestando que " Conquanto aqui não se trate de uma ação, mas de um incidente, aplica-se, "mutatis mutandis", o instituto de litispendência. Assim, ao meu modesto aviso, dada a identidade de pedidos, não se tem como instaurar o incidente ora requerido."	9585 - Cartão de Crédito < Espécies de Contratos < Obrigações < DIREITO CIVIL 7772 - Cartão de Crédito < Contratos de Consumo < DIREITO DO CONSUMIDOR
1.0000.21.001326-4/001	11/01/2021	Marcelo Rodrigues	Discute-se se uma vez declarada a ilegalidade da trava temporal para a concessão de Promoção por Escolaridade, legítima é a apreciação dos demais requisitos pelo Poder Judiciário, tal como se encontram expressos pela lei e decreto regulamentadores, uma vez tida a Administração Pública a oportunidade prévia de realizar a referida apreciação. ANOTAÇÕES NUGEPNAC: Em 24/06/2021, o relator determinou o sobrestamento do feito até o trânsito em julgado do IRDR nº 1.0000.16.049047-0/001 (Tema 25 IRDR TJMG). Na sessão de julgamento do dia 19/11/2025, inadmitiram o incidente.	10236 - Promoção / Ascensão < Regime Estatutário < Servidor Público Civil < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
1.0701.14.042721-5/003	11/01/2021	Evandro Lopes da Costa Teixeira	Discute-se se, para a concessão do seguro contratado na modalidade IFPD Invalidez Funcional Permanente por Doença, há a necessidade de comprovação de que a incapacidade do segurado provocou a perda de sua existência independente, ou seja, a irreversível inviabilidade do pleno exercício de suas relações autônomas. ANOTAÇÕES NUGEP: Em decisão monocrática, de 29/01/2021, o Relator indeferiu de plano o pedido, manifestando que " Conquanto aqui não se trate de uma ação, mas de um incidente, aplica-se, mutatis mutandis,	9607 - Contratos Bancários < Espécies de Contratos < Obrigações < DIREITO CIVIL



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

IRDR / IAC - Distribuídos

12/02/2026 19:25:06

Classe: IRDR - Cv

TOTAL PROCESSOS: 417

Nº Processo	Data distribuição	Relator	Questão apresentada na inicial/Anotações NUGEP	Assunto CNJ
1.0701.14.042721-5/003	11/01/2021	Evandro Lopes da Costa Teixeira	o instituto de litispendência. Assim, ao meu modesto aviso, dada a identidade de pedidos, não se tem como instaurar o incidente ora requerido."	9607 - Contratos Bancários < Espécies de Contratos < Obrigações < DIREITO CIVIL
1.0000.20.602263-4/001	11/01/2021	Evandro Lopes da Costa Teixeira	1. Existência de erro substancial quando da contratação de cartão de crédito consignado em detrimento da contratação de empréstimo consignado e suas consequências legais tais como: a) possibilidade ou não de reversão do contrato de cartão de crédito consignado para a modalidade de empréstimo consignado com aplicação de tarifas correspondentes a este último; b) possibilidade de restituição do indébito em dobro ou não; c) possibilidade de nulidade do contrato por erro substancial; d) ocorrência de danos morais pela retenção de proventos alimentícios em decorrências de erro substancial e falha na prestação de serviços pela ausência de informação clara ao consumidor. 2. Legitimidade da contratação de cartão de crédito consignado com a retenção do benefício previdenciário por meio da Reserva de Margem Consignável (RMC), a depender do uso do cartão de crédito para compras ou existência de erro substancial na contratação, independentemente da forma de utilização do cartão, quando os contratos demonstram titulação e cláusulas que confundem o consumidor que, ao contratarem, entendem estar adquirindo o empréstimo consignado e não um cartão de crédito consignado que afeta sua Reserva de Margem Consignável. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 26/04/2021, admitiram o incidente e criou-se o Tema 73 IRDR TJMG.	7772 - Cartão de Crédito < Contratos de Consumo < DIREITO DO CONSUMIDOR 9585 - Cartão de Crédito < Espécies de Contratos < Obrigações < DIREITO CIVIL
1.0000.20.580957-7/001	07/01/2021	Albergaria Costa	Discute -se 1- Se uma pessoa física isolada possui	7761 - Fornecimento de Água < Contratos de



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

IRDR / IAC - Distribuídos

12/02/2026 19:25:06

Classe: IRDR - Cv

TOTAL PROCESSOS: 417

Nº Processo	Data distribuição	Relator	Questão apresentada na inicial/Anotações NUGEP	Assunto CNJ
1.0000.20.580957-7/001	07/01/2021	Albergaria Costa	legitimidade, por si só, para pleitear a regularização do sistema de tratamento e abastecimento de água de toda uma região territorial (distrito, povoado ou cidade), e não apenas de sua residência, considerando que o pedido atinge os direitos de terceiros que não podem ser individualizados; 2 - Acaso afirmativa a primeira indagação, se há interesse de um morador da região pleitear abastecimento e tratamento de água da mesma localidade territorial quando o fato já está sendo discutido em outro processo, inclusive com liminar já deferida pelo Tribunal; 3 - Em não havendo concessão de serviço público realizada pelo Município para abastecimento de água de uma determinada região de seu território, se há obrigação de o ente público prover o abastecimento da região, ainda que em localidade rural (no caso, Distrito de São Joaquim do Município de Coração de Jesus); 4 - Se a mera alegação de consumo de água poluída, embasada em estudo de poluição realizado em um setor da comunidade, causa dano moral, in re ipsa, a todos os moradores da localidade ou se somente há danos morais coletivos. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 19/05/2021, inadmitiram o incidente.	Consumo < DIREITO DO CONSUMIDOR 9196 - Liminar < Medida Cautelar < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO 9992 - Indenização por Dano Moral < Responsabilidade da Administração < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
1.0000.20.503123-0/004	07/01/2021	Luiz Carlos Gomes da Mata	Discute-se sobre a necessidade ou não de escritura pública para constituição de alienação fiduciária sobre bem imóvel, por pessoas não pertencentes ao sistema de financiamento imobiliário. ANOTAÇÕES NUGEP: Em decisão monocrática, de 11/05/2021, o Relator se manifestou no sentido de que " Inviável o IRDR que não se adequa aos requisitos legais de cabimento (artigo 976, CPC), deve ser homologada a desistência manifestada pela parte suscitante."	9582 - Alienação Fiduciária < Espécies de Contratos < Obrigações < DIREITO CIVIL



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

IRDR / IAC - Distribuídos

12/02/2026 19:25:06

Classe: IRDR - Cv

TOTAL PROCESSOS: 417

Nº Processo	Data distribuição	Relator	Questão apresentada na inicial/Anotações NUGEP	Assunto CNJ
1.0713.15.006839-1/002	18/12/2020	Marcelo Rodrigues	Discute-se: sobre a eventual ocorrência de repetição de indébito sobre os vencimentos dos funcionários públicos estaduais - que exerçam cumulativamente dois cargos, referente à assistência médica prestada pelo IPSEMG, e o direito à restituição dos valores, porventura, descontados, conforme a Lei Complementar nº 121/2011. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 18/08/2021, inadmitiram o incidente.	10655 - Honorários Advocatícios < Sucumbência < Partes e Procuradores < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO 8843 - Assistência Judiciária Gratuita < Partes e Procuradores < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO 10296 - Descontos Indevidos < Sistema Remuneratório e Benefícios < Servidor Público Civil < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO 10658 - Custas < Sucumbência < Partes e Procuradores < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO
1.0322.14.000145-2/002	14/12/2020	Luiz Carlos Gomes da Mata	Discute-se sobre a necessidade de comprovação, no ato da interposição do recurso, da ocorrência de feriado local, para fins de análise do requisito da tempestividade, em consonância com o disposto no art. 1.003, §6º, do CPC, ou se, por outro lado, tal regra admite flexibilização. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 24/06/2019 admitiram o incidente e criou-se o Tema 49 IRDR TJMG.	10671 - Obrigação de Fazer / Não Fazer < Liquidação / Cumprimento / Execução < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO 10433 - Indenização por Dano Moral < Responsabilidade Civil < DIREITO CIVIL 8961 - Antecipação de Tutela / Tutela Específica < Processo e Procedimento < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO
1.0000.20.548205-2/000	11/12/2020	Luiz Carlos Gomes da Mata	h.1) Definir a necessidade de inclusão na relação processual de todos os litisconsortes que figuraram como Promissários Compradores em contrato de promessa de compra e venda, em ação que busca o desfazimento do contrato, seja por rescisão / resilição ou resolução do contrato, determinando qual a modalidade do litisconsórcio dos promissários compradores em caso de figurarem como parte Autora da demanda, se são tratados como litisconsórcio unitário ou necessário (do pólo ativo da demanda);	9587 - Compra e Venda < Espécies de Contratos < Obrigações < DIREITO CIVIL 10582 - Rescisão / Resolução < Inadimplemento < Obrigações < DIREITO CIVIL

Classe: IRDR - Cv

TOTAL PROCESSOS: 417

Nº Processo	Data distribuição	Relator	Questão apresentada na inicial/Anotações NUGEP	Assunto CNJ
1.0000.20.548205-2/000	11/12/2020	Luiz Carlos Gomes da Mata	h.2) Definir a necessidade de inclusão na relação processual de todos os litisconsortes passivos necessários, quando o contrato é assinado pela inventariante e após a partilha, haja demanda judicial questionando a validade do contrato, quem deve responder pela demanda, pois, há várias decisões no sentido de que os herdeiros que devem responder conjuntamente quando já ocorreu a partilha e não apenas a inventariante que figurou no contrato, quando do exercício do múnus público de sua inventariança; h.3) Fixar qual o limite aceito para retenção das arras previstas no art. 418 do Código Civil, quando o desfazimento do contrato se dá por culpa exclusiva dos promissários compradores, em contrato regido pelas normas de direito privado, quando não tem aplicação as normas do CDC; h.4) Em caso de eventual devolução dos valores, recebidos a título de arras (418, CC), fixar qual o marco inicial para incidência de juros sob o valor a ser devolvido. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão do dia 22/11/2021 inadmitiram o incidente.	9587 - Compra e Venda < Espécies de Contratos < Obrigações < DIREITO CIVIL 10582 - Rescisão / Resolução < Inadimplemento < Obrigações < DIREITO CIVIL
1.0034.16.004021-7/002	09/12/2020	Renato Dresch	Discute-se sobre: a (in)constitucionalidade e (i)legalidade das normas estaduais que regulam a extração de recurso minerais por intermédio de Autorização Ambiental de Funcionamento (AAF), com dispensa de Licenciamento Ambiental. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 16/04/2021, admitiram o incidente e criou-se o Tema 71 IRDR TJMG.	11822 - Mineração < Meio Ambiente < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO 8961 - Antecipação de Tutela / Tutela Específica < Processo e Procedimento < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO
1.0000.20.572981-7/001	19/11/2020	Carlos Henrique Perpétuo Braga	Discute-se a constitucionalidade do disposto no §1º, do artigo 3º, Lei Complementar 199/2.015 do Município de	10299 - Plano de Classificação de Cargos < Sistema Remuneratório e Benefícios < Servidor



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

IRDR / IAC - Distribuídos

12/02/2026 19:25:06

Classe: IRDR - Cv

TOTAL PROCESSOS: 417

Nº Processo	Data distribuição	Relator	Questão apresentada na inicial/Anotações NUGEP	Assunto CNJ
1.0000.20.572981-7/001	19/11/2020	Carlos Henrique Perpétuo Braga	Governador Valadares, ao estabelecer remuneração única para os servidores municipais pertencentes ao Quadro Único do Magistério Municipal, conforme parágrafo único, do artigo 206, Constituição Federal, por ser compatível com a valorização dos profissionais que integram o magistério, princípio estrutural do ensino, artigos 206, incisos V e VIII e parágrafo único, da Constituição Federal e 3º, inciso VII, LDB (Lei 9.394/1.996), além de fixar padrões de vencimentos em conformidade com o artigo 39, §1º, inciso I, da Constituição Federal. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 16/04/2021, inadmitiram o incidente.	Público Civil < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO 10311 - Irredutibilidade de Vencimentos < Sistema Remuneratório e Benefícios < Servidor Público Civil < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO 10312 - Piso Salarial < Sistema Remuneratório e Benefícios < Servidor Público Civil < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
1.0000.20.051158-2/003	19/11/2020	Luiz Carlos Gomes da Mata	Discute-se: se, para fim de concessão do benefício de gratuidade da justiça, tem-se a presunção de hipossuficiência quando requerida de próprio punho, e acompanhada de declaração de isenção de imposto de renda de pessoa física, já que o fato de ser isento da declaração anual do IFPF da Receita Federal já pressupõe que a parte não possui renda maior do que dois salários mínimos mensais, valor a partir do qual a legislação do Imposto de Renda exige a declaração. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 28/06/2021, inadmitiram o incidente.	4980 - Nota Promissória < Espécies de Títulos de Crédito < Obrigações < DIREITO CIVIL
1.0000.17.027556-4/003	15/10/2020	Juliana Campos Horta	Discute-se se é obrigatória a realização da audiência de conciliação, quando apenas uma das partes manifesta contrariedade à sua realização. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 26/04/2021, admitiram o incidente e criou-se o Tema 69 IRDR TJMG.	7768 - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro < Responsabilidade do Fornecedor < DIREITO DO CONSUMIDOR 8826 - DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO
1.0000.19.133108-1/004	07/10/2020	Washington Ferreira	Discute-se sobre matéria relativa às diferenças salariais	10288 - Sistema Remuneratório e Benefícios <



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

IRDR / IAC - Distribuídos

12/02/2026 19:25:06

Classe: IRDR - Cv

TOTAL PROCESSOS: 417

Nº Processo	Data distribuição	Relator	Questão apresentada na inicial/Anotações NUGEP	Assunto CNJ
1.0000.19.133108-1/004	07/10/2020	Washington Ferreira	advindas da progressão horizontal dos servidores públicos do Município de Contagem, nos termos das Leis Municipais 2.102/90 e 2.160/90, regulamentadas pelos Decretos Municipais 5628/90, 1620/11 e 364/14, no que diz respeito ao acréscimo do adicional de 5% no vencimento, a cada grau progredido, em cargo efetivo. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 16/04/2021, inadmitiram o incidente.	Servidor Público Civil < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO 10662 - Abono de Permanência < Sistema Remuneratório e Benefícios < Servidor Público Civil < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
1.0000.20.474541-8/002	09/09/2020	Washington Ferreira	Discute-se o reconhecimento do direito do servidor público da área da saúde (extinta FAMUC) à progressão horizontal e vertical, haja vista que o município vem descumprindo a lei municipal 2.160/1990, a lei 2.102/90, Leis Complementares nº 197/2015 e 247/2017, bem como o decreto municipal 1.620 e decreto municipal 364, Estatuto do funcionalismo público municipal, razão pela qual os vencimentos não estão sendo pagos corretamente, não havendo o respectivo adicional de 5%, a cada progressão, tampouco o acréscimo de 20% (vinte por cento) de um nível a outro, com base nas leis mencionadas. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 16/04/2021, inadmitiram o incidente.	10662 - Abono de Permanência < Sistema Remuneratório e Benefícios < Servidor Público Civil < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO 9986 - Garantias Constitucionais < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
1.0701.15.038075-9/002	09/09/2020	Yeda Athias	Discute-se a competência do Juizado Especial da Fazenda Pública para as ações em que atendidos aos requisitos do art.2º da Lei nº 12. 153/2009, delineia-se um litisconsórcio passivo entre um dos entes públicos arrolados no art.5º, II, do mesmo diploma, uma pessoa física ou jurídica de direito privado. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 19/05/2021, admitiram o incidente e criou-se o Tema 75 IRDR TJMG.	10208 - Afastamento do Cargo < Governador < Agentes Políticos < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO 10938 - Citação < Atos Processuais < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO 9986 - Garantias Constitucionais < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
1.0000.20.450926-	03/09/2020	Renato Dresch	Discute-se sobre o limite subjetivo da coisa julgada operada	10457 - Usucapião Especial (Constitucional) <



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

IRDR / IAC - Distribuídos

12/02/2026 19:25:06

Classe: IRDR - Cv

TOTAL PROCESSOS: 417

Nº Processo	Data distribuição	Relator	Questão apresentada na inicial/Anotações NUGEP	Assunto CNJ
9/002	03/09/2020	Renato Dresch	nas ações de reintegração de posse ajuizadas pela empresa Palmares Construtora e Incorporadora Ltda., tendo por objeto os imóveis situados no bairro Park Canabrava, que tramitaram na Comarca de Unaí/MG. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 16/04/2021, inadmitiram o incidente.	Aquisição < Propriedade < Coisas < DIREITO CIVIL
1.0000.20.503361-6/001	27/08/2020	Yeda Athias	Discute-se a necessidade de definir a existência de litisconsórcio passivo entre pessoas jurídicas ou físicas não legitimadas no rol do art.5º, da Lei nº 12.153/09, é capaz de derogar a competência absoluta do Juizado Especial da Fazenda Pública. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 19/05/2021, admitiram o incidente e criou-se o Tema 75 IRDR TJMG.	10440 - Serviços de Saúde < Indenização por Dano Material < Responsabilidade Civil < DIREITO CIVIL 6226 - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes < Indenização por Dano Moral < Responsabilidade do Fornecedor < DIREITO DO CONSUMIDOR 10434 - Erro Médico < Indenização por Dano Moral < Responsabilidade Civil < DIREITO CIVIL
1.0000.20.457598-9/003	18/08/2020	Washington Ferreira	Discute-se sobre matéria relativa às diferenças salariais advindas da progressão horizontal dos servidores públicos do Município de Contagem, nos termos das Leis Municipais 2.102/90 e 2.160/90, regulamentadas pelos Decretos Municipais 5628/90,1620/11 e 364/14, no que diz respeito ao acréscimo do adicional de 5% no vencimento, a cada grau progredido, em cargo efetivo. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 21/10/2020, inadmitiram o incidente.	10662 - Abono de Permanência < Sistema Remuneratório e Benefícios < Servidor Público Civil < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
1.0000.20.445882-2/003	18/08/2020	Washington Ferreira	Discute-se a matéria relativa às diferenças salariais advindas da progressão horizontal dos servidores públicos do Município de Contagem, nos termos das Leis Municipais 2.102/90 e 2.160/90, regulamentadas pelos Decretos Municipais 5628/90,1620/11 e 364/14, no que diz respeito ao acréscimo do adicional de 5% no vencimento, a cada grau progredido, em cargo efetivo. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão	10662 - Abono de Permanência < Sistema Remuneratório e Benefícios < Servidor Público Civil < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

IRDR / IAC - Distribuídos

12/02/2026 19:25:06

Classe: IRDR - Cv

TOTAL PROCESSOS: 417

Nº Processo	Data distribuição	Relator	Questão apresentada na inicial/Anotações NUGEP	Assunto CNJ
1.0000.20.445882-2/003	18/08/2020	Washington Ferreira	de julgamento do dia 21/10/2020, inadmitiram o incidente.	10662 - Abono de Permanência < Sistema Remuneratório e Benefícios < Servidor Público Civil < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
1.0000.20.457401-6/003	13/08/2020	Washington Ferreira	Discute-se matéria relativa às diferenças salariais advindas da progressão horizontal dos servidores públicos do Município de Contagem, nos termos das Leis Municipais 2.102/90 e 2.160/90, regulamentadas pelos Decretos Municipais 5628/90, 1620/11 e 364/14, no que diz respeito ao acréscimo do adicional de 5% no vencimento, a cada grau progredido, em cargo efetivo. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 21/10/2020, inadmitiram o incidente.	10662 - Abono de Permanência < Sistema Remuneratório e Benefícios < Servidor Público Civil < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO 10288 - Sistema Remuneratório e Benefícios < Servidor Público Civil < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO 10236 - Promoção / Ascensão < Regime Estatutário < Servidor Público Civil < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO 10313 - Reajustes de Remuneração, Proventos ou Pensão < Servidor Público Civil < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
1.0000.20.470949-7/001	21/07/2020	Moacyr Lobato	Discute-se sobre a possibilidade de extinção dos feitos em trâmite na Vara de Infância e da Juventude, em que o requerente atingiu a maioria civil no curso da ação, ou a declinação de competência para uma das Varas de Fazenda Pública, porquanto se trata de ação em face de ente público. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 18/11/2020, inadmitiram o incidente.	11884 - Fornecimento de Medicamentos < Saúde < Serviços < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
1.0024.11.288222-0/003	08/07/2020	Marcelo Rodrigues	Discute-se se em caso de servidores que exercem cumulativamente a função de dois cargos junto à administração estadual são devidos os descontos a título de	10296 - Descontos Indevidos < Sistema Remuneratório e Benefícios < Servidor Público Civil < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

IRDR / IAC - Distribuídos

12/02/2026 19:25:06

Classe: IRDR - Cv

TOTAL PROCESSOS: 417

Nº Processo	Data distribuição	Relator	Questão apresentada na inicial/Anotações NUGEP	Assunto CNJ
1.0024.11.288222-0/003	08/07/2020	Marcelo Rodrigues	custeio de saúde sobre os dois vencimentos, ou, se tais descontos constituem bis in idem, sendo, portanto, devida restituição dos descontos realizados sobre os vencimentos de menor remuneração. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão do dia 21/10/2020 inadmitiram o incidente.	DE DIREITO PÚBLICO 10288 - Sistema Remuneratório e Benefícios < Servidor Público Civil < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
1.0701.12.035278-9/002	15/06/2020	Evandro Lopes da Costa Teixeira	Discute-se quando é devida a indenização securitária correspondente à cobertura por Invalidez Funcional Permanente Total por Doença (IFPD), e decidir se é necessária a perda da capacidade funcional, ou seja, a constatação de incapacidade decorrente de doença que cause a perda da existência independente do segurado, vale dizer, a irreversível inviabilidade do pleno exercício de suas relações autonômicas; ou se o direito à garantia se implementa mediante comprovação da incapacidade laboral, para o exercício das atividades profissionais desempenhadas pelo segurado. ANOTAÇÕES NUGEP: Em decisão monocrática, de 22/06/2020, o Relator indeferiu, de plano, o pedido por litispendência.	9597 - Seguro < Espécies de Contratos < Obrigações < DIREITO CIVIL
1.0024.12.124232-5/002	29/04/2020	Teresa Cristina da Cunha Peixoto	Discute-se: a) sobre a possibilidade ou não de o Município de Belo Horizonte negar eficácia a certificado de conclusão de curso emitido pela Faculdade da Região dos Lagos-FERLAGOS ou pelas Faculdades Integradas de Jacarepaguá-FIJ, indeferindo ou desconstituindo ato de concessão de progressão horizontal na carreira de Professor Municipal (Lei Municipal nº7.969/2000), sem prévia invalidação do certificado como documento público em razão de suposta ausência de comparecimento do discente de curso de especialização lato sensu realizados no Estado do Rio de Janeiro, em época em que a instituição de ensino não possuía	10236 - Promoção / Ascensão < Regime Estatutário < Servidor Público Civil < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

IRDR / IAC - Distribuídos

12/02/2026 19:25:06

Classe: IRDR - Cv

TOTAL PROCESSOS: 417

Nº Processo	Data distribuição	Relator	Questão apresentada na inicial/Anotações NUGEP	Assunto CNJ
1.0024.12.124232-5/002	29/04/2020	Teresa Cristina da Cunha Peixoto	autorização para ministrar curso em EAD. b) Em caso positivo, da possibilidade de desconto nos vencimentos do servidor público da diferença recebida em razão da progressão horizontal concedida independentemente da comprovação de má-fé por parte do servidor ou do caráter alimentar da remuneração. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 16/09/2020, inadmitiram o incidente.	10236 - Promoção / Ascensão < Regime Estatutário < Servidor Público Civil < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
1.0701.14.042721-5/002	17/03/2020	Evandro Lopes da Costa Teixeira	Discute-se se para a concessão do seguro contratado na modalidade IFPD - Invalidez Funcional Permanente por Doença, há necessidade de comprovação de que a incapacidade do segurado provocou a perda de sua existência independente, ou seja, a irreversível inviabilidade do pleno exercício de suas relações autonômicas. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 27/07/2020 admitiram o incidente e criou-se o Tema 67 IRDR TJMG.	9607 - Contratos Bancários < Espécies de Contratos < Obrigações < DIREITO CIVIL
1.0024.13.163686-2/002	12/02/2020	Marco Aurelio Ferenzini	Discute-se se, em contrato de compromisso de compra e venda de imóvel, que tenha ocorrido comprovação do pagamento da maioria da dívida, é cabível a aplicação da teoria do adimplemento substancial, ou a aplicação de resolução contratual, com a reintegração de posse. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 22/06/2020, inadmitiram o incidente.	10496 - Promessa de Compra e Venda < Coisas < DIREITO CIVIL 10444 - Posse < Coisas < DIREITO CIVIL 10582 - Rescisão / Resolução < Inadimplemento < Obrigações < DIREITO CIVIL
1.0000.17.106991-7/001	11/02/2020	Carlos Levenhagen	Discute-se sobre a possibilidade ou não de tramitação e julgamento das tutelas cautelares requeridas em caráter antecedente (CPC, arts. 305 e ss.) perante os Juizados Especiais da Fazenda Pública, competentes para processar e	8829 - Competência < Jurisdição e Competência < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

IRDR / IAC - Distribuídos

12/02/2026 19:25:06

Classe: IRDR - Cv

TOTAL PROCESSOS: 417

Nº Processo	Data distribuição	Relator	Questão apresentada na inicial/Anotações NUGEP	Assunto CNJ
1.0000.17.106991-7/001	11/02/2020	Carlos Levenhagen	julgar as causas cíveis de interesse dos Estados e dos Municípios, nos termos da Lei Federal n.º 12.153, de 22 de dezembro de 2009. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 16/10/2019 admitiram o incidente, converteram o IAC em IRDR e criou-se o Tema 50 IRDR TJMG.	8829 - Competência < Jurisdição e Competência < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO
1.0000.19.119655-9/003	22/01/2020	Marco Aurelio Ferenzini	Discute-se sobre qual seria a taxa legal de juros a ser cobrado pelo inadimplemento de taxas de condomínio. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 22/06/2020, inadmitiram o incidente.	7691 - Inadimplemento < Obrigações < DIREITO CIVIL 10467 - Despesas Condominiais < Condomínio em Edifício < Propriedade < Coisas < DIREITO CIVIL 10468 - Direitos / Deveres do Condômino < Condomínio em Edifício < Propriedade < Coisas < DIREITO CIVIL
1.0024.08.954753-3/002	16/01/2020	Yeda Athias	Discute-se, em ação monitória, a possibilidade de anular contrato e retroagir os efeitos da sentença de interdição, considerando que a incapacidade de sócio da empresa para praticar atos processuais foi identificada antes do reconhecimento judicial. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 25/06/2020, inadmitiram o incidente.	4703 - Defeito, nulidade ou anulação < Ato / Negócio Jurídico < Fatos Jurídicos < DIREITO CIVIL 9607 - Contratos Bancários < Espécies de Contratos < Obrigações < DIREITO CIVIL
1.0000.15.065552-0/003	16/01/2020	Marcelo Rodrigues	Discute-se a respeito da aplicação - ou não - da estabilidade eleitoral prevista no art. 73, V, da Lei nº 9.504/97, que veda a dispensa de servidor público, sem justa causa, no período dos três meses que antecedem as eleições até a data da posse dos eleitos, aos contratados temporários. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 25/06/2020 admitiram o incidente e criou-se o Tema 63 IRDR TJMG.	10662 - Abono de Permanência < Sistema Remuneratório e Benefícios < Servidor Público Civil < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO 7691 - Inadimplemento < Obrigações < DIREITO CIVIL 10411 - Admissão / Permanência / Despedida < Empregado Público / Temporário < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
1.0261.14.003481-	03/12/2019	Fernando Lins	Discute-se quanto à natureza concursal ou extraconcursal do	10431 - Responsabilidade Civil < DIREITO CIVIL



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

IRDR / IAC - Distribuídos

12/02/2026 19:25:06

Classe: IRDR - Cv

TOTAL PROCESSOS: 417

Nº Processo	Data distribuição	Relator	Questão apresentada na inicial/Anotações NUGEP	Assunto CNJ
8/004	03/12/2019	Fernando Lins	crédito constituído por sentença prolatada após o deferimento da recuperação judicial do devedor, quando oriundo de responsabilidade civil por fato ocorrido antes do deferimento da recuperação. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 22/06/2020 admitiram o incidente e criou-se o Tema 60 IRDR TJMG. De ofício, o relator reconheceu "a perda superveniente do objeto do presente IRDR, uma vez que o tema nele abordado foi apreciado de forma definitiva pelo STJ no REsp n. 1.843.332, apreciado sob o rito dos recursos repetitivos, tratando-se, portanto, de precedente obrigatório que vincula todos os juízes e tribunais, nos termos do art. 927, inciso III, do CPC".	9596 - Prestação de Serviços < Espécies de Contratos < Obrigações < DIREITO CIVIL
1.0000.19.055840-3/003	27/11/2019	Teresa Cristina da Cunha Peixoto	Discute-se sobre a existência ou não de caráter confiscatório na aplicação de multa moratória pelo Estado, no percentual de 25% (vinte e cinco por cento) do valor do tributo devido - ICMS, tendo em vista que tal valor ultrapassa o patamar de 20% (vinte por cento). ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão do dia 19/02/2020, inadmitiram o incidente.	5946 - ICMS/ Imposto sobre Circulação de Mercadorias < Impostos < DIREITO TRIBUTÁRIO
1.0035.17.000841-7/003	25/11/2019	Versiani Penna	ANOTAÇÕES NUGEP: Em decisão monocrática, de 16/01/2020, o Relator julgou extinto o feito com fulcro no art. 485, I, do CPC, pois não foi possível verificar a questão apresentada na inicial.	9160 - Levantamento de Valor < Liquidação / Cumprimento / Execução < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO
1.0000.19.154265-3/000	21/11/2019	Evandro Lopes da Costa Teixeira	Disute-se sobre a necessidade de intimação dos fiduciários de forma pessoal, no tocante a data, hora e local dos leilões extrajudiciais, o que possibilitaria, inclusive, a purgação da mora, antes da lavratura da Ata/Auto de Arrematação. ANOTAÇÕES NUGEP: Em decisão monocrática, de 09/12/2019, o Relator indefiniu liminarmente a instauração do incidente, tendo em vista já ter sido apresentado,	9607 - Contratos Bancários < Espécies de Contratos < Obrigações < DIREITO CIVIL



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

IRDR / IAC - Distribuídos

12/02/2026 19:25:06

Classe: IRDR - Cv

TOTAL PROCESSOS: 417

Nº Processo	Data distribuição	Relator	Questão apresentada na inicial/Anotações NUGEP	Assunto CNJ
1.0000.19.154265-3/000	21/11/2019	Evandro Lopes da Costa Teixeira	anteriormente, pedido de instauração de IRDR idêntico, autuado sob o nº 1.0000.19.153493-2/000.	9607 - Contratos Bancários < Espécies de Contratos < Obrigações < DIREITO CIVIL
1.0000.19.156021-8/001	20/11/2019	Afrânio Vilela	Agravo de instrumento distribuído por equívoco como IRDR. Foi determinada a remessa à Turma Recursal.	9196 - Liminar < Medida Cautelar < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO 9609 - Locação de Móvel < Espécies de Contratos < Obrigações < DIREITO CIVIL 10671 - Obrigação de Fazer / Não Fazer < Liquidação / Cumprimento / Execução < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO 10437 - Direito de Imagem < Indenização por Dano Moral < Responsabilidade Civil < DIREITO CIVIL 10433 - Indenização por Dano Moral < Responsabilidade Civil < DIREITO CIVIL
1.0000.19.153493-2/000	19/11/2019	Mota e Silva	Discute-se sobre a necessidade de intimação dos fiduciários de forma pessoal, no tocante a data, hora e local dos leilões extrajudiciais, o que possibilitaria, inclusive, a purgação da mora, antes da lavratura da Ata/Auto de Arrematação. Anotações NUGEP: Na sessão do dia 26/10/2020, inadmitiram o incidente.	9607 - Contratos Bancários < Espécies de Contratos < Obrigações < DIREITO CIVIL
1.0024.13.035567-0/003	14/11/2019	Newton Teixeira Carvalho	Discute-se a legitimidade da apresentação recursal envolvendo honorários advocatícios de sucumbência processual. ANOTAÇÕES NUGEP: Em decisão monocrática, o Relator, extinguiu o processo sem resolução do mérito por perda do objeto.	7691 - Inadimplemento < Obrigações < DIREITO CIVIL 4972 - Duplicata < Espécies de Títulos de Crédito < Obrigações < DIREITO CIVIL
1.0024.13.277104-9/003	13/11/2019	Alberto Vilas Boas	Discute-se o direito do policial civil que exerça suas funções, em contato com agentes insalubres, ao recebimento do adicional de insalubridade, em aplicação subsidiária da Lei	8961 - Antecipação de Tutela / Tutela Específica < Processo e Procedimento < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

IRDR / IAC - Distribuídos

12/02/2026 19:25:06

Classe: IRDR - Cv

TOTAL PROCESSOS: 417

Nº Processo	Data distribuição	Relator	Questão apresentada na inicial/Anotações NUGEP	Assunto CNJ
1.0024.13.277104-9/003	13/11/2019	Alberto Vilas Boas	Estadual nº 10.745/92, ante a ausência de previsão da referida verba na Lei Orgânica da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais (Lei Complementar nº129/2013). ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 16/09/2020 admitiram o incidente e criou-se o Tema 65 IRDR TJMG.	10313 - Reajustes de Remuneração, Proventos ou Pensão < Servidor Público Civil < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO 10291 - Adicional de Insalubridade < Sistema Remuneratório e Benefícios < Servidor Público Civil < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
1.0000.19.150627-8/001	11/11/2019	Carlos Levenhagen	Discute-se matéria relativa à concessão de apostilamento aos servidores públicos do Município de Betim, nos termos das Leis Municipais nº 4.288/2005 e nº 3.886/2003, no que diz respeito à interpretação do texto legal, por não haver previsão expressa nas mencionadas leis, acerca do "tempo mínimo de 10 anos de efetivo exercício no serviço público" para se considerar como marco inicial de contagem de tempo para a concessão do benefício. ANOTAÇÕES NUGEP: Em decisão monocrática, de 19/02/2020, o Relator julgou prejudicado o IRDR em virtude da admissão do Tema 5 IAC TJMG (autos nº 1.0000.15.085222-6/003, IRDR convertido em IAC).	10671 - Obrigação de Fazer / Não Fazer < Liquidação / Cumprimento / Execução < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO
1.0024.06.989628-0/006	25/10/2019	Alberto Vilas Boas	Discute-se a legalidade da forma de cobrança por estimativa adotada pela Concessionária Cemig S/A, referente à prestação do serviço de fornecimento de iluminação pública. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 18/11/2020, inadmitiram o incidente.	7760 - Fornecimento de Energia Elétrica < Contratos de Consumo < DIREITO DO CONSUMIDOR 11974 - Cláusulas Abusivas < DIREITO DO CONSUMIDOR 10075 - Energia Elétrica < Concessão / Permissão / Autorização < Serviços < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
1.0000.18.074134-	23/10/2019	Albergaria Costa	Discute-se sobre a ocorrência de prescrição intercorrente	5632 - Prescrição e Decadência < Fatos Jurídicos <



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

IRDR / IAC - Distribuídos

12/02/2026 19:25:06

Classe: IRDR - Cv

TOTAL PROCESSOS: 417

Nº Processo	Data distribuição	Relator	Questão apresentada na inicial/Anotações NUGEP	Assunto CNJ
0/003	23/10/2019	Albergaria Costa	ante a configuração de inércia da parte exequente em promover as diligências que lhe competem para propositura do cumprimento de sentença em ação previdenciária movida em face do IPSEMG para concessão de pensão por morte de cônjuge. Na sessão do dia 19/02/2020 inadmitiram o incidente. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 19/02/2020, inadmitiram o incidente.	DIREITO CIVIL 9518 - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução < Liquidação / Cumprimento / Execução < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO 10236 - Promoção / Ascensão < Regime Estatutário < Servidor Público Civil < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
1.0000.19.049247-0/003	07/10/2019	Newton Teixeira Carvalho	Discute-se, em ausência de outorga uxória, a preservação da meação do cônjuge que não participou da fiança, se a ineficácia da garantia será total ou parcial. ANOTAÇÕES NUGEP: na sessão do dia 27/07/2020, inadmitiram o incidente.	9178 - Nulidade / Inexigibilidade do Título < Liquidação / Cumprimento / Execução < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO
1.0035.18.006305-5/003	07/10/2019	Fernando Lins	Processo cadastrado por equívoco pelo advogado, responsável pelo cadastramento, nos termos do art. 16 da Resolução nº 780/2014. Foi determinado o cancelamento da distribuição.	4703 - Defeito, nulidade ou anulação < Ato / Negócio Jurídico < Fatos Jurídicos < DIREITO CIVIL 8960 - Processo e Procedimento < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO
1.0027.13.032432-3/004	03/10/2019	Marcelo Rodrigues	Discute-se a respeito do sentido e conteúdo do termo "trinta anos de serviço" - constante na Lei Orgânica do Município de Betim, inciso VII, do art. 56; ou no inc. II do art.13 da Lei Municipal 1424/80, como requisito para obtenção de adicional sobre remuneração denominado: trintenário. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 19/02/2020, inadmitiram o incidente.	10305 - Gratificações de Atividade < Sistema Remuneratório e Benefícios < Servidor Público Civil < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
1.0000.19.066058-9/002	30/09/2019	Cabral da Silva	Discute-se, possibilidade, ou não, da limitação dos descontos de empréstimos pessoais e consignados a 30% dos vencimentos/proventos do contratante. ANOTAÇÕES NUGEP: O Des. Relator, por meio de decisão monocrática, em	11806 - Empréstimo consignado < Bancários < Contratos de Consumo < DIREITO DO CONSUMIDOR 11811 - Práticas Abusivas < DIREITO DO



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

IRDR / IAC - Distribuídos

12/02/2026 19:25:06

Classe: IRDR - Cv

TOTAL PROCESSOS: 417

Nº Processo	Data distribuição	Relator	Questão apresentada na inicial/Anotações NUGEP	Assunto CNJ
1.0000.19.066058-9/002	30/09/2019	Cabral da Silva	22/10/2019, negou seguimento ao IRDR tendo em vista a existência de três incidentes anteriores, cuja instauração foi requerida pela mesma Desembargadora versando sobre questão idêntica.	CONSUMIDOR
1.0000.18.115402-2/004	26/09/2019	Cabral da Silva	Discute-se, possibilidade, ou não, da limitação dos descontos de empréstimos pessoais e consignados a 30% dos vencimentos/proventos do contratante. ANOTAÇÕES NUGEP: Em decisão monocrática, de 01/10/2019, o Relator negou seguimento ao IRDR.	7690 - Adimplemento e Extinção < Obrigações < DIREITO CIVIL 9196 - Liminar < Medida Cautelar < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO 7752 - Bancários < Contratos de Consumo < DIREITO DO CONSUMIDOR 11806 - Empréstimo consignado < Bancários < Contratos de Consumo < DIREITO DO CONSUMIDOR
1.0000.17.017340-5/003	26/09/2019	Cabral da Silva	Discute-se, possibilidade, ou não, da limitação dos descontos de empréstimos pessoais e consignados a 30% dos vencimentos/proventos do contratante. ANOTAÇÕES NUGEP: Em decisão monocrática, de 22/10/2019, o Relator negou seguimento ao IRDR.	10592 - Desconto em Folha de Pagamento/Benefício Previdenciário < Adimplemento e Extinção < Obrigações < DIREITO CIVIL 11806 - Empréstimo consignado < Bancários < Contratos de Consumo < DIREITO DO CONSUMIDOR
1.0074.19.000631-7/001	25/09/2019	Márcio Idalmo Santos Miranda	Discute-se se o acesso da microempresa ou empresa de pequeno porte no sistema dos juizados especiais depende da comprovação de sua qualificação tributária atualizada, sendo dispensada a apresentação de documento fiscal referente ao negócio jurídico objeto da demanda. ANOTAÇÕES NUGEP: ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 26/10/2020, inadmitiram o incidente.	8829 - Competência < Jurisdição e Competência < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO 9580 - Espécies de Contratos < Obrigações < DIREITO CIVIL
1.0035.18.006305-5/002	23/09/2019	Fernando Lins	ANOTAÇÕES NUGEP: Em decisão monocrática, de 08/10/2019, o Relator indeferiu a inicial por inépcia.	8960 - Processo e Procedimento < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

IRDR / IAC - Distribuídos

12/02/2026 19:25:06

Classe: IRDR - Cv

TOTAL PROCESSOS: 417

Nº Processo	Data distribuição	Relator	Questão apresentada na inicial/Anotações NUGEP	Assunto CNJ
1.0035.18.006305-5/002	23/09/2019	Fernando Lins		4703 - Defeito, nulidade ou anulação < Ato / Negócio Jurídico < Fatos Jurídicos < DIREITO CIVIL
1.0000.19.112462-7/001	17/09/2019	Márcio Idalmo Santos Miranda	Discute-se a aferição do índice de reajuste aplicável à aposentadoria complementar paga por entidade de previdência privada, considerando a existência de opção de mais de um índice previsto no Regulamento Previdenciário. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 27/07/2020, inadmitiram o incidente.	4805 - Previdência privada < Espécies de Contratos < Obrigações < DIREITO CIVIL 7690 - Adimplemento e Extinção < Obrigações < DIREITO CIVIL
1.0447.18.001577-1/005	11/09/2019	Carlos Levenhagen	Discute-se quanto ao direito ou não do servidor público do município de Nova Era, aposentado pelo regime do INSS, de receber a complementação de aposentadoria prevista na Lei Municipal 1.422/96. ANOTAÇÕES NUGEP: Em decisão monocrática, de 01/10/2019, o Relator julgou prejudicado o IRDR.	10313 - Reajustes de Remuneração, Proventos ou Pensão < Servidor Público Civil < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
1.0000.19.107554-8/001	05/09/2019	Juliana Campos Horta	Discute-se se no decorrer de processo de execução de título extrajudicial de dívida condominial devam ser incluídas as parcelas vincendas no valor a ser exigido do devedor. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 22/06/2020, inadmitiram o incidente.	10467 - Despesas Condominiais < Condomínio em Edifício < Propriedade < Coisas < DIREITO CIVIL 10468 - Direitos / Deveres do Condômino < Condomínio em Edifício < Propriedade < Coisas < DIREITO CIVIL
1.0704.10.006643-7/002	28/08/2019	Renato Dresch	Discute-se 1) se a aferição da insalubridade das atividades desenvolvidas pelos servidores de Cabeceira Grande depende da elaboração de laudo técnico específico e, em caso afirmativo, se o valor devido a título de adicional de insalubridade pode retroagir a período anterior ao laudo técnico; 2) se o indeferimento pelo julgador do pedido de elaboração de laudo técnico para comprovação de insalubridade configura cerceamento de defesa do direito; 3)	10291 - Adicional de Insalubridade < Sistema Remuneratório e Benefícios < Servidor Público Civil < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO 7691 - Inadimplemento < Obrigações < DIREITO CIVIL



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

IRDR / IAC - Distribuídos

12/02/2026 19:25:06

Classe: IRDR - Cv

TOTAL PROCESSOS: 417

Nº Processo	Data distribuição	Relator	Questão apresentada na inicial/Anotações NUGEP	Assunto CNJ
1.0704.10.006643-7/002	28/08/2019	Renato Dresch	por fim, subsidiariamente, se, em decorrência da superveniência legislativa da Lei Municipal n.º 564, de 10 de outubro de 2017, que condiciona a concessão do adicional de insalubridade e/ou periculosidade à produção de laudo de avaliação pericial, revogando-se a Lei Municipal n.º 102, de 22 de novembro de 2000, o termo final ad quem do cálculo dos valores devidos em face de decisão judicial será a data da vigência da referida lei, ou seja, 01/01/2018. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 16/10/2019, inadmitiram o incidente.	10291 - Adicional de Insalubridade < Sistema Remuneratório e Benefícios < Servidor Público Civil < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO 7691 - Inadimplemento < Obrigações < DIREITO CIVIL
1.0312.18.001321-0/004	28/08/2019	Evandro Lopes da Costa Teixeira	Discute-se se a concessão de tutela antecipada em sede de recurso de apelação, cuja matéria não foi apreciada em primeiro grau, por força do princípio do duplo grau de jurisdição, configura supressão de instância. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 27/07/2020, inadmitiram o incidente.	8828 - Jurisdição e Competência < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO 8961 - Antecipação de Tutela / Tutela Específica < Processo e Procedimento < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO 9045 - Recurso < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO
1.0701.13.017893-5/009	09/08/2019	Alberto Henrique	ANOTAÇÕES NUGEP: Em decisão monocrática, de 01/10/2019, o Relator julgou extinto o IRDR.	6118 - Aposentadoria por Tempo de Contribuição (Art. 55/6) < Benefícios em Espécie < DIREITO PREVIDENCIÁRIO
1.0000.19.002341-6/001	07/08/2019	Versiani Penna	Definir as balizas para a criação de cargos em comissão no âmbito dos Poderes Legislativos Municipais. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 19/02/2020, inadmitiram o incidente.	10646 - Inconstitucionalidade Material < Controle de Constitucionalidade < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
1.0000.19.050182-5/002	02/08/2019	Alberto Vilas Boas	Discute-se sobre a interpretação da norma inserida no Edital nº 1/2017, que cuida de processo seletivo público para diversos cargos na administração do Município de Divinópolis/MG, sobretudo quanto ao caráter (eliminatório ou	10381 - Classificação e/ou Preterição < Concurso Público / Edital < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

IRDR / IAC - Distribuídos

12/02/2026 19:25:06

Classe: IRDR - Cv

TOTAL PROCESSOS: 417

Nº Processo	Data distribuição	Relator	Questão apresentada na inicial/Anotações NUGEP	Assunto CNJ
1.0000.19.050182-5/002	02/08/2019	Alberto Vilas Boas	classificatório e eliminatório) da prova discursiva naquele certame. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 20/10/2020, admitiram o incidente e criou-se o Tema 62 IRDR TJMG.	10381 - Classificação e/ou Preterição < Concurso Público / Edital < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
1.0079.14.021920-9/002	29/07/2019	Juliana Campos Horta	Busca-se definir a obrigatoriedade de realização de perícia contábil em ação revisional de contrato para apuração de ocorrência ou não de cobrança de encargos ilegais, superiores ao pactuado, ou, em desacordo com o contrato firmado. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 22/06/2020, inadmitiram o incidente.	11806 - Empréstimo consignado < Bancários < Contratos de Consumo < DIREITO DO CONSUMIDOR 9607 - Contratos Bancários < Espécies de Contratos < Obrigações < DIREITO CIVIL 6005 - Juros/Correção Monetária < Crédito Tributário < DIREITO TRIBUTÁRIO 10585 - Capitalização / Anatocismo < Juros de Mora - Legais / Contratuais < Inadimplemento < Obrigações < DIREITO CIVIL 10439 - Indenização por Dano Material < Responsabilidade Civil < DIREITO CIVIL
1.0433.18.010827-9/001	25/07/2019	Teresa Cristina da Cunha Peixoto	Definir se: 1) O adicional de local de trabalho de que trata a Lei Estadual nº 11.717/1994 é devido aos servidores estatutários e temporários não vinculados à Secretaria de Estado de Segurança Pública Sesp e à Secretaria de Estado de Administração Prisional Seap; 2) O adicional de local de trabalho de que trata a Lei Estadual nº 11.717/1994 é devido aos servidores estatutários e temporários vinculados a cargo ou função de professor, auxiliar de serviços de educação básica e assistente técnico de educação básica vinculados à Secretaria de Estado de Educação; 3) A redação original e a atual redação do art. 6º da Lei Estadual nº 11.717/1994 impede o pagamento do adicional	10288 - Sistema Remuneratório e Benefícios < Servidor Público Civil < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO 9045 - Recurso < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

IRDR / IAC - Distribuídos

12/02/2026 19:25:06

Classe: IRDR - Cv

TOTAL PROCESSOS: 417

Nº Processo	Data distribuição	Relator	Questão apresentada na inicial/Anotações NUGEP	Assunto CNJ
1.0433.18.010827-9/001	25/07/2019	Teresa Cristina da Cunha Peixoto	de local de trabalho de que trata a Lei Estadual nº 11.717/1994 aos servidores estatutários e temporários não vinculados à Secretaria de Estado de Segurança Pública Sesp e à Secretaria de Estado de Administração Prisional Seap; 4) A redação original e a atual redação do art. 6º da Lei Estadual nº 11.717/1994 impede o pagamento do adicional de local de trabalho aos servidores estatutários e temporários vinculados a cargo ou função de professor, auxiliar de serviços de educação básica e assistente técnico de educação básica vinculados à Secretaria de Estado de Educação. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 16/10/2019, inadmitiram o incidente.	10288 - Sistema Remuneratório e Benefícios < Servidor Público Civil < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO 9045 - Recurso < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO
1.0024.13.303213-6/011	25/07/2019	Cabral da Silva	Definir acerca da "necessidade de apreciação de ofício de prestação de caução, antes da citação, em execução provisória de compra e venda de imóvel, em função grande potencial de risco. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 22/06/2020, não conheceram do incidente.	9532 - Caução / Contracautela < Medida Cautelar < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO 9148 - Liquidação / Cumprimento / Execução < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO 11000 - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo < Locação de Imóvel < Espécies de Contratos < Obrigações < DIREITO CIVIL
1.0000.18.018679-3/003	24/07/2019	Marco Aurelio Ferenzini	Saber se a data a ser considerada para fins de cálculo de prazo de prescrição - de débito líquido inserido em documento particular, é a do despacho que determina a citação ou a data da distribuição da ação. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 24/10/2019, inadmitiram o incidente.	5632 - Prescrição e Decadência < Fatos Jurídicos < DIREITO CIVIL 9587 - Compra e Venda < Espécies de Contratos < Obrigações < DIREITO CIVIL 8843 - Assistência Judiciária Gratuita < Partes e Procuradores < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO 7697 - Correção Monetária < Inadimplemento < Obrigações < DIREITO CIVIL
1.0625.07.064163-	24/07/2019	José Américo Martins	Definir se deve ou não ser aplicado o coeficiente de Pearson	10439 - Indenização por Dano Material <



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

IRDR / IAC - Distribuídos

12/02/2026 19:25:06

Classe: IRDR - Cv

TOTAL PROCESSOS: 417

Nº Processo	Data distribuição	Relator	Questão apresentada na inicial/Anotações NUGEP	Assunto CNJ
8/012	24/07/2019	da Costa	em liquidações de sentença. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 22/06/2020, inadmitiram o incidente.	Responsabilidade Civil < DIREITO CIVIL 7780 - Indenização por Dano Material < Responsabilidade do Fornecedor < DIREITO DO CONSUMIDOR
1.0702.16.018391-0/003	22/07/2019	Newton Teixeira Carvalho	Busca-se definir o cabimento do direito à indenização por danos morais em decorrência da remarcação de voo sem prévio aviso aos passageiros. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão do dia 25/11/2019 inadmitiram o incidente.	10433 - Indenização por Dano Moral < Responsabilidade Civil < DIREITO CIVIL
1.0000.19.018714-6/001	19/07/2019	Afrânio Vilela	Trata-se de recurso ordinário cadastrado por equívoco como incidente de resolução de demandas repetitivas - IRDR	10502 - Indenização por Dano Material < Responsabilidade da Administração < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
1.0342.13.016882-2/004	19/07/2019	Newton Teixeira Carvalho	Definir se, na hipótese de juntada de cópia do comprovante de pagamento da Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Judiciárias - GRCTJ -, deve ser oportunizada ao recorrente possibilidade de apresentação do documento original, de modo a atender ao comando do atual art. 87, §1º, do Provimento Conjunto nº 75/2018; bem como a eventual consequência do descumprimento dessa determinação, especificamente, se pode ensejar o não conhecimento do recurso. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 25/11/2019 admitiram o incidente e criou-se o Tema 55 IRDR TJMG.	10433 - Indenização por Dano Moral < Responsabilidade Civil < DIREITO CIVIL 9050 - Preparo / Deserção < Recurso < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO
1.0024.13.178292-2/003	18/07/2019	Marco Aurelio Ferenzini	Discute-se a legitimidade passiva da patrocinadora em ação de revisão benefício de previdência privada ante o reconhecimento de verbas salariais por meio de reclamatória trabalhista. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 24/10/2019, inadmitiram o incidente.	4805 - Previdência privada < Espécies de Contratos < Obrigações < DIREITO CIVIL 7691 - Inadimplemento < Obrigações < DIREITO CIVIL
1.0689.16.000544-	08/07/2019	Teresa Cristina da	Discute-se a possibilidade de decretação do divórcio quando	5808 - Casamento < Família < DIREITO CIVIL



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

IRDR / IAC - Distribuídos

12/02/2026 19:25:06

Classe: IRDR - Cv

TOTAL PROCESSOS: 417

Nº Processo	Data distribuição	Relator	Questão apresentada na inicial/Anotações NUGEP	Assunto CNJ
3/008	08/07/2019	Cunha Peixoto	do ajuizamento de separação de judicial. ANOTAÇÕES NUGEP: Em decisão monocrática, de 11/07/2019, a Relatora não conheceu do IRDR.	5779 - Alimentos < Família < DIREITO CIVIL
1.0394.13.009147-0/002	04/07/2019	Albergaria Costa	Discute-se sobre o momento do cabimento do pagamento do adicional de insalubridade aos servidores do Município de Manhuaçu previsto nas Leis Municipais 1.682/91 e 1.927/95, se devido após o advento do Decreto Municipal nº 329/2006 ou apenas a partir da regulamentação prevista na Lei Municipal nº 3.533/2015. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 19/02/2020 admitiram o incidente e criou-se o Tema 59 IRDR TJMG.	10292 - Adicional de Periculosidade < Sistema Remuneratório e Benefícios < Servidor Público Civil < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO 10938 - Citação < Atos Processuais < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO
1.0000.19.036643-5/003	01/07/2019	Newton Teixeira Carvalho	Discute-se se há legitimidade concorrente entre a parte e o seu advogado para a interposição de recurso que visa obter a fixação ou a majoração da verba honorária de sucumbência, e se, nesse caso, deve ser exigido o preparo recursal, tal como estabelece o §5º do art. 99 do CPC. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 25/11/2019, admitiram o incidente e criou-se o Tema 54 IRDR TJMG.	6226 - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes < Indenização por Dano Moral < Responsabilidade do Fornecedor < DIREITO DO CONSUMIDOR 10655 - Honorários Advocatícios < Sucumbência < Partes e Procuradores < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO 8960 - Processo e Procedimento < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO
1.0000.18.110076-9/002	01/07/2019	Valdez Leite Machado	Processo cadastrado por equívoco pelo advogado, responsável pelo cadastramento, nos termos do art. 16 da Resolução nº 780/2014. Foi determinado o cancelamento da distribuição.	6104 - Pensão por Morte (Art. 74/9) < Benefícios em Espécie < DIREITO PREVIDENCIÁRIO 6177 - Concessão < Pedidos Genéricos Relativos aos Benefícios em Espécie < DIREITO PREVIDENCIÁRIO
1.0024.14.219211-1/003	06/06/2019	Teresa Cristina da Cunha Peixoto	Discute-se se o artigo 23, §5º do Decreto 42.758/2002 é ilegal por restringir o valor da pensão por morte de ex-cônjuge ao valor da pensão alimentícia percebida até a data do falecimento do ex-marido. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão	10313 - Reajustes de Remuneração, Proventos ou Pensão < Servidor Público Civil < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

IRDR / IAC - Distribuídos

12/02/2026 19:25:06

Classe: IRDR - Cv

TOTAL PROCESSOS: 417

Nº Processo	Data distribuição	Relator	Questão apresentada na inicial/Anotações NUGEP	Assunto CNJ
1.0024.14.219211-1/003	06/06/2019	Teresa Cristina da Cunha Peixoto	de julgamento do dia 16/10/2019, inadmitiram o incidente.	8961 - Antecipação de Tutela / Tutela Específica < Processo e Procedimento < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO 10252 - Concessão < Pensão < Servidor Público Civil < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
1.0000.18.026713-0/004	06/06/2019	Evandro Lopes da Costa Teixeira	Discute-se se em Promessa de Compra e Venda, as incorporadoras que constituíram as sociedades de propósito específico, as empresas pertencentes ao mesmo grupo econômico, bem como as instituições financeiras signatárias do "Instrumento Particular de Excussão Ordenada de Bens Dados Garantia" arroladas no polo passivo das ações movidas pelos adquirentes de unidades imobiliárias no empreendimento "Parques do Vale" são dotadas de legitimidade para figurar no polo passivo das ações, à vista do disposto no art. 17 do NCPC, da teoria da asserção, bem como da norma de solidariedade encartada no art.25,§ 1º, do CDC. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 27/07/2020, inadmitiram o incidente.	10496 - Promessa de Compra e Venda < Coisas < DIREITO CIVIL
1.0000.19.044240-0/001	15/05/2019	Marcelo Rodrigues	Discute-se se a execução ou cumprimento de sentença fundada em título executivo judicial que arbitra honorários periciais a serem pagos pelo Estado de Minas Gerais em processo que este e/ou o auxiliar de justiça não seja parte, deve submeter-se à regra de competência absoluta da Lei 12.153/2009, nos casos em que o valor da causa não superar o teto de alçada, ou se está adstrita ao disposto no art. 516, II, do CPC. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 25/06/2020, admitiram o incidente e criou-se o Tema 64 IRDR TJMG.	9258 - Honorários Periciais < Partes e Procuradores < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO 10656 - Honorários Advocatícios em Execução Contra a Fazenda Pública < Sucumbência < Partes e Procuradores < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO 10685 - Correção Monetária < Valor da Execução / Cálculo / Atualização < Liquidação / Cumprimento / Execução < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

IRDR / IAC - Distribuídos

12/02/2026 19:25:06

Classe: IRDR - Cv

TOTAL PROCESSOS: 417

Nº Processo	Data distribuição	Relator	Questão apresentada na inicial/Anotações NUGEP	Assunto CNJ
1.0000.19.044240-0/001	15/05/2019	Marcelo Rodrigues	Discute-se se a execução ou cumprimento de sentença fundada em título executivo judicial que arbitra honorários periciais a serem pagos pelo Estado de Minas Gerais em processo que este e/ou o auxiliar de justiça não seja parte, deve submeter-se à regra de competência absoluta da Lei 12.153/2009, nos casos em que o valor da causa não superar o teto de alçada, ou se está adstrita ao disposto no art. 516, II, do CPC. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 25/06/2020, admitiram o incidente e criou-se o Tema 64 IRDR TJMG.	TRABALHO
1.0000.16.024983-5/003	29/04/2019	Teresa Cristina da Cunha Peixoto	Discute-se se os servidores das carreiras do Grupo de Atividades do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais, que tenham título de pós-graduação no momento do ingresso na carreira, podem, ou não, ser reposicionados no nível correspondente, retroativo à data da posse, nos termos do art. 10-A da Lei Estadual nº 15.461, de 2005, ainda que no edital do concurso contenha apenas exigência de curso superior para exercício do cargo. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 16/10/2019 admitiram o incidente e criou-se o Tema 51 IRDR TJMG.	10223 - Enquadramento < Regime Estatutário < Servidor Público Civil < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
1.0433.19.004292-2/001	03/04/2019	Teresa Cristina da Cunha Peixoto	Discute-se a possibilidade ou não do servidor municipal de Itacarambi, contratado temporariamente, computar o respectivo tempo de serviço para a percepção de adicional por tempo de serviço(quinquênio), após ser efetivado no serviço público. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 16/10/2019, admitiram o incidente e criou-se o Tema 52 IRDR TJMG.	10409 - Empregado Público / Temporário < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO 10302 - Adicional por Tempo de Serviço < Sistema Remuneratório e Benefícios < Servidor Público Civil < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO 9045 - Recurso < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

IRDR / IAC - Distribuídos

12/02/2026 19:25:06

Classe: IRDR - Cv

TOTAL PROCESSOS: 417

Nº Processo	Data distribuição	Relator	Questão apresentada na inicial/Anotações NUGEP	Assunto CNJ
1.0024.10.209843-1/003	18/03/2019	Renato Dresch	A possibilidade da concessão de antecipação dos efeitos da tutela para extensão dos efeitos da falência em sede liminar e de seus efeitos imediatos no patrimônio de terceiros que não a falida. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 19/08/2020, inadmitiram o incidente.	4993 - Recuperação judicial e Falência < Empresas < DIREITO CIVIL
1.0024.14.240412-8/004	18/03/2019	José Américo Martins da Costa	Discute-se a necessidade de anulação de decisão que acolhe embargos declaratórios com efeitos infringentes sem prévia oitiva da parte adversa. ANOTAÇÕES NUGEP: Em decisão monocrática, de 12/11/2019, o Relator homologou o pedido de desistência e julgou prejudicado o IRDR.	7691 - Inadimplemento < Obrigações < DIREITO CIVIL 9148 - Liquidação / Cumprimento / Execução < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO 8990 - Provas < Processo e Procedimento < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO 9518 - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução < Liquidação / Cumprimento / Execução < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO
1.0024.14.014689-5/003	11/03/2019	Alberto Vilas Boas	Discute-se acerca de quem seria a responsabilidade pelo pagamento das multas de trânsito, diárias de estadia e demais taxas originárias da apreensão do veículo, nas hipóteses de contrato de alienação fiduciária: se do credor fiduciário (instituição bancária) ou do possuidor direto (condutor do veículo). ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 20/11/2019 admitiram o incidente e criou-se o Tema 53 IRDR TJMG.	8961 - Antecipação de Tutela / Tutela Específica < Processo e Procedimento < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO 4703 - Defeito, nulidade ou anulação < Ato / Negócio Jurídico < Fatos Jurídicos < DIREITO CIVIL
1.0273.16.000131-2/009	08/03/2019	Amauri Pinto Ferreira	Discute-se a respeito de cinco questões que geram divergência na jurisprudência acerca dos danos causados aos moradores do Vale do Rio Doce em razão do rompimento de barragem de rejeitos pela Samarco, o primeiro referente a quem foi vítima do dano, o segundo referente aos meios de prova admitidos a comprovar esta condição de vítima do	10671 - Obrigação de Fazer / Não Fazer < Liquidação / Cumprimento / Execução < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO 8961 - Antecipação de Tutela / Tutela Específica < Processo e Procedimento < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

IRDR / IAC - Distribuídos

12/02/2026 19:25:06

Classe: IRDR - Cv

TOTAL PROCESSOS: 417

Nº Processo	Data distribuição	Relator	Questão apresentada na inicial/Anotações NUGEP	Assunto CNJ
1.0273.16.000131-2/009	08/03/2019	Amauri Pinto Ferreira	dano, a terceira sobre a redução da qualidade da água, embora existam laudos afirmando a sua potabilidade, configura dano moral, a quarta referente aos critérios de extensão do dano e a quinta acerca de critérios de quantificação do mesmo dano moral. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 22/04/2019, inadmitiram o incidente.	10433 - Indenização por Dano Moral < Responsabilidade Civil < DIREITO CIVIL
1.0000.16.038408-7/003	25/01/2019	Marco Aurelio Ferenzini	Discute-se se a comprovada negativa, pelo plano de saúde, de fornecimento de tratamento ao segurado é causa de imposição de dano moral ou se é necessária também a prova de sofrimento, de humilhação ou de outro fator. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 25/03/2019, inadmitiram o incidente.	7691 - Inadimplemento < Obrigações < DIREITO CIVIL 6233 - Planos de Saúde < Contratos de Consumo < DIREITO DO CONSUMIDOR 7626 - Assinatura Básica Mensal < Telefonia < Contratos de Consumo < DIREITO DO CONSUMIDOR
1.0000.16.006417-6/003	07/12/2018	Teresa Cristina da Cunha Peixoto	Discute-se se os servidores das carreiras do Grupo de Atividades do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais, que tenham título de pós-graduação no momento do ingresso na carreira, podem, ou não, ser reposicionados no nível correspondente, retroativo à data da posse, nos termos do art. 10-A da Lei Estadual nº 15.461, de 2005, ainda que no edital do concurso contenha apenas exigência de curso superior para exercício do cargo. ANOTAÇÕES NUGEPNAC: Em 21/03/20419, a Relatora indeferiu a petição inicial por ausência de interesse processual.	10223 - Enquadramento < Regime Estatutário < Servidor Público Civil < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO 8961 - Antecipação de Tutela / Tutela Específica < Processo e Procedimento < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO 10313 - Reajustes de Remuneração, Proventos ou Pensão < Servidor Público Civil < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO 10236 - Promoção / Ascensão < Regime Estatutário < Servidor Público Civil < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
1.0000.18.068965-	22/11/2018	Teresa Cristina da	Discute-se a possibilidade de pagamento do prêmio por	10288 - Sistema Remuneratório e Benefícios <



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

IRDR / IAC - Distribuídos

12/02/2026 19:25:06

Classe: IRDR - Cv

TOTAL PROCESSOS: 417

Nº Processo	Data distribuição	Relator	Questão apresentada na inicial/Anotações NUGEP	Assunto CNJ
5/001	22/11/2018	Cunha Peixoto	produtividade de servidores do Estado de Minas Gerais nos anos de 2013, 2014 e 2015, ante a revogação do Decreto 47.070 de 26/10/16. ANOTAÇÕES NUGEP: Em decisão monocrática a relatora julgou extinto o incidente por haver litispendência.	Servidor Público Civil < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
1.0000.18.111565-0/002	26/10/2018	Newton Teixeira Carvalho	Discute-se sobre o alcance da expressão - documentos indispensáveis à propositura da ação - , prevista no art.320 do CPC, de modo a perquirir se o juiz pode ordenar que a parte junte aos autos cópias das iniciais de outras ações, envolvendo as mesmas partes, bem como da declaração de autenticidade das cópias que instruem a inicial. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 22/06/2020, admitiram o incidente e criou-se o Tema 66 IRDR TJMG.	8843 - Assistência Judiciária Gratuita < Partes e Procuradores < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO 8942 - Extinção do Processo Sem Resolução de Mérito < Formação, Suspensão e Extinção do Processo < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO 11811 - Práticas Abusivas < DIREITO DO CONSUMIDOR
1.0024.12.155397-8/002	09/10/2018	Marco Aurelio Ferenzini	Discute-se se para a extinção do processo por abandono da causa, nos termos da norma inserta no art. 485, inciso III e § 1º, do Código de Processo Civil de 2015, é suficiente a intimação pessoal do autor da ação ou se é necessária, também, a intimação do procurador da parte, por meio de publicação no DJE. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 17/12/2018 admitiram o incidente e criou-se o Tema 45 IRDR TJMG.	8942 - Extinção do Processo Sem Resolução de Mérito < Formação, Suspensão e Extinção do Processo < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO 7691 - Inadimplemento < Obrigações < DIREITO CIVIL 7752 - Bancários < Contratos de Consumo < DIREITO DO CONSUMIDOR
1.0000.18.046066-9/002	03/09/2018	Márcio Idalmo Santos Miranda	Discute-se: 1) Constatado o desconto mensal de parcelas de empréstimo consignado nos contracheques de servidores públicos do Estado, porém, não repassados às instituições financeiras mutuantes por conduta imputada à Fazenda Pública, resta necessária a inclusão do Estado de Minas Gerais no polo da lide como litisconsorte passivo necessário? 2) Caso afirmativa a questão de direito levantada, eventual	6226 - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes < Indenização por Dano Moral < Responsabilidade do Fornecedor < DIREITO DO CONSUMIDOR 11806 - Empréstimo consignado < Bancários < Contratos de Consumo < DIREITO DO CONSUMIDOR



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

IRDR / IAC - Distribuídos

12/02/2026 19:25:06

Classe: IRDR - Cv

TOTAL PROCESSOS: 417

Nº Processo	Data distribuição	Relator	Questão apresentada na inicial/Anotações NUGEP	Assunto CNJ
1.0000.18.046066-9/002	03/09/2018	Márcio Idalmo Santos Miranda	recurso interposto no bojo dessas ações cumprirá ser julgado pelas Câmaras Cíveis de Direito Público (1ª a 8ª e 19ª Câmaras Cíveis), nos termos do art.36, I, "a", do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais ou pelas Câmaras Cíveis de Direito Privado (9ª a 18ª Câmaras Cíveis), nos termos do artigo 36, I, do RITJMG? 3) A inclusão do nome de servidor público por suposta ausência de pagamento de empréstimo consignado, quando comprovado o desconto mensal dos valores mensais nos seus contracheques, porém, não repassados à instituição financeira a tempo e modo devidos, evidencia a probabilidade do direito alegado e o perigo de dano ou risco útil ao processo apta à concessão de tutela de urgência antecipada para determinar a retirada do seu nome do cadastro restritivo de crédito, nos moldos do artigo 300, do CPC? 4) A inclusão do nome do servidor público/consumidor nos cadastros restritivos de crédito, nessas situações pode ser considerada exercício regular de direito da instituição financeira mutuante? Se não, a conduta promovida pela instituição financeira gera dano moral "in re ipsa" a ser reconhecido pelo Juízo ou, a negativação promovida do nome do servidor, por conduta totalmente alheia a sua vontade, gera dever de indenização por parte do Estado? ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 27/07/2020, inadmitiram o incidente.	6226 - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes < Indenização por Dano Moral < Responsabilidade do Fornecedor < DIREITO DO CONSUMIDOR 11806 - Empréstimo consignado < Bancários < Contratos de Consumo < DIREITO DO CONSUMIDOR
1.0024.12.247006-5/004	03/09/2018	Cabral da Silva	Saber se: i) se encontra em vigência o art. 1º da lei 4.595/64 e se os bancos públicos e privados e independentemente de prova, são regulados pelo Banco Central do Brasil e compõem o Sistema Financeiro Nacional; ii) se aplica aos contratos bancários em geral as Súmulas oriundas do STF e STJ, mais precisamente as Súmulas 596 do STF e STJ 283, 381, 472,	7770 - Interpretação / Revisão de Contrato < Responsabilidade do Fornecedor < DIREITO DO CONSUMIDOR 7752 - Bancários < Contratos de Consumo < DIREITO DO CONSUMIDOR 10671 - Obrigação de Fazer / Não Fazer <



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

IRDR / IAC - Distribuídos

12/02/2026 19:25:06

Classe: IRDR - Cv

TOTAL PROCESSOS: 417

Nº Processo	Data distribuição	Relator	Questão apresentada na inicial/Anotações NUGEP	Assunto CNJ
1.0024.12.247006-5/004	03/09/2018	Cabral da Silva	Tema 26; iii) se há nulidade dos contratos celebrados por instituições financeiras em razão da inaplicabilidade a eles da lei 4.595/64 e consequentemente se são ou não legitimados a celebrar contratos com exigência de encargos remuneratórios na forma da lei 10.931/04. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 25/03/2019, inadmitiram o incidente.	Liquidação / Cumprimento / Execução < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO
1.0024.16.132725-9/002	24/08/2018	Alberto Vilas Boas	Discute-se a obrigatoriedade de matrícula de infante em uma Umei (Unidades Municipais de Educação Infantil) próxima a sua residência. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 15/05/2019, inadmitiram o incidente.	10028 - Serviços < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
1.0273.16.000288-0/002	24/07/2018	Amauri Pinto Ferreira	Discute-se sobre a ocorrência, ou não, de ato ilícito praticado pela Samarco Mineração S/A em virtude do rompimento da barragem de Fundão e Santarém, no Município de Mariana, bem como sobre os danos causados pela suspensão do abastecimento de água potável no Município de Galiléia em razão do referido acidente. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 27/08/2018, inadmitiram o incidente.	10433 - Indenização por Dano Moral < Responsabilidade Civil < DIREITO CIVIL 8961 - Antecipação de Tutela / Tutela Específica < Processo e Procedimento < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO 10671 - Obrigação de Fazer / Não Fazer < Liquidação / Cumprimento / Execução < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO 12470 - Barragem em Mariana < QUESTÕES DE ALTA COMPLEXIDADE, GRANDE IMPACTO E REPERCUSSÃO
1.0000.18.075489-7/001	17/07/2018	Amauri Pinto Ferreira	Discute-se a validade da cláusula constante do contrato de financiamento que estabelece novo prazo para conclusão e entrega da obra, em detrimento daquele fixado no contrato de promessa de compra e venda originariamente pactuado entre as partes. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 27/08/2018 admitiram o incidente e criou-se o Tema 39 IRDR TJMG.	7780 - Indenização por Dano Material < Responsabilidade do Fornecedor < DIREITO DO CONSUMIDOR 7698 - Perdas e Danos < Inadimplemento < Obrigações < DIREITO CIVIL 7779 - Indenização por Dano Moral < Responsabilidade do Fornecedor < DIREITO DO



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

IRDR / IAC - Distribuídos

12/02/2026 19:25:06

Classe: IRDR - Cv

TOTAL PROCESSOS: 417

Nº Processo	Data distribuição	Relator	Questão apresentada na inicial/Anotações NUGEP	Assunto CNJ
1.0000.18.075489-7/001	17/07/2018	Amauri Pinto Ferreira	Discute-se a validade da cláusula constante do contrato de financiamento que estabelece novo prazo para conclusão e entrega da obra, em detrimento daquele fixado no contrato de promessa de compra e venda originariamente pactuado entre as partes. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 27/08/2018 admitiram o incidente e criou-se o Tema 39 IRDR TJMG.	CONSUMIDOR 7770 - Interpretação / Revisão de Contrato < Responsabilidade do Fornecedor < DIREITO DO CONSUMIDOR
1.0000.18.074264-5/001	16/07/2018	Teresa Cristina da Cunha Peixoto	Discute-se, em demandas envolvendo tratamento médico: i) se é inaplicável o princípio da causalidade ante a extinção processual por perda superveniente do objeto, ante o falecimento do autor; e ii) se, diante da ausência de conteúdo financeiro dessas demandas, sendo o valor da causa meramente ilustrativo, os honorários advocatícios, caso devidos, deverão ser fixados equitativamente. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 19/09/2018, inadmitiram o incidente.	11884 - Fornecimento de Medicamentos < Saúde < Serviços < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
1.0000.16.038002-8/000	28/06/2018	Albergaria Costa	Discute-se sobre qual prazo prescricional atinente à pretensão punitiva disciplinar deve ser aplicado no âmbito da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, tendo em vista a omissão na legislação específica (Lei nº 5.406/69), sendo também objeto da controvérsia firmar entendimento acerca das situações em que se suspenderia o prazo prescricional. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 21/06/2017 admitiram o incidente e criou-se o Tema 23 IRDR TJMG.	10280 - Demissão ou Exoneração < Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância < Servidor Público Civil < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO 5632 - Prescrição e Decadência < Fatos Jurídicos < DIREITO CIVIL
1.0000.16.033398-5/000	14/06/2018	Wilson Benevides	Discute-se sobre o direito do servidor público estadual investido no cargo efetivo de Agente de Segurança Penitenciário ao recebimento do adicional de insalubridade, com fundamento na Lei Estadual nº 10.745/92. ANOTAÇÕES	10291 - Adicional de Insalubridade < Sistema Remuneratório e Benefícios < Servidor Público Civil < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

IRDR / IAC - Distribuídos

12/02/2026 19:25:06

Classe: IRDR - Cv

TOTAL PROCESSOS: 417

Nº Processo	Data distribuição	Relator	Questão apresentada na inicial/Anotações NUGEP	Assunto CNJ
1.0000.16.033398-5/000	14/06/2018	Wilson Benevides	NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 16/11/2016 admitiram o incidente e criou-se o Tema 06 IRDR TJMG.	8960 - Processo e Procedimento < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO
1.0024.13.255314-0/004	06/06/2018	Renato Dresch	Discute-se a possibilidade de o Poder Judiciário intervir no Poder Administrativo para anular questões de Concurso Público que apresentem erro grosseiro. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 20/02/2019, inadmitiram o incidente.	10379 - Anulação e Correção de Provas / Questões < Concurso Público / Edital < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO 8961 - Antecipação de Tutela / Tutela Específica < Processo e Procedimento < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO
1.0024.14.250362-2/002	22/05/2018	Teresa Cristina da Cunha Peixoto	Discute-se quanto ao cabimento de indenização, de natureza material e/ou moral, aos Delegados de Polícia Civil que comprovem o exercício das atribuições de Direção de Cadeias Públicas em que se encontram presos condenados, antes da entrada em vigor da Lei Complementar Estadual nº129 de 2013. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 19/09/2018, inadmitiram o incidente.	10502 - Indenização por Dano Material < Responsabilidade da Administração < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO 9992 - Indenização por Dano Moral < Responsabilidade da Administração < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
1.0000.16.061456-6/003	21/05/2018	Wander Marotta	Discute-se: 1) a ocorrência de prescrição do ato administrativo de concessão do apostilamento aos servidores públicos do Município de Betim, nos termos do julgamento da REPERCUSSÃO GERAL (Tema 666) no STF - Dje 082, DIVULG 27/04/2016; e 2) o direito do servidor ocupante de cargo de provimento efetivo, nos termos das Leis Municipais nº 4.288/2005 e nº 3.886/2003, ao aproveitamento do tempo anterior à sua investidura no referido cargo para fins do apostilamento, por não haver, nas mencionadas leis, previsão expressa de marco inicial para contagem do tempo somente após a investidura em cargo de provimento efetivo e tampouco exigência de	10288 - Sistema Remuneratório e Benefícios < Servidor Público Civil < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO 10671 - Obrigação de Fazer / Não Fazer < Liquidação / Cumprimento / Execução < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

IRDR / IAC - Distribuídos

12/02/2026 19:25:06

Classe: IRDR - Cv

TOTAL PROCESSOS: 417

Nº Processo	Data distribuição	Relator	Questão apresentada na inicial/Anotações NUGEP	Assunto CNJ
1.0000.16.061456-6/003	21/05/2018	Wander Marotta	tempo inteiramente prestado em cargo público efetivo na mesma condição. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 19/09/2018, inadmitiram o incidente.	10288 - Sistema Remuneratório e Benefícios < Servidor Público Civil < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO 10671 - Obrigação de Fazer / Não Fazer < Liquidação / Cumprimento / Execução < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO
1.0702.15.061716-6/002	15/05/2018	Alberto Vilas Boas	Discute-se a possibilidade de o estudante menor de 18 anos de idade, aprovado no vestibular para ingresso em instituição de ensino superior, poder se submeter ao Exame Supletivo com a finalidade de obtenção do certificado de conclusão do ensino médio, com a posterior matrícula e regular frequência às aulas da graduação. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 20/11/2019, inadmitiram o incidente.	10051 - Ensino Fundamental e Médio < Serviços < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
1.0720.15.003964-5/001	07/05/2018	Cláudia Maia	Discute-se a necessidade de o incidente de desconconsideração da personalidade jurídica formulado após iniciado o processo tramitar em autos próprios. ANOTAÇÕES NUGEP: Em decisão monocrática, de 04/10/2018, a Relatora inadmitiu o incidente.	10435 - Acidente de Trânsito < Indenização por Dano Moral < Responsabilidade Civil < DIREITO CIVIL
1.0514.14.002079-3/003	03/05/2018	Alexandre Santiago	Discute-se sobre a existência de dano moral indenizável em decorrência da compra de produto com defeito às vésperas de evento amplamente divulgado e transmitido por meio de canais de televisão. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de 28/05/2018 inadmitiram o incidente.	10439 - Indenização por Dano Material < Responsabilidade Civil < DIREITO CIVIL 9587 - Compra e Venda < Espécies de Contratos < Obrigações < DIREITO CIVIL 10433 - Indenização por Dano Moral < Responsabilidade Civil < DIREITO CIVIL 6220 - Responsabilidade do Fornecedor < DIREITO DO CONSUMIDOR 4703 - Defeito, nulidade ou anulação < Ato / Negócio Jurídico < Fatos Jurídicos < DIREITO CIVIL



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

IRDR / IAC - Distribuídos

12/02/2026 19:25:06

Classe: IRDR - Cv

TOTAL PROCESSOS: 417

Nº Processo	Data distribuição	Relator	Questão apresentada na inicial/Anotações NUGEP	Assunto CNJ
1.0514.14.002079-3/003	03/05/2018	Alexandre Santiago	Discute-se sobre a existência de dano moral indenizável em decorrência da compra de produto com defeito às vésperas de evento amplamente divulgado e transmitido por meio de canais de televisão. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de 28/05/2018 inadmitiram o incidente.	7773 - Financiamento de Produto < Contratos de Consumo < DIREITO DO CONSUMIDOR
1.0338.17.000435-6/003	03/05/2018	Cabral da Silva	Discute-se quanto ao cabimento ou não de agravo de instrumento contra a decisão interlocutória que versa sobre prejudicial de prescrição ou de decadência. ANOTAÇÃO NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 22/04/2019 admitiram o incidente e criou-se o Tema 47 IRDR TJMG.	8893 - Atos Processuais < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO 9597 - Seguro < Espécies de Contratos < Obrigações < DIREITO CIVIL
1.0003.14.001595-3/002	19/04/2018	Wander Marotta	Discute-se se o servidor do Município de Caputira possui direito adquirido ao biênio pelo cumprimento dos requisitos, enquanto vigente a norma, a despeito de a legislação que previa o direito à progressão horizontal (biênio), Lei nº 406/1994, ter sido revogada, ou se a Lei Complementar nº 15/2012 aplica-se também aos servidores que ingressaram antes de sua vigência. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 20/02/2019 admitiram o incidente e criou-se o Tema 46 IRDR TJMG.	10219 - Servidor Público Civil < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO 10302 - Adicional por Tempo de Serviço < Sistema Remuneratório e Benefícios < Servidor Público Civil < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO 10288 - Sistema Remuneratório e Benefícios < Servidor Público Civil < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
1.0000.17.092037-5/003	16/04/2018	Pedro Aleixo	Discussão quanto ao cabimento do direito de os advogados receberem honorários contratuais ad êxito, pelo serviço executado em favor de menor absolutamente incapaz. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 24/09/2018, inadmitiram o incidente.	10880 - Execução Provisória < Liquidação / Cumprimento / Execução < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO 9580 - Espécies de Contratos < Obrigações < DIREITO CIVIL
1.0611.14.002814-7/003	10/04/2018	Albergaria Costa	Discute-se: (1) a existência de dano moral devido pela Copasa (decorrente da localização de ossada humana em reservatório de água distribuída para consumo da população do Município	7761 - Fornecimento de Água < Contratos de Consumo < DIREITO DO CONSUMIDOR



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

IRDR / IAC - Distribuídos

12/02/2026 19:25:06

Classe: IRDR - Cv

TOTAL PROCESSOS: 417

Nº Processo	Data distribuição	Relator	Questão apresentada na inicial/Anotações NUGEP	Assunto CNJ
1.0611.14.002814-7/003	10/04/2018	Albergaria Costa	de São Francisco-MG); (2) o prazo prescricional (se trienal ou quinquenal); (3) a legitimidade ativa (se se encontram legitimados apenas os usuários da Copasa-MG à época dos fatos ou se quaisquer moradores do referido município, inclusive nascituros, conforme a data de distribuição da causa); (4) a litispendência; e (5) a coisa julgada. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 15/05/2019 admitiram o incidente e criou-se o Tema 48 IRDR TJMG.	7761 - Fornecimento de Água < Contratos de Consumo < DIREITO DO CONSUMIDOR
1.0231.09.150861-5/003	03/04/2018	Teresa Cristina da Cunha Peixoto	Discute-se se em Execução Fiscal, a Fazenda Pública Municipal está sujeita ao recolhimento prévio de despesas para consulta aos sistemas conveniados: INFOJUD, BACENJUD, RENAJUD e INFOSEG. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 20/06/2018 admitiram o incidente e criou-se o Tema 38 IRDR TJMG.	10658 - Custas < Sucumbência < Partes e Procuradores < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO 5951 - ISS/ Imposto sobre Serviços < Impostos < DIREITO TRIBUTÁRIO 9986 - Garantias Constitucionais < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
1.0000.16.081589-0/001	23/03/2018	Alberto Vilas Boas	Discute-se a legalidade de o Poder Executivo do Estado de Minas Gerais promover alteração do cronograma e do escalonamento de pagamento dos oficiais da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 25/06/2020, inadmitiram o incidente.	10695 - Categorias Especiais de Servidor Público < Servidor Público Civil < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
1.0000.18.005209-4/001	14/03/2018	Newton Teixeira Carvalho	ANOTAÇÕES NUGEP: Em decisão monocrática, de 18/05/2018, o Relator homologou a desistência.	10441 - Acidente de Trânsito < Indenização por Dano Material < Responsabilidade Civil < DIREITO CIVIL
1.0000.17.084463-3/003	01/03/2018	Corrêa Junior	Discute-se se a Lei Estadual nº15.462/2005 é autoaplicável no que tange aos critérios estabelecidos para fins de concessão da promoção funcional por escolaridade adicional	10236 - Promoção / Ascensão < Regime Estatutário < Servidor Público Civil < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

IRDR / IAC - Distribuídos

12/02/2026 19:25:06

Classe: IRDR - Cv

TOTAL PROCESSOS: 417

Nº Processo	Data distribuição	Relator	Questão apresentada na inicial/Anotações NUGEP	Assunto CNJ
1.0000.17.084463-3/003	01/03/2018	Corrêa Junior	dos servidores públicos estaduais ou se é cabível sua regulamentação conforme disposto no Decreto Estadual nº44.308/2006. ANOTAÇÕES NUGEP: Em decisão monocrática, de 18/05/2018, o Relator homologou a desistência.	PÚBLICO
1.0000.18.015868-5/001	28/02/2018	Afrânio Vilela	Discute-se se os servidores públicos do executivo pouso-alegrense fazem jus à equiparação de vencimentos com os servidores do legislativo em razão do que prevê o artigo 7º, §2º, da Lei nº 1.042/1971 do Município de Pouso Alegre, e, ainda, em controle difuso, se referido permissivo legal é constitucional. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 19/09/2018 admitiram o incidente e criou-se o Tema 44 IRDR TJMG.	10221 - Isonomia/Equivalência Salarial < Sistema Remuneratório e Benefícios < Servidor Público Civil < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
1.0079.11.029260-8/004	02/02/2018	Albergaria Costa	Discute-se se, em havendo omissão legislativa quanto ao reenquadramento do cargo comissionado de Procurador Assistente em Coordenador de Contencioso, incumbe ao Poder Judiciário fazê-lo, com base no art. 52, § 4º do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Contagem, que estabeleceu que o servidor apostilado faz jus à remuneração do cargo correspondente àquele no qual se deu o apostilamento, impondo-se o pagamento das diferenças remuneratórias desde a entrada em vigor da LC 06/2005. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 17/10/2018, inadmitiram o incidente.	10288 - Sistema Remuneratório e Benefícios < Servidor Público Civil < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
1.0134.17.006460-1/001	01/02/2018	Teresa Cristina da Cunha Peixoto	Discute-se a existência de direito ao recebimento pelo servidor público estadual de gratificação denominada "Prêmio por Produtividade", instituída pela Lei 14.694/03, revogada pela Lei 17.600/08, atualmente também revogada. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia	7681 - Obrigações < DIREITO CIVIL 10715 - Gratificação Complementar de Vencimento < Gratificações Estaduais Específicas < Sistema Remuneratório e Benefícios < Servidor Público Civil < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

IRDR / IAC - Distribuídos

12/02/2026 19:25:06

Classe: IRDR - Cv

TOTAL PROCESSOS: 417

Nº Processo	Data distribuição	Relator	Questão apresentada na inicial/Anotações NUGEP	Assunto CNJ
1.0134.17.006460-1/001	01/02/2018	Teresa Cristina da Cunha Peixoto	19/02/2020 admitiram o incidente e criou-se o Tema 58 IRDR TJMG.	DE DIREITO PÚBLICO
1.0132.16.000446-2/001	30/01/2018	Renato Dresch	Discute-se se, apesar da declaração de inconstitucionalidade da Lei Complementar n. 100/2007, julgada na ADI 4876, deve ser assegurado aos servidores efetivados, com base na referida lei, o direito à indenização das férias-prêmio, desde a data da primeira designação, com a devida incorporação de três meses a cada cinco anos de serviços prestados. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 19/09/2018, inadmitiram o incidente.	10437 - Direito de Imagem < Indenização por Dano Moral < Responsabilidade Civil < DIREITO CIVIL
1.0000.17.068825-3/002	05/12/2017	Teresa Cristina da Cunha Peixoto	Discute-se sobre o direito de exoneração de alimentos, considerando que os alimentados preenchem os requisitos objetivos de maioridade civil e estão sob a custódia do Estado. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 21/02/2018, inadmitiram o incidente.	5787 - Exoneração < Alimentos < Família < DIREITO CIVIL
1.0439.15.016383-0/002	30/11/2017	Cláudia Maia	Discute-se: 1) a necessidade ou não, de conversão da ação cautelar ajuizada no CPC/73 em tutela cautelar antecedente, adequando-a ao novo código; 2) do julgamento nos moldes do CPC/73, considerando a irretroatividade da lei, com a consequente condenação em honorários sucumbenciais; 3) de intimação da parte para adequar o processo cautelar às novas disposições contidas na lei processual (emenda à inicial); 4) a conversão da ação de exibição ajuizada sob a égide de ambos os códigos em produção antecipada de prova. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 27/08/2018 admitiram o incidente e criou-se o Tema 40 IRDR TJMG.	9607 - Contratos Bancários < Espécies de Contratos < Obrigações < DIREITO CIVIL 9196 - Liminar < Medida Cautelar < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO 11810 - Dever de Informação < DIREITO DO CONSUMIDOR
1.0000.17.086078-7/001	27/11/2017	Wander Marotta	Discute-se: 1) o contratado pela Administração Pública, por instrumento considerado nulo pela não realização prévia de	10219 - Servidor Público Civil < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

IRDR / IAC - Distribuídos

12/02/2026 19:25:06

Classe: IRDR - Cv

TOTAL PROCESSOS: 417

Nº Processo	Data distribuição	Relator	Questão apresentada na inicial/Anotações NUGEP	Assunto CNJ
1.0000.17.086078-7/001	27/11/2017	Wander Marotta	concurso público, possui direito apenas à retribuição salarial e aos depósitos no FGTS atinentes ao período de prestação de serviços, ainda que firmado nos moldes de contrato temporário, tendo em conta a constitucionalidade do art. 19-A da Lei 8.036/1990; 2) Não se computa o período laborado como contratado, mesmo que depois disso seja aprovado em concurso; 3) O prazo para contagem do tempo aquisitivo necessário à percepção de quinquênio inicia-se da data da publicação da lei que instituir o adicional quinquenal, não bastando mera previsão na Lei Orgânica. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 20/06/2018, inadmitiram o incidente.	PÚBLICO
1.0000.14.090746-0/001	17/11/2017	Versiani Penna	O presente feito foi cadastrado por equívoco como IRDR e encontra-se baixado neste Tribunal.	10444 - Posse < Coisas < DIREITO CIVIL
1.0000.17.002201-6/002	10/10/2017	Alberto Vilas Boas	Discute-se sobre a possibilidade ou não de o estudante menor de 18 anos de idade, aprovado no vestibular para ingresso em instituição de ensino superior, poder se submeter ao Exame Supletivo com a finalidade de obtenção do certificado de conclusão do ensino médio, com a posterior matrícula e regular frequência às aulas da graduação. ANOTAÇÕES NUGEP: Em decisão monocrática, de 15/05/2018, o incidente foi cancelado e transladado todos os arquivos eletrônicos que nele se encontram para nova numeração, adquirindo o nº 1.0702.15.061716-6/002.	10041 - Ingresso no Curso Superior < Ensino Superior < Serviços < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
1.0000.17.081594-8/001	27/09/2017	Afrânio Vilela	Discute-se sobre a modalidade de prescrição aplicável à demanda repetitiva em que há reenquadramento funcional de servidor público municipal na carreira, em virtude de opção voluntária para o Plano de Carreira dos Servidores da	10236 - Promoção / Ascensão < Regime Estatutário < Servidor Público Civil < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

IRDR / IAC - Distribuídos

12/02/2026 19:25:06

Classe: IRDR - Cv

TOTAL PROCESSOS: 417

Nº Processo	Data distribuição	Relator	Questão apresentada na inicial/Anotações NUGEP	Assunto CNJ
1.0000.17.081594-8/001	27/09/2017	Afrânio Vilela	Educação da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte instituído pela Lei Municipal n.º 7.235/1996. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 18/04/2018, admitiram o incidente e criou-se o Tema 36 IRDR TJMG.	9986 - Garantias Constitucionais < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
1.0000.17.073297-8/000	30/08/2017	Corrêa Junior	Discute-se a possibilidade de o candidato ser excluído de concurso público por não possuir índice de massa corporal (IMC) compatível com o exigido pelo edital do certame, uma vez que tal exigência não tem previsão legal. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão do dia 21/02/2018, inadmitiram o incidente.	10381 - Classificação e/ou Preterição < Concurso Público / Edital < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
1.0000.17.035143-1/002	30/08/2017	Alberto Vilas Boas	Discute-se se o prazo de decadência para a Administração Fazendária constituir o crédito tributário relativo ao Imposto sobre Transmissão causa mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCD) incidente sobre a doação deve ter, como marco inicial, a data da comunicação do fato gerador à Administração Fazendária feita pela Receita Federal devido ao convênio de compartilhamento de informações entre esses órgãos, ainda que referida comunicação tenha se dado depois de transcorridos 5 anos do fato gerador do tributo, ou se deve ser aplicado o disposto no art. 173, I, do Código Tributário Nacional, a saber, "O direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário extingue-se após 5 (cinco) anos, contados: I - do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado", sendo que, nesta hipótese, a data da comunicação do fato gerador à Administração Fazendária é irrelevante. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão do dia 18/04/2018, o feito foi convertido em diligência. O processamento do presente incidente se	9986 - Garantias Constitucionais < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO 5955 - ITCD - Imposto de Transmissão Causa Mortis < Impostos < DIREITO TRIBUTÁRIO 5990 - Extinção do Crédito Tributário < Crédito Tributário < DIREITO TRIBUTÁRIO 5632 - Prescrição e Decadência < Fatos Jurídicos < DIREITO CIVIL



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

IRDR / IAC - Distribuídos

12/02/2026 19:25:06

Classe: IRDR - Cv

TOTAL PROCESSOS: 417

Nº Processo	Data distribuição	Relator	Questão apresentada na inicial/Anotações NUGEP	Assunto CNJ
1.0000.17.035143-1/002	30/08/2017	Alberto Vilas Boas	encontra sobrestado até o trânsito em julgado do Tema 1048, do STJ cujo acórdão foi publicado em 07/5/2021 e cujo conteúdo é o mesmo deste IRDR. Na sessão de julgamentos do dia 17/08/2022, inadmitiram o Incidente.	9986 - Garantias Constitucionais < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO 5955 - ITCD - Imposto de Transmissão Causa Mortis < Impostos < DIREITO TRIBUTÁRIO 5990 - Extinção do Crédito Tributário < Crédito Tributário < DIREITO TRIBUTÁRIO 5632 - Prescrição e Decadência < Fatos Jurídicos < DIREITO CIVIL
1.0024.13.407293-3/004	24/08/2017	Afrânio Vilela	Discute-se se os servidores das carreiras do Grupo de Atividades do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais, que tenham título de pós-graduação no momento do ingresso na carreira, podem, ou não, ser reposicionados no nível correspondente, retroativo à data da posse, nos termos do art. 10-A da Lei Estadual nº 15.461, de 2005, ainda que no edital do concurso contenha apenas exigência de curso superior para exercício do cargo. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão do dia 30/05/2018, foi suspenso o julgamento para cumprimento de questão de ordem suscitada pelo Exmo Des. Renato Dresch. Na sessão de julgamento do dia 19/09/2018, retiraram o incidente de pauta. Na sessão de julgamento do dia 20/02/2019, inadmitiram o incidente.	8961 - Antecipação de Tutela / Tutela Específica < Processo e Procedimento < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO 10313 - Reajustes de Remuneração, Proventos ou Pensão < Servidor Público Civil < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO 10236 - Promoção / Ascensão < Regime Estatutário < Servidor Público Civil < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO 10223 - Enquadramento < Regime Estatutário < Servidor Público Civil < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
1.0024.13.194911-7/002	17/08/2017	Alexandre Santiago	Discute-se, no caso de plano privado de aposentadoria complementar, cujo regulamento tenha sido alterado e em que tenha havido migração do segurado para plano mais atual, se: a) existindo, no plano vigente, na data de adesão, cláusula regulamentar que estabeleça a inaplicabilidade das alterações	4805 - Previdência privada < Espécies de Contratos < Obrigações < DIREITO CIVIL



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

IRDR / IAC - Distribuídos

12/02/2026 19:25:06

Classe: IRDR - Cv

TOTAL PROCESSOS: 417

Nº Processo	Data distribuição	Relator	Questão apresentada na inicial/Anotações NUGEP	Assunto CNJ
1.0024.13.194911-7/002	17/08/2017	Alexandre Santiago	contratuais, a não ser para aumentar a suplementação ou reduzir os prazos de carência e de idade mínima, tais critérios alterariam a base de cálculo do benefício pago aos participantes; b) existindo previsão expressa de que as alterações realizadas somente se aplicam aos participantes que aderirem ao plano após a data de início de vigência do regulamento posterior, seria possível a incidência /aplicação das referidas modificações na base de cálculo do benefício dos participantes que aderiram ao plano antes de tais mudanças c) sendo o valor da reserva matemática maior do que o valor acumulado das contribuições realizadas pelo participante ao longo dos anos teria ele direito ao aporte daquela (reserva matemática) na hipótese de migração / portabilidade de planos. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 25/09/2017, inadmitiram o incidente.	4805 - Previdência privada < Espécies de Contratos < Obrigações < DIREITO CIVIL
1.0000.15.049889-7/006	02/08/2017	Teresa Cristina da Cunha Peixoto	Discute-se se a gratificação por extensão da jornada, instituída pela Lei nº 4.280/2005, do Município de Betim, possui natureza transitória e propter laborem, bem como se a alteração da base de cálculo da referida gratificação, advinda da edição da Lei nº 5.870/2015, do mesmo município, violaria o princípio constitucional da irredutibilidade de vencimentos. ANOTAÇÕES NUGEP Na sessão de julgamento do dia 18/10/2017, inadmitiram o incidente.	10706 - Gratificações Municipais Específicas < Sistema Remuneratório e Benefícios < Servidor Público Civil < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO 10338 - Gratificações e Adicionais < Sistema Remuneratório e Benefícios < Militar < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
1.0000.17.016595-5/001	31/07/2017	Wilson Benevides	Discute-se se a produção de prova pericial complexa constitui um requisito para fins de definição de competência do Juizado Especial da Fazenda Pública, ao lado do valor da	11883 - Tratamento Médico-Hospitalar < Saúde < Serviços < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

IRDR / IAC - Distribuídos

12/02/2026 19:25:06

Classe: IRDR - Cv

TOTAL PROCESSOS: 417

Nº Processo	Data distribuição	Relator	Questão apresentada na inicial/Anotações NUGEP	Assunto CNJ
1.0000.17.016595-5/001	31/07/2017	Wilson Benevides	causa e da matéria. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 21/02/2018, admitiram o incidente e criou-se o Tema 35 IRDR TJMG.	8829 - Competência < Jurisdição e Competência < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO
1.0024.13.339873-5/004	28/07/2017	Luiz Artur Hilário	ANOTAÇÕES NUGEP: O presente feito foi cadastrado por equívoco pelo advogado, responsável pelo cadastramento, nos termos do art. 16 da Resolução nº 780/2014, como Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas, muito embora não o seja.	10945 - Expurgos Inflacionários / Planos Econômicos < Bancários < Contratos de Consumo < DIREITO DO CONSUMIDOR 9148 - Liquidação / Cumprimento / Execução < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO 7691 - Inadimplemento < Obrigações < DIREITO CIVIL
1.0105.16.000562-2/004	21/07/2017	Amauri Pinto Ferreira	Discute-se fixar tese jurídica quanto à competência dos Juizados Especiais para processar e julgar demandas que têm como objeto o fornecimento de água e/ou indenização por danos morais e que trazem entre os fundamentos a dúvida acerca da qualidade da água fornecida pelo sistema público de distribuição das cidades que captam água do Rio Doce em ações propostas em decorrência do rompimento da barragem de Fundão, situada em Mariana/MG, considerando a natureza técnica complexa da questão e a imprescindibilidade de produção de prova pericial. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 13/09/2018, admitiram o incidente e criou-se o Tema 41 IRDR TJMG. O presente incidente recebeu nova e diversa numeração, por determinação do Desembargador Relator, e passou a ser IRDR 1.0273.16.000131-2/001.	10651 - Competência dos Juizados Especiais < Competência < Jurisdição e Competência < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO 10433 - Indenização por Dano Moral < Responsabilidade Civil < DIREITO CIVIL 10671 - Obrigação de Fazer / Não Fazer < Liquidação / Cumprimento / Execução < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO 12470 - Barragem em Mariana < QUESTÕES DE ALTA COMPLEXIDADE, GRANDE IMPACTO E REPERCUSSÃO 10438 - Dano Ambiental < Responsabilidade Civil < DIREITO CIVIL
1.0024.15.051167-3/003	05/07/2017	Wander Marotta	Discute-se a possibilidade, ou não, da remarcação exames médicos, em concurso público, de candidata impossibilitada	10376 - Exame de Saúde e/ou Aptidão Física < Concurso Público / Edital < DIREITO



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

IRDR / IAC - Distribuídos

12/02/2026 19:25:06

Classe: IRDR - Cv

TOTAL PROCESSOS: 417

Nº Processo	Data distribuição	Relator	Questão apresentada na inicial/Anotações NUGEP	Assunto CNJ
1.0024.15.051167-3/003	05/07/2017	Wander Marotta	de sua realização, em virtude de gravidez. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 20/11/2017, o julgamento foi adiado. Na sessão de julgamento do dia 18/04/2018 inadmitiram o incidente.	ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO 9196 - Liminar < Medida Cautelar < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO
1.0000.16.008187-3/004	05/07/2017	Teresa Cristina da Cunha Peixoto	Discute-se se os servidores das carreiras do Grupo de Atividades do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais, que tenham título de pós-graduação "latu sensu" ou "stricto sensu", no momento do ingresso na carreira, podem, ou não, ser reposicionados no nível correspondente com a escolaridade ostentada, retroativo à data da posse, nos termos do art. 10-A da Lei Estadual nº 15.461, de 2005, ainda que no edital do concurso contenha apenas exigência de curso superior para exercício do cargo. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 16/08/2017, inadmitiram o incidente.	10223 - Enquadramento < Regime Estatutário < Servidor Público Civil < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
1.0439.14.011861-3/003	04/07/2017	Albergaria Costa	Discute-se sobre a possibilidade, ou não, de incorporação, na remuneração dos servidores públicos do Departamento Municipal de Saneamento Urbano - DEMSUR, do município de Muriaé-MG, de diferenças havidas pela conversão do índice da URV (Unidade Real de Valor) quando da implementação do Plano Real, que deveria ter sido feita no dia 01 de março de 1994, além do pagamento das diferenças vencidas e vincendas do referido percentual. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 17/10/2018, admitiram o incidente e criou-se o Tema 43 IRDR TJMG.	9196 - Liminar < Medida Cautelar < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO 10313 - Reajustes de Remuneração, Proventos ou Pensão < Servidor Público Civil < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
1.0024.14.151840-	03/07/2017	Afrânio Vilela	Discute-se sobre a modalidade de prescrição aplicável à	10236 - Promoção / Ascensão < Regime



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

IRDR / IAC - Distribuídos

12/02/2026 19:25:06

Classe: IRDR - Cv

TOTAL PROCESSOS: 417

Nº Processo	Data distribuição	Relator	Questão apresentada na inicial/Anotações NUGEP	Assunto CNJ
7/002	03/07/2017	Afrânio Vilela	demanda repetitiva em que há reenquadramento funcional de servidor público municipal na carreira, em virtude de opção voluntária para o Plano de Carreira dos Servidores da Educação da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte instituído pela Lei Municipal n.º 7.235/1996. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 20/11/2017, inadmitiram o incidente.	Estatutário < Servidor Público Civil < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
1.0521.13.005427-8/002	29/06/2017	Wander Marotta	Discute-se se há interesse processual, ou não, da Fazenda Pública para a propositura/prosseguimento de execução fiscal quando os créditos executados forem considerados de baixo valor em relação ao custo do processo judicial, tendo em vista que atualmente o Poder Público dispõe de meios administrativos eficazes. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 18/10/2017, inadmitiram o incidente.	9148 - Liquidação / Cumprimento / Execução < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO 8942 - Extinção do Processo Sem Resolução de Mérito < Formação, Suspensão e Extinção do Processo < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO 6000 - Expedição de CND < CND/Certidão Negativa de Débito < Crédito Tributário < DIREITO TRIBUTÁRIO
1.0000.17.052129-8/001	27/06/2017	Teresa Cristina da Cunha Peixoto	ANOTAÇÕES NUGEP: Processo distribuído como IRDR por equívoco da parte, tratando-se de Correição Parcial.	10255 - Invalidez Permanente < Aposentadoria < Servidor Público Civil < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
1.0000.17.017170-6/002	27/06/2017	Afrânio Vilela	Discute-se sobre a legalidade, ou não, da incidência de contribuição previdenciária, destinada ao Fundo Financeiro (FUFIN) do Município de Belo Horizonte, sobre verbas remuneratórias pagas a servidores públicos municipais em sede de cumprimento de sentença, por meio de RPV ou precatório, após decisão judicial transitada em julgado que lhes foi favorável. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 20/11/2017, inadmitiram o incidente.	10236 - Promoção / Ascensão < Regime Estatutário < Servidor Público Civil < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
1.0000.17.026882-5/001	19/06/2017	José Arthur Filho	Discute-se se a competência do Juizado Especial Cível para processar e julgar as matérias elencadas na Lei nº 9.099/95 é	8829 - Competência < Jurisdição e Competência < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

IRDR / IAC - Distribuídos

12/02/2026 19:25:06

Classe: IRDR - Cv

TOTAL PROCESSOS: 417

Nº Processo	Data distribuição	Relator	Questão apresentada na inicial/Anotações NUGEP	Assunto CNJ
1.0000.17.026882-5/001	19/06/2017	José Arthur Filho	de natureza absoluta, ou se se trata de uma opção do autor o seu ajuizamento perante a Justiça Comum ou perante o Juizado Especial Cível, não sendo, portanto, permitida a declinação da competência, de ofício, ao Juizado Especial. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 25/09/2017, inadmitiram o incidente.	7773 - Financiamento de Produto < Contratos de Consumo < DIREITO DO CONSUMIDOR
1.0024.14.084326-9/002	19/06/2017	Albergaria Costa	Discute-se sobre o suposto direito de servidor público municipal à contagem do tempo laborado junto ao Município de Belo Horizonte, sob o regime celetista, para efeito de percepção de férias-prêmio, com a finalidade de fruição do benefício, conversão em espécie ou contagem em dobro do tempo para fins de aposentadoria. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 15/09/2021, inadmitiram o incidente.	10276 - Tempo de Serviço < Servidor Público Civil < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO 10261 - Licença-Prêmio < Licenças / Afastamentos < Servidor Público Civil < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
1.0024.12.105255-9/002	16/06/2017	Wander Marotta	Discute-se sobre a possibilidade, ou não, de o Poder Judiciário, tendo como base laudo pericial realizado sob o crivo do contraditório e da ampla defesa, anular ato administrativo de eliminação de candidato em concurso público por reprovação em exame psicológico. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 18/04/2018, admitiram o incidente e criou-se o Tema 37 IRDR TJMG.	8961 - Antecipação de Tutela / Tutela Específica < Processo e Procedimento < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO 10327 - Curso de Formação < Regime < Militar < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
1.0000.17.044085-3/001	01/06/2017	Albergaria Costa	Discute-se sobre a legitimidade, ou não, da inclusão na base de cálculo do ICMS de energia elétrica dos custos de distribuição, de transmissão e de encargos setoriais, além de qualquer outra nomenclatura utilizada, devendo, ou não, incidir somente sobre a parcela de energia elétrica efetivamente consumida (TUST e TUSD). ANOTAÇÕES NUGEP:	5946 - ICMS/ Imposto sobre Circulação de Mercadorias < Impostos < DIREITO TRIBUTÁRIO 6007 - Repetição de indébito < Crédito Tributário < DIREITO TRIBUTÁRIO



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

IRDR / IAC - Distribuídos

12/02/2026 19:25:06

Classe: IRDR - Cv

TOTAL PROCESSOS: 417

Nº Processo	Data distribuição	Relator	Questão apresentada na inicial/Anotações NUGEP	Assunto CNJ
1.0000.17.044085-3/001	01/06/2017	Albergaria Costa	Na sessão de julgamento do dia 21/02/2018, inadmitiram o incidente.	5946 - ICMS/ Imposto sobre Circulação de Mercadorias < Impostos < DIREITO TRIBUTÁRIO 6007 - Repetição de indébito < Crédito Tributário < DIREITO TRIBUTÁRIO
1.0000.16.058664-0/006	29/05/2017	Albergaria Costa	Discute-se sobre o cabimento e admissibilidade do Recurso de Agravo de Instrumento das decisões proferidas nas ações de Falência e Recuperação Judicial. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 20/11/2017, admitiram o incidente e criou-se o Tema 33 IRDR TJMG. Em 22/10/2020, a relatora, Desa. Albergaria Costa, cancelou o Tema, visto que o STJ afetou, em 23/09/2019, o Tema 1022, no qual resolver-se-á acerca da mesma questão que é objeto do presente IRDR e visa a firmar, se tornando incabível o incidente.	4993 - Recuperação judicial e Falência < Empresas < DIREITO CIVIL
1.0000.17.042016-0/001	29/05/2017	Alexandre Santiago	ANOTAÇÕES NUGEP: Em 27/10/2017, o Des. Relator, por meio de decisão monocrática, negou seguimento ao incidente por ausência de petição inicial.	7768 - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro < Responsabilidade do Fornecedor < DIREITO DO CONSUMIDOR 7779 - Indenização por Dano Moral < Responsabilidade do Fornecedor < DIREITO DO CONSUMIDOR 7621 - Seguro < Contratos de Consumo < DIREITO DO CONSUMIDOR 10671 - Obrigação de Fazer / Não Fazer < Liquidação / Cumprimento / Execução < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO 7780 - Indenização por Dano Material < Responsabilidade do Fornecedor < DIREITO DO CONSUMIDOR
1.0194.14.008085-5/002	22/05/2017	Alberto Vilas Boas	Discute-se sobre a extinção do quinquênio e a instituição do	4291 - Jurisdição e Competência < DIREITO



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

IRDR / IAC - Distribuídos

12/02/2026 19:25:06

Classe: IRDR - Cv

TOTAL PROCESSOS: 417

Nº Processo	Data distribuição	Relator	Questão apresentada na inicial/Anotações NUGEP	Assunto CNJ
1.0194.14.008085-5/002	22/05/2017	Alberto Vilas Boas	anuênio prevista na Lei Municipal nº 2.754/98 abrange todos os servidores públicos do Município de Coronel Fabriciano ou somente é aplicável aos servidores públicos do magistério municipal. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 17/05/2017 converteram o IAC em IRDR, admitiram o incidente e criou-se o Tema 22 IRDR TJMG.	PROCESSUAL PENAL 6094 - Benefícios em Espécie < DIREITO PREVIDENCIÁRIO
1.0056.16.003389-2/001	22/05/2017	Renato Dresch	Discute-se acerca do direito à indenização relativa à férias-prêmio aos servidores efetivados por meio da Lei Complementar n. 100/2007. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 16/08/2017, inadmitiram o incidente.	10288 - Sistema Remuneratório e Benefícios < Servidor Público Civil < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
1.0242.16.002789-0/001	17/05/2017	Corrêa Junior	Discute-se se o Município deve ou não ser responsabilizado pelo fornecimento, por tempo indeterminado, de insumos de custo mais elevado, não incluídos no elenco padronizado de medicamentos dos programas de assistência farmacêutica do SUS, ou seja, não constantes da lista da Farmácia Popular Básica. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 16/08/2017, inadmitiram o incidente.	11884 - Fornecimento de Medicamentos < Saúde < Serviços < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
1.0016.12.003371-3/005	17/05/2017	Wander Marotta	Discute-se sobre a (in)exigibilidade da multa prevista em TAC após a Lei n.º 12.651/2012. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 16/08/2017, admitiram o incidente e criou-se o Tema 30 IRDR TJMG.	9518 - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução < Liquidação / Cumprimento / Execução < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO 10023 - Multas e demais Sanções < Infração Administrativa < Atos Administrativos < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO 11823 - Reserva legal < Meio Ambiente < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

IRDR / IAC - Distribuídos

12/02/2026 19:25:06

Classe: IRDR - Cv

TOTAL PROCESSOS: 417

Nº Processo	Data distribuição	Relator	Questão apresentada na inicial/Anotações NUGEP	Assunto CNJ
1.0000.17.034683-7/001	09/05/2017	Cabral da Silva	Petição cadastrado por equívoco. Petição indeferida e extinto o presente feito.	6226 - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes < Indenização por Dano Moral < Responsabilidade do Fornecedor < DIREITO DO CONSUMIDOR
1.0000.16.034953-6/001	09/05/2017	Albergaria Costa	Discute-se a possibilidade, ou não, de rescisão de direito reconhecido com base em lei posteriormente declarada inconstitucional. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 16/08/2017, inadmitiram o incidente.	8961 - Antecipação de Tutela / Tutela Específica < Processo e Procedimento < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO 10342 - Reajuste de Remuneração, Soldo, Proventos ou Pensão < Militar < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO 10596 - Auxílio-invalidez < Sistema Remuneratório e Benefícios < Militar < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO 9196 - Liminar < Medida Cautelar < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO 10340 - Indenizações Regulares < Sistema Remuneratório e Benefícios < Militar < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
1.0079.13.005785-8/002	03/05/2017	Luís Carlos Gambogi	Discute-se sobre a existência ou não da obrigação de indenização pelo Poder Público em casos de demolição de construção irregular, levada a efeito por se encontrar o imóvel em área de risco. ANOTAÇÕES NUGEP: Em 23/06/2019, o Incidente de Uniformização de Jurisprudência foi redistribuído como IAC. Na sessão de julgamento do dia 19/04/2017, converteram o IAC em IRDR, admitiram o incidente e criou-se o Tema 14 IRDR TJMG.	10502 - Indenização por Dano Material < Responsabilidade da Administração < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

IRDR / IAC - Distribuídos

12/02/2026 19:25:06

Classe: IRDR - Cv

TOTAL PROCESSOS: 417

Nº Processo	Data distribuição	Relator	Questão apresentada na inicial/Anotações NUGEP	Assunto CNJ
1.0024.14.306802-1/002	28/04/2017	Alberto Vilas Boas	Discute-se a pertinência ou não do pagamento de FGTS aos professores efetivados em decorrência da Lei Complementar nº 100/2007. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 18/10/2017, inadmitiram o incidente.	10411 - Admissão / Permanência / Despedida < Empregado Público / Temporário < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
1.0024.06.929551-7/007	27/04/2017	Renato Dresch	Discute-se sobre a legalidade de cláusula contratual e consequente devolução, pela Concessionária Cemig S/A, de dinheiro por esta arrecadado em virtude da cobrança pelo fornecimento de iluminação pública com lastro no art. 60 da Resolução 456/2000 da ANEEL. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 30/05/2018, inadmitiram o incidente.	10075 - Energia Elétrica < Concessão / Permissão / Autorização < Serviços < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
1.0000.16.033398-5/001	26/04/2017	Corrêa Junior	ANOTAÇÕES NUGEP: Petição cadastrada por equívoco como novo IRDR. Verificar andamento do IRDR 1.0000.033398-5/000.	10291 - Adicional de Insalubridade < Sistema Remuneratório e Benefícios < Servidor Público Civil < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO 8960 - Processo e Procedimento < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO
1.0011.16.001196-8/002	24/04/2017	Cabral da Silva	Discute-se sobre a ocorrência, ou não, de ato ilícito praticado pela Samarco Mineração S/A em virtude do rompimento da barragem de Fundão e Santarém, no Município de Mariana, bem como sobre o aumento do preço da areia para construção e da areia fina utilizada para acabamento, impactando na atividade econômica desenvolvida por profissionais da construção civil. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 28/08/2017, inadmitiram o incidente.	12470 - Barragem em Mariana < QUESTÕES DE ALTA COMPLEXIDADE, GRANDE IMPACTO E REPERCUSSÃO 10433 - Indenização por Dano Moral < Responsabilidade Civil < DIREITO CIVIL 10439 - Indenização por Dano Material < Responsabilidade Civil < DIREITO CIVIL



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

IRDR / IAC - Distribuídos

12/02/2026 19:25:06

Classe: IRDR - Cv

TOTAL PROCESSOS: 417

Nº Processo	Data distribuição	Relator	Questão apresentada na inicial/Anotações NUGEP	Assunto CNJ
1.0000.16.062277-5/003	31/03/2017	Afrânio Vilela	Discute-se sobre a validade ou não do exame psicotécnico que utiliza a metodologia do teste PMK (Psicodiagnóstico Miocinético) em certame da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 20/09/2017, inadmitiram o incidente.	10382 - Anulação < Concurso Público / Edital < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO 10377 - Curso de Formação < Concurso Público / Edital < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
1.0467.13.000559-9/002	22/03/2017	Alberto Vilas Boas	Discute-se sobre a legitimidade ativa da Associação Nacional de Defesa dos Concursos para Cartórios - ANDECC para, à luz do disposto na Lei nº 7.347/85, propor ação civil pública com vistas a compelir o Estado de Minas Gerais a observar a regra constitucional pertinente. ANOTAÇÕES NUGEP: Em 13/05/2016, o Incidente de Uniformização de Jurisprudência foi redistribuído como IAC. Na sessão de julgamento do dia 15/03/2017, converteram o IAC em IRDR, admitiram o incidente e criou-se o Tema 12 IRDR TJMG.	10014 - Violação dos Princípios Administrativos < Improbidade Administrativa < Atos Administrativos < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO 9985 - DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
1.0693.14.003208-9/003	22/03/2017	Alberto Vilas Boas	Discute-se sobre os efeitos, na pretensão individual de repetição de indébito, da decisão transitada em julgado proferida em Ação Popular declaratória da ilegalidade de termo aditivo de contrato firmado entre o Município de Três Corações e a COPASA, que teria estipulado a cobrança de tarifa antes do início da operação de tratamento de esgoto. ANOTAÇÕES NUGEP: Em 13/05/2016, o Incidente de Uniformização de Jurisprudência foi redistribuído como IAC. Na sessão de julgamento do dia 15/03/2017, converteram o IAC em IRDR, admitiram o incidente e criou-se o Tema 18 IRDR TJMG.	6007 - Repetição de indébito < Crédito Tributário < DIREITO TRIBUTÁRIO
1.0000.17.012224-6/002	21/03/2017	Alberto Vilas Boas	Discute-se acerca da natureza jurídica dos vários pedidos formulados nas ações ajuizadas pelos ex-servidores efetivados pela LCE nº 100/2007 e da (im)possibilidade de	10411 - Admissão / Permanência / Despedida < Empregado Público / Temporário < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

IRDR / IAC - Distribuídos

12/02/2026 19:25:06

Classe: IRDR - Cv

TOTAL PROCESSOS: 417

Nº Processo	Data distribuição	Relator	Questão apresentada na inicial/Anotações NUGEP	Assunto CNJ
1.0000.17.012224-6/002	21/03/2017	Alberto Vilas Boas	que seja somado o valor de cada pedido para fins de atribuição do valor da causa. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 18/10/2017, inadmitiram o incidente.	PÚBLICO 6085 - FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço < Contribuições Especiais < Contribuições < DIREITO TRIBUTÁRIO 6095 - Aposentadoria por Invalidez < Benefícios em Espécie < DIREITO PREVIDENCIÁRIO
1.0439.15.012809-8/002	14/03/2017	Alberto Henrique	Discute-se sobre o prazo prescricional - se prevalente a regra especial (art. 1º do Decreto nº 20.910/32 c/c art. 1º-C da Lei nº 9.494/97) em detrimento da regra geral (art. 206, § 3º, V, do CC) - a ser aplicado às ações em que se busca a reparação de danos causados por pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 26/02/2018, inadmitiram o incidente.	10433 - Indenização por Dano Moral < Responsabilidade Civil < DIREITO CIVIL 10439 - Indenização por Dano Material < Responsabilidade Civil < DIREITO CIVIL
1.0704.15.005743-5/001	09/03/2017	Teresa Cristina da Cunha Peixoto	Discute-se sobre a possibilidade de responsabilização do Município de Cabeceira Grande/MG pelo fornecimento, por tempo indeterminado, de medicamentos de alto custo não incluídos no elenco padronizado de medicamentos dos programas de assistência farmacêutica do SUS, ou seja, não constantes da lista da farmácia popular básica. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 19/04/2017, inadmitiram o incidente.	11884 - Fornecimento de Medicamentos < Saúde < Serviços < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO 9986 - Garantias Constitucionais < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO 9196 - Liminar < Medida Cautelar < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO
1.0105.16.000562-2/001	07/03/2017	Amauri Pinto Ferreira	Discute-se se os Juizados Especiais são competentes para processar e julgar demandas que têm como objeto o fornecimento de água e/ou indenização por danos morais e que trazem entre os fundamentos a dúvida acerca da qualidade da água fornecida pelo sistema público de distribuição das cidades que captam água do Rio Doce em	10671 - Obrigação de Fazer / Não Fazer < Liquidação / Cumprimento / Execução < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO 10651 - Competência dos Juizados Especiais < Competência < Jurisdição e Competência < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

IRDR / IAC - Distribuídos

12/02/2026 19:25:06

Classe: IRDR - Cv

TOTAL PROCESSOS: 417

Nº Processo	Data distribuição	Relator	Questão apresentada na inicial/Anotações NUGEP	Assunto CNJ
1.0105.16.000562-2/001	07/03/2017	Amauri Pinto Ferreira	ações propostas em decorrência do rompimento da barragem de Fundão, situada em Mariana/MG, considerando a natureza técnica complexa da questão e a imprescindibilidade de produção de prova pericial. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 24/04/2017 admitiram o incidente e criou-se o Tema 19 IRDR TJMG.	12470 - Barragem em Mariana < QUESTÕES DE ALTA COMPLEXIDADE, GRANDE IMPACTO E REPERCUSSÃO 10433 - Indenização por Dano Moral < Responsabilidade Civil < DIREITO CIVIL 10438 - Dano Ambiental < Responsabilidade Civil < DIREITO CIVIL
1.0704.16.004744-2/001	03/03/2017	Teresa Cristina da Cunha Peixoto	Discute-se a possibilidade de responsabilização do Município de Cabeceira Grande/MG pelo fornecimento, por tempo indeterminado, de medicamentos de alto custo não incluídos no elenco padronizado de medicamentos dos programas de assistência farmacêutica do SUS, ou seja, não constantes da lista da farmácia popular básica. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 19/04/2017, inadmitiram o incidente.	9196 - Liminar < Medida Cautelar < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO 10671 - Obrigação de Fazer / Não Fazer < Liquidação / Cumprimento / Execução < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO 11884 - Fornecimento de Medicamentos < Saúde < Serviços < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
1.0000.17.008677-1/002	21/02/2017	Wander Marotta	Discute-se sobre a competência (Vara de Fazenda Pública X Vara de Sucessões) para o processamento de alvará judicial requerido com vistas à obtenção de transferência da titularidade do uso de jazigo perpétuo no Município de Belo Horizonte. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 21/06/2017 admitiram o incidente e criou-se o Tema 29 IRDR TJMG.	8942 - Extinção do Processo Sem Resolução de Mérito < Formação, Suspensão e Extinção do Processo < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO 8829 - Competência < Jurisdição e Competência < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO 10073 - Concessão / Permissão / Autorização < Serviços < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
1.0002.14.000220-1/003	21/02/2017	Renato Dresch	Discute-se sobre a possibilidade de permanência no cargo do servidor público aposentado pelo RGPS em Municípios não dotados de regime previdenciário próprio e cuja legislação preveja a vacância do cargo em caso de aposentadoria. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia	10497 - Subsídios < Sistema Remuneratório e Benefícios < Servidor Público Civil < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

IRDR / IAC - Distribuídos

12/02/2026 19:25:06

Classe: IRDR - Cv

TOTAL PROCESSOS: 417

Nº Processo	Data distribuição	Relator	Questão apresentada na inicial/Anotações NUGEP	Assunto CNJ
1.0002.14.000220-1/003	21/02/2017	Renato Dresch	16/11/2016, converteram o IAC em IRDR, admitiram o incidente e criou-se o Tema 07 IRDR TJMG. Em 15/03/2023 exerceram o juízo de retratação para modificar o acórdão.	10497 - Subsídios < Sistema Remuneratório e Benefícios < Servidor Público Civil < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
1.0713.12.006246-6/002	17/02/2017	Corrêa Junior	Discute-se sobre o direito dos servidores públicos do Município de Viçosa à incorporação de verbas laborais na base de cálculo do adicional de horas extras. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 15/02/2017 o IAC foi convertido em IRDR e admitido o incidente e criou-se o Tema 11 IRDR TJMG.	10303 - Adicional de Horas Extras < Sistema Remuneratório e Benefícios < Servidor Público Civil < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
1.0024.13.077602-4/002	17/02/2017	Albergaria Costa	Discute-se sobre a existência, ou não, de direito subjetivo, por parte dos servidores policiais civis, ao recebimento do adicional de horas extras. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 07/04/2017 converteram o IAC em IRDR, admitiram o incidente e criou-se o Tema 10 IRDR TJMG.	10219 - Servidor Público Civil < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO 10220 - Regime Estatutário < Servidor Público Civil < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO 8829 - Competência < Jurisdição e Competência < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO
1.0313.13.017124-9/003	16/02/2017	Wander Marotta	Discute-se sobre a (im)pertinência da percepção, por servidor ocupante de cargo comissionado no Município de Ipatinga, das diferenças decorrentes da redução de jornada e de vencimentos previstas no Decreto Municipal nº 7.247/2012. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 21/06/2017 admitiram o incidente e criou-se o Tema 27 IRDR TJMG.	6058 - Indenização Trabalhista < Contribuições Previdenciárias < Contribuições < DIREITO TRIBUTÁRIO
1.0332.14.001772-1/002	15/02/2017	Corrêa Junior	Discute-se sobre a existência ou não de identidade de natureza jurídica entre o adicional por tempo de serviço e a progressão funcional judicialmente deferida em função da	10671 - Obrigação de Fazer / Não Fazer < Liquidação / Cumprimento / Execução < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

IRDR / IAC - Distribuídos

12/02/2026 19:25:06

Classe: IRDR - Cv

TOTAL PROCESSOS: 417

Nº Processo	Data distribuição	Relator	Questão apresentada na inicial/Anotações NUGEP	Assunto CNJ
1.0332.14.001772-1/002	15/02/2017	Corrêa Junior	ausência de avaliação de desempenho por inércia da Administração. Existência do direito de servidor público do Município de Itanhomi ao recebimento de tais verbas conforme a natureza jurídica de cada uma. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 21/06/2017 admitiram o incidente e criou-se o Tema 28 IRDR .	9580 - Espécies de Contratos < Obrigações < DIREITO CIVIL 8961 - Antecipação de Tutela / Tutela Específica < Processo e Procedimento < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO
1.0261.15.002523-5/002	13/02/2017	Renato Dresch	Discute-se sobre a (im)pertinência do cômputo do tempo de serviço prestado a título de contrato temporário para aquisição de férias-prêmio a servidor do Município de Formiga. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 06/12/2017 admitiram o incidente e criou-se o Tema 34 IRDR TJMG.	10421 - Contratos Administrativos < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO 8961 - Antecipação de Tutela / Tutela Específica < Processo e Procedimento < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO 10409 - Empregado Público / Temporário < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
1.0027.13.032432-3/002	08/02/2017	Afrânio Vilela	Discute-se, para fins de percepção do adicional trintenário, sobre o conteúdo e sentido que se deve dar à expressão 30 anos de serviço, constante do art. 56, VII da Lei Orgânica do Município de Betim. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 20/11/2017, inadmitiram o incidente.	10305 - Gratificações de Atividade < Sistema Remuneratório e Benefícios < Servidor Público Civil < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
1.0223.10.010270-4/003	02/02/2017	Albergaria Costa	Discute-se sobre a competência para a execução de honorários advocatícios fixados em sentença originária da Vara de Execuções Penais e da Infância e Juventude face à Vara de Fazenda Pública. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 20/11/2017, inadmitiram o incidente.	10069 - Tratamento Médico-Hospitalar e/ou Fornecimento de Medicamentos < Saúde < Serviços < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO 8829 - Competência < Jurisdição e Competência < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO 9986 - Garantias Constitucionais < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

IRDR / IAC - Distribuídos

12/02/2026 19:25:06

Classe: IRDR - Cv

TOTAL PROCESSOS: 417

Nº Processo	Data distribuição	Relator	Questão apresentada na inicial/Anotações NUGEP	Assunto CNJ
1.0034.12.005830-9/003	01/02/2017	Wander Marotta	Discute-se acerca da (im)pertinência do cômputo do tempo de serviço prestado a título de contrato temporário para aquisição de quinquênio a servidor do Município de Padre Paraíso. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 18/10/2017 admitiram o incidente e criou-se o Tema 31 IRDR TJMG.	10295 - Gratificação Incorporada / Quintos e Décimos / VPNI < Sistema Remuneratório e Benefícios < Servidor Público Civil < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
1.0105.15.003716-3/001	31/01/2017	Alexandre Santiago	Cinge-se a controvérsia a saber se, nos casos em que se discutirem vícios no Programa Minha Casa Minha Vida, e não vícios de construção, haverá legitimidade passiva ad causam da construtora responsável pela execução da obra, bem como interesse jurídico da Caixa Econômica Federal que imponha a declaração de incompetência da Justiça Estadual e o reconhecimento da competência da Justiça Federal para processar e julgar tais demandas. ANOTAÇÕES NUGEP: Des. Relator inadmitiu o incidente por decisão monocrática e declinou a competência do feito ao STJ, visto tratar-se de declaração de competência.	8829 - Competência < Jurisdição e Competência < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO 10433 - Indenização por Dano Moral < Responsabilidade Civil < DIREITO CIVIL
1.0567.01.009550-1/002	15/12/2016	José Arthur Filho	Discute-se sobre o interesse de agir das empresas concessionárias/delegatárias do serviço público de transporte coletivo nas ações em que se postula a cessação do transporte irregular de passageiros. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 22/05/2017 admitiram o incidente e criou-se o Tema 20 IRDR TJMG.	9600 - Transporte de Pessoas < Espécies de Contratos < Obrigações < DIREITO CIVIL
1.0000.16.049047-0/001	15/12/2016	Afrânio Vilela	Discute-se sobre ser ou não autoaplicável a Lei Estadual nº 15.464/2005, que regulamenta a promoção por escolaridade adicional de servidor estadual, ou se imprescindível e, portanto, válida a sua regulamentação pelo Decreto Estadual nº 44.769/2008, impondo-se, assim, o cumprimento de todos os seus requisitos. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 21/06/2017 admitiram o incidente e	10288 - Sistema Remuneratório e Benefícios < Servidor Público Civil < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

IRDR / IAC - Distribuídos

12/02/2026 19:25:06

Classe: IRDR - Cv

TOTAL PROCESSOS: 417

Nº Processo	Data distribuição	Relator	Questão apresentada na inicial/Anotações NUGEP	Assunto CNJ
1.0000.16.049047-0/001	15/12/2016	Afrânio Vilela	criou-se o Tema 25 IRDR TJMG. Na sessão do dia 19/06/2019, foram acolhidos, parcialmente, os Embargos de Declaração nº 1.0000.16.049047-0/006 para sanar erros materiais, com alteração da tese firmada.	10288 - Sistema Remuneratório e Benefícios < Servidor Público Civil < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
1.0000.16.090193-0/001	13/12/2016	Sérgio André da Fonseca Xavier	Discute-se sobre a possibilidade de deferimento de pedido liminar no Juizado Especial Cível, com fulcro no artigo 300 do Código de Processo Civil de 2015. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 26/02/2018, inadmitiram o incidente.	6226 - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes < Indenização por Dano Moral < Responsabilidade do Fornecedor < DIREITO DO CONSUMIDOR 4703 - Defeito, nulidade ou anulação < Ato / Negócio Jurídico < Fatos Jurídicos < DIREITO CIVIL 7617 - Telefonia < Contratos de Consumo < DIREITO DO CONSUMIDOR
1.0024.10.143281-3/003	01/12/2016	Renato Dresch	ANOTAÇÕES NUGEP: Habilitação de amicus curiae - Cadastrado por equívoco como IRDR. VER MOVIMENTAÇÕES DO IRDR 1.0024.10.143281-3/002 (Tema IRDR 08 - TJMG).	10337 - Sistema Remuneratório e Benefícios < Militar < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
1.0024.14.140531-6/002	28/11/2016	Alberto Henrique	Discute-se sobre o patamar de abusividade da taxa de juros remuneratórios devida sobre as relações jurídicas envolvendo contratos bancários. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 26/06/2017, inadmitiram o incidente.	8961 - Antecipação de Tutela / Tutela Específica < Processo e Procedimento < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO 7699 - Juros de Mora - Legais / Contratuais < Inadimplemento < Obrigações < DIREITO CIVIL 9580 - Espécies de Contratos < Obrigações < DIREITO CIVIL 7770 - Interpretação / Revisão de Contrato < Responsabilidade do Fornecedor < DIREITO DO CONSUMIDOR 7752 - Bancários < Contratos de Consumo < DIREITO DO CONSUMIDOR
1.0024.10.143281-	23/11/2016	Renato Dresch	Discute-se sobre a existência, ou não, do direito do servidor	10337 - Sistema Remuneratório e Benefícios <



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

IRDR / IAC - Distribuídos

12/02/2026 19:25:06

Classe: IRDR - Cv

TOTAL PROCESSOS: 417

Nº Processo	Data distribuição	Relator	Questão apresentada na inicial/Anotações NUGEP	Assunto CNJ
3/002	23/11/2016	Renato Dresch	militar do Estado de Minas Gerais, que exerce atividade na área da saúde, ao recebimento do adicional de insalubridade previsto no art. 31, § 11 c/c o art. 31, § 6º da Constituição Estadual, supostamente restringido pelas Leis Delegadas nºs 37/89 e 43/2000, aplicando-lhe a regra do art. 67 da Lei Estadual nº 5.301/69. ANOTAÇÕES NUGEP: Incidente de Uniformização de Jurisprudência redistribuído como IAC. Na sessão de julgamento do dia 16/11/2016 o IAC foi convertido em IRDR, admitiram o incidente e criou-se o Tema 08 IRDR TJMG.	Militar < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
1.0002.14.000220-1/002	23/11/2016	Renato Dresch	ANOTAÇÕES NUGEP: IRDR Convertido em processo eletrônico por determinação do Relator. Ver as movimentações do IRDR 1.0002.14.000220-1/003. (equivoco - em duplicidade)	10254 - Aposentadoria < Servidor Público Civil < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
1.0000.16.056466-2/002	07/11/2016	Afrânio Vilela	Discute-se sobre a competência para processamento e julgamento das demandas de natureza consumerista que tenham a concessionária do serviço público de energia, no caso a CEMIG, como parte. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 17/05/2017 admitiram o incidente e criou-se o Tema 24 IRDR TJMG. Foram interpostos, em 12/12/2018, Embargos de Declaração que foram acolhidos para suprir omissões, com complementação da Tese.	7760 - Fornecimento de Energia Elétrica < Contratos de Consumo < DIREITO DO CONSUMIDOR 6226 - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes < Indenização por Dano Moral < Responsabilidade do Fornecedor < DIREITO DO CONSUMIDOR
1.0024.14.187591-4/002	03/11/2016	Teresa Cristina da Cunha Peixoto	Discute-se se os Agentes de Segurança Penitenciários contratados de forma temporária, no período anterior à vigência da Lei Estadual nº 21.333/2014, são alcançados, ou não, pelo art. 1º da Lei Estadual nº 11.717/94, que instituiu o Adicional de Local de Trabalho. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 20/11/2017 admitiram o incidente e criou-se o Tema 32 IRDR TJMG.	10288 - Sistema Remuneratório e Benefícios < Servidor Público Civil < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO 10411 - Admissão / Permanência / Despedida < Empregado Público / Temporário < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
1.0000.15.035947-	27/10/2016	Luís Carlos Gambogi	Discute-se sobre a competência da Vara da Infância e da	8829 - Competência < Jurisdição e Competência <



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

IRDR / IAC - Distribuídos

12/02/2026 19:25:06

Classe: IRDR - Cv

TOTAL PROCESSOS: 417

Nº Processo	Data distribuição	Relator	Questão apresentada na inicial/Anotações NUGEP	Assunto CNJ
9/001	27/10/2016	Luís Carlos Gambogi	Juventude (em detrimento de Vara Cível) para processar e julgar ação em que se busca o fornecimento de medicamento a menor. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 19/04/2017 admitiram o incidente e criou-se o Tema 15 IRDR TJMG.	DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO
1.0024.12.022588-3/003	27/10/2016	Luís Carlos Gambogi	Discute-se sobre o cômputo da decadência em sede de concursos públicos, com incidência sobre duas teses: a primeira, em que a decadência deve ser reconhecida quando ajuizada ação depois de findo o prazo de validade do concurso; a segunda, em que o prazo decadencial começa a fluir no dia seguinte ao exaurimento do prazo de validade do certame. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 19/04/2017 admitiram o incidente e criou-se o Tema 16 IRDR TJMG.	10370 - Concurso Público / Edital < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
1.0672.14.036956-8/007	03/10/2016	Renato Dresch	Discute-se: 1) se o instituto jurídico do apostilamento municipal, previsto em legislações locais, ostenta, à luz da Constituição Estadual e dos acréscimos que lhe foram incorporados pela Emenda Constitucional 57/2003, status de constitucionalidade; 2) se é cabível a anulação dos benefícios decorrentes na hipótese de ser reconhecida a inconstitucionalidade do instituto jurídico em questão; 3) se é cabível a restituição aos cofres públicos dos benefícios pagos a esse título. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 01/06/2017, inadmitiram o incidente.	10646 - Inconstitucionalidade Material < Controle de Constitucionalidade < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO 10012 - Dano ao Erário < Improbidade Administrativa < Atos Administrativos < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
1.0024.14.157925-0/002	21/09/2016	Wander Marotta	Discute-se sobre a responsabilidade do Estado de Minas Gerais pelo pagamento de honorários ao perito nomeado para a produção de prova técnica requerida pela parte amparada	9258 - Honorários Periciais < Partes e Procuradores < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

IRDR / IAC - Distribuídos

12/02/2026 19:25:06

Classe: IRDR - Cv

TOTAL PROCESSOS: 417

Nº Processo	Data distribuição	Relator	Questão apresentada na inicial/Anotações NUGEP	Assunto CNJ
1.0024.14.157925-0/002	21/09/2016	Wander Marotta	pela gratuidade de justiça, que ao final fica vencida. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 15/03/2017, inadmitiram o incidente.	9258 - Honorários Periciais < Partes e Procuradores < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO
1.0024.11.331035-3/002	01/09/2016	Wander Marotta	Discute-se sobre a possibilidade de reconhecimento do direito de servidor contratado temporariamente pela Administração ao recebimento de verbas rescisórias estabelecidas no art. 7º da Constituição Federal, sobretudo se constatada a irregularidade do contrato firmado entre as partes, por extrapolar o prazo legal da contratação. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 21/06/2017, inadmitiram o incidente.	10411 - Admissão / Permanência / Despedida < Empregado Público / Temporário < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
1.0000.16.016912-4/002	24/08/2016	Corrêa Junior	Discute-se, a teor da Lei Municipal nº 10.900/2016, do Decreto Municipal nº 16.195/2016 e do art. 231, VIII do CTB, sobre a natureza da atividade de transporte individual de passageiros exercida por motoristas que utilizam o aplicativo UBER. Pública ou privada? Tal atividade subsume-se ou não às mencionadas normas municipais e ao art. 231, VIII do CTB? ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 19/10/2016 admitiram o incidente e criou-se o Tema 05 IRDR TJMG.	10076 - Transporte Terrestre < Concessão / Permissão / Autorização < Serviços < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO 9986 - Garantias Constitucionais < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
1.0000.16.032808-4/002	11/08/2016	Afrânio Vilela	Discute-se sobre a aplicação, ou não, da tabela constante no "Termo de Cooperação Mútua" elaborado pela AGE/MG, SEF, TJMG e OAB/MG em fevereiro de 2012 e rescindido em novembro de 2013, para fixação dos honorários devidos ao defensor dativo. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 21/06/2017 admitiram o incidente e criou-se o Tema 26 IRDR TJMG.	10685 - Correção Monetária < Valor da Execução / Cálculo / Atualização < Liquidação / Cumprimento / Execução < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO 10655 - Honorários Advocatícios < Sucumbência < Partes e Procuradores < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO
1.0000.16.059395-	11/08/2016	Cláudia Maia	Discute-se sobre o marco inicial dos juros moratórios em	7699 - Juros de Mora - Legais / Contratuais <



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

IRDR / IAC - Distribuídos

12/02/2026 19:25:06

Classe: IRDR - Cv

TOTAL PROCESSOS: 417

Nº Processo	Data distribuição	Relator	Questão apresentada na inicial/Anotações NUGEP	Assunto CNJ
0/001	11/08/2016	Cláudia Maia	caso de responsabilidade extracontratual. ANOTAÇÕES NUGEP: Em decisão publicada em 26/08/2016, o incidente foi suspenso até o julgamento da Reclamação 1.0000.16.059395-0/001. A Desa. Relatora determinou que, uma vez que esgotada a prestação jurisdicional, archive-se, com baixa.	Inadimplemento < Obrigações < DIREITO CIVIL 6226 - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes < Indenização por Dano Moral < Responsabilidade do Fornecedor < DIREITO DO CONSUMIDOR
1.0024.13.041954-2/002	03/08/2016	Alberto Vilas Boas	Discute-se sobre a necessidade ou não de formação de litisconsórcio passivo necessário entre o IPSEMG e o Estado de Minas Gerais nas ações de revisão de aposentadoria propostas por servidores públicos estaduais. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 21/09/2016, inadmitiram o incidente.	10313 - Reajustes de Remuneração, Proventos ou Pensão < Servidor Público Civil < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO 10254 - Aposentadoria < Servidor Público Civil < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
1.0245.08.155778-8/003	01/08/2016	José Arthur Filho	Discute-se sobre a possibilidade, ou não, de penhora de 30% dos rendimentos líquidos (salário ou aposentadoria) do executado/devedor. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 26/02/2018, inadmitiram o incidente.	9163 - Construção / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens < Liquidação / Cumprimento / Execução < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO 4970 - Cheque < Espécies de Títulos de Crédito < Obrigações < DIREITO CIVIL
1.0704.16.005709-4/001	28/07/2016	Teresa Cristina da Cunha Peixoto	Discute-se sobre a possibilidade de responsabilização do Município de Cabeceira Grande/MG pelo fornecimento, por tempo indeterminado, de medicamentos de alto custo não incluídos no elenco padronizado de medicamentos dos programas de assistência farmacêutica do SUS, ou seja, não constantes da lista da farmácia popular básica. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 19/04/2017, inadmitiram o incidente.	10671 - Obrigação de Fazer / Não Fazer < Liquidação / Cumprimento / Execução < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO 11884 - Fornecimento de Medicamentos < Saúde < Serviços < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO 9196 - Liminar < Medida Cautelar < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO
1.0704.16.005697-1/001	26/07/2016	Teresa Cristina da Cunha Peixoto	Discute-se sobre a possibilidade de responsabilização do Município de Cabeceira Grande/MG pelo fornecimento, por	11884 - Fornecimento de Medicamentos < Saúde < Serviços < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS

Classe: IRDR - Cv

TOTAL PROCESSOS: 417

Nº Processo	Data distribuição	Relator	Questão apresentada na inicial/Anotações NUGEP	Assunto CNJ
1.0704.16.005697-1/001	26/07/2016	Teresa Cristina da Cunha Peixoto	tempo indeterminado, de medicamentos de alto custo não incluídos no elenco padronizado de medicamentos dos programas de assistência farmacêutica do SUS, ou seja, não constantes da lista da farmácia popular básica. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 19/04/2017, inadmitiram o incidente.	MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO 10671 - Obrigação de Fazer / Não Fazer < Liquidação / Cumprimento / Execução < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO 9196 - Liminar < Medida Cautelar < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO 6005 - Juros/Correção Monetária < Crédito Tributário < DIREITO TRIBUTÁRIO
1.0000.16.037836-0/000	21/07/2016	Roberto Vasconcellos	Discute-se sobre a obrigatoriedade de análise imediata da contestação, na ação de busca e apreensão, independentemente do cumprimento ou não da medida liminar. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 24/04/2017 admitiram o incidente e criou-se o Tema 13 IRDR TJMG.	10938 - Citação < Atos Processuais < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO 9582 - Alienação Fiduciária < Espécies de Contratos < Obrigações < DIREITO CIVIL 9196 - Liminar < Medida Cautelar < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO
1.0024.12.348583-1/001	21/07/2016	João Cancio	Discute-se sobre a competência das 13ª e 24ª Varas Cíveis da Comarca de Belo Horizonte (modificada pela Resolução nº 785/2015, que foi alterada pela Resolução nº 791/2015, ambas do TJMG) para processar e julgar as execuções oriundas de conversão deferida em ações de busca e apreensão e de reintegração de posse. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 25/09/2017, inadmitiram o incidente.	7752 - Bancários < Contratos de Consumo < DIREITO DO CONSUMIDOR 7691 - Inadimplemento < Obrigações < DIREITO CIVIL 4960 - Cédula de Crédito Bancário < Espécies de Títulos de Crédito < Obrigações < DIREITO CIVIL
1.0024.13.170031-2/002	14/07/2016	Luís Carlos Gambogi	Discute-se sobre a possibilidade, ou não, de conversão, em pecúnia, de férias-prêmio não gozadas, sob pena de configuração de enriquecimento ilícito da Administração. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 19/04/2017, inadmitiram o incidente.	10261 - Licença-Prêmio < Licenças / Afastamentos < Servidor Público Civil < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
1.0672.13.037458-	11/07/2016	Luís Carlos Gambogi	Discute-se sobre a possibilidade do reconhecimento do	10311 - Irredutibilidade de Vencimentos < Sistema



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

IRDR / IAC - Distribuídos

12/02/2026 19:25:06

Classe: IRDR - Cv

TOTAL PROCESSOS: 417

Nº Processo	Data distribuição	Relator	Questão apresentada na inicial/Anotações NUGEP	Assunto CNJ
6/003	11/07/2016	Luís Carlos Gambogi	direito dos servidores públicos municipais de Sete Lagoas, aposentados pelo INSS, ao recebimento da complementação de aposentadoria prevista na Lei Municipal nº 6.544/2001, observada a redação conferida pela Lei Municipal nº 6.699/2002. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 19/04/2017 admitiram o Incidente e criou-se o Tema 17 IRDR TJMG.	Remuneratório e Benefícios < Servidor Público Civil < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO 9985 - DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
1.0000.16.026650-8/000	29/06/2016	Alberto Henrique	Discute-se sobre a possibilidade de instauração de IRDR para solucionar várias demandas de interesse do autor que visam a fixação de valor de pensionamento por ato ilícito. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 25/07/2016, inadmitiram o incidente.	8939 - Suspensão do Processo < Formação, Suspensão e Extinção do Processo < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO
1.0000.16.041441-3/000	13/06/2016	Aparecida Grossi	Discute-se sobre: i) a admissão de representação processual por advogado ou preposto nos juizados especiais cíveis quando o autor for micro ou pequena empresa; ii) a vedação à retroatividade de entendimento judicial para extinguir por contumácia, com a condenação em custas, nos termos dos enunciados 20 e 141 do FONAJE c/c o art. 52, §2º da LJE, ações ajuizadas antes da data de 01/04/2016 nos Juizados Especiais Cíveis de Brasília de Minas-MG; iii) a impossibilidade de condenação em custas nos Juizados Especiais, em primeiro grau de jurisdição, por contumácia em razão da hipótese de não-incidência trazida no art. 8º, I, da Lei Estadual nº 14.939/2003. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 27/08/2018 admitiram o incidente e criou-se o Tema 42 IRDR TJMG.	4974 - Nota de Crédito Comercial < Espécies de Títulos de Crédito < Obrigações < DIREITO CIVIL 4701 - Ato / Negócio Jurídico < Fatos Jurídicos < DIREITO CIVIL
1.0000.16.041415-7/000	13/06/2016	Cabral da Silva	Cinge-se a questão em analisar se o participante do plano de previdência privada, ao se desligar do plano por optar pelo recebimento do benefício da aposentadoria privada	10685 - Correção Monetária < Valor da Execução / Cálculo / Atualização < Liquidação / Cumprimento / Execução < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

IRDR / IAC - Distribuídos

12/02/2026 19:25:06

Classe: IRDR - Cv

TOTAL PROCESSOS: 417

Nº Processo	Data distribuição	Relator	Questão apresentada na inicial/Anotações NUGEP	Assunto CNJ
1.0000.16.041415-7/000	13/06/2016	Cabral da Silva	complementar, possui interesse de agir para pleitear a correção monetária plena, com incidência dos expurgos inflacionários, de forma análoga ao que ocorre no resgate de contribuições. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 24/04/2017 admitiram o incidente e criou-se o Tema 21 IRDR TJMG.	TRABALHO
1.0000.16.037837-8/000	02/06/2016	Juliana Campos Horta	Discute-se sobre o cabimento de medida cautelar de exibição de documentos para obtenção de documentos a serem fornecidos pelos órgãos de proteção ao crédito. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 26/09/2016 admitiram o incidente e criou-se o Tema 04 IRDR TJMG.	11810 - Dever de Informação < DIREITO DO CONSUMIDOR 9986 - Garantias Constitucionais < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
1.0000.16.037133-2/000	30/05/2016	Alexandre Santiago	Discute-se sobre a ação monitória extinta sem resolução do mérito, por falta de interesse de agir, quando embasada em duplicata sem aceite e com ausência de lastro pelo comprovante de recebimento das mercadorias. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 26/09/2016 admitiram o incidente e criou-se o Tema 03 IRDR TJMG.	4972 - Duplicata < Espécies de Títulos de Crédito < Obrigações < DIREITO CIVIL 9148 - Liquidação / Cumprimento / Execução < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO 4949 - Títulos de Crédito < Obrigações < DIREITO CIVIL
1.0000.16.036599-5/000	24/05/2016	João Cancio	Discute-se sobre a existência ou não de relação de acessoriedade entre os contratos de compra e venda e de financiamento para aquisição de veículo, fazendo-se necessário definir se a rescisão da compra e venda ensejaria o mesmo deslinde para o financiamento. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 23/01/2017, inadmitiram o incidente.	8960 - Processo e Procedimento < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO 7773 - Financiamento de Produto < Contratos de Consumo < DIREITO DO CONSUMIDOR 9587 - Compra e Venda < Espécies de Contratos < Obrigações < DIREITO CIVIL
1.0000.16.034915-5/000	18/05/2016	Renato Dresch	Discute-se sobre a definição da competência do Juizado Especial da Fazenda Pública ou da Vara da Infância e da	11884 - Fornecimento de Medicamentos < Saúde < Serviços < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

IRDR / IAC - Distribuídos

12/02/2026 19:25:06

Classe: IRDR - Cv

TOTAL PROCESSOS: 417

Nº Processo	Data distribuição	Relator	Questão apresentada na inicial/Anotações NUGEP	Assunto CNJ
1.0000.16.034915-5/000	18/05/2016	Renato Dresch	Juventude nas demandas de saúde em que figuram como parte os menores de idade. ANOTAÇÕES NUGEP: Rejeitado liminarmente no dia 11/07/2016 em razão de regulação administrativa ocorrida previamente ao recebimento do IRDR.	MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO 10651 - Competência dos Juizados Especiais < Competência < Jurisdição e Competência < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO 8961 - Antecipação de Tutela / Tutela Específica < Processo e Procedimento < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO
1.0000.16.018615-1/001	18/05/2016	Alberto Vilas Boas	Discute-se sobre o direito subjetivo à nomeação de candidato aprovado fora do número de vagas previstas no edital de concurso público, no caso de surgimento de novas vagas durante o prazo de validade do certame. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 15/06/2016, inadmitiram o incidente.	10239 - Nomeação < Regime Estatutário < Servidor Público Civil < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO 10381 - Classificação e/ou Preterição < Concurso Público / Edital < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
1.0000.16.032677-3/000	13/05/2016	Alberto Henrique	Discute-se sobre a exclusão de responsabilidade civil da parte ré por exercício regular do direito, inexistência de conduta ilícita, na culpa exclusiva da vítima e teoria da pré-ocupação. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 26/09/2016, inadmitiram o incidente.	10439 - Indenização por Dano Material < Responsabilidade Civil < DIREITO CIVIL 10433 - Indenização por Dano Moral < Responsabilidade Civil < DIREITO CIVIL
1.0000.16.032797-9/000	10/05/2016	Afrânio Vilela	Análise das normas contidas nos artigos 203 e 209 da Lei nº 5.301/69, no âmbito da vedação à participação de servidor militar estadual em cursos de formação interna, quando impedido de ser promovido. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 17/08/2016 admitiram o incidente e criou-se o Tema 02 IRDR TJMG. Na sessão do dia 19/05/2021 ficou prejudicado o incidente, em razão do RE nº 560.900/DF.	8960 - Processo e Procedimento < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO 10377 - Curso de Formação < Concurso Público / Edital < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
1.0000.16.032832-4/000	10/05/2016	Alberto Vilas Boas	Discute-se, a teor do disposto na Lei Estadual nº 9.729/88, sobre o conceito de remuneração e proventos para fins de cálculo do décimo terceiro salário pago aos servidores	10310 - Gratificação Natalina/13º salário < Sistema Remuneratório e Benefícios < Servidor Público Civil < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

IRDR / IAC - Distribuídos

12/02/2026 19:25:06

Classe: IRDR - Cv

TOTAL PROCESSOS: 417

Nº Processo	Data distribuição	Relator	Questão apresentada na inicial/Anotações NUGEP	Assunto CNJ
1.0000.16.032832-4/000	10/05/2016	Alberto Vilas Boas	públicos estaduais. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 15/06/2016 admitiram o incidente e criou-se o Tema 01 IRDR TJMG.	MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO 10304 - Auxílio-Alimentação < Sistema Remuneratório e Benefícios < Servidor Público Civil < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO 10306 - Auxílio-transporte < Sistema Remuneratório e Benefícios < Servidor Público Civil < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
1.0000.16.032795-3/000	10/05/2016	Cláudia Maia	Discute-se sobre a aplicabilidade da teoria do adimplemento substancial aos contratos de financiamento com alienação fiduciária em garantia celebrados após a entrada em vigor da Lei nº 10.931/2004, que modificou o Decreto-lei nº 911/69. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 23/01/2017 admitiram o incidente e criou-se o Tema 09 IRDR TJMG.	9582 - Alienação Fiduciária < Espécies de Contratos < Obrigações < DIREITO CIVIL